



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 050

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2021

ANO X



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES 0631

TAQUIGRAFIA

3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 16.03.2021

INÍCIO: 15h26min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
SR. JAIR MONTES

SECRETÁRIO: SR. JAIR MONTES
SR. DR. NEIDSON
SR. EYDER BRASIL

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 3ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Por favor, registra a presença do Deputado Aécio da Tv.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Registra a presença do Deputado Aécio da Tv, por favor. Desculpa, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Solicito registro de presença do Deputado Lebrão. Cumprimento a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Senhores Deputados, em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Antes de o Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente recebido, eu gostaria de passar uma informação, Senhores Deputados, muito preocupante. Eu gostaria agora, quem pudesse ajudar, porque é uma situação que, se não agir rápido, vidas serão ceifadas. Acabei de receber um áudio do Prefeito Mirandão, do Município de Costa Marques. Deu deserta a licitação dele, hoje, de oxigênio e ele só tem oxigênio para mais 3 horas. Precisa ser feito algo, algum socorro, algum município vizinho, porque senão pode acontecer uma tragédia no Município de Costa Marques.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Presidente, Presidente...

O SR. LAERTE GOMES – Uma Questão de Ordem. Só para comentar, Senhor Presidente, qual o grande problema disso? Eu até falava ontem, Deputado Chiquinho, se você me permitir, até falava ontem com algumas empresas de oxigênio — em Ji-Paraná nós temos lá o representante da White Martins, que atua de Vilhena até Candeias — e qual o problema das licitações? Antigamente o que acontecia? Se faziam as licitações, Deputado Ismael Crispin e Deputado Ezequiel, se faziam as licitações para que a empresa emprestasse, cedesse o vasilhame e vendesse o oxigênio. Costa Marques já fez o edital para a empresa neste mesmo modelo de a empresa emprestar o vasilhame, Deputado Eyder, e vender o oxigênio. Mas não existe mais os vasilhames, chamados cilindros. Não tem mais.

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ

1º Secretário: JAIR MONTES
2º Secretário: CIRONE DEIRÓ
3º Secretário: ALEX SILVA
4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Huziel Trajano Diniz*
Departamento legislativo - *Miranilde Rodrigues do N. Robles*
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leôncio Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

Manaus, quando houve a crise de Manaus, Manaus mesmo veio aqui em Rondônia, Deputado Chiquinho, e comprou os cilindros excedentes, Deputado Alan, das empresas, praticamente, que vendiam todos. O preço que falava se vendia. Então, hoje as empresas, por exemplo, essa empresa de Ji-Paraná não participou por quê? Porque não teve os cilindros para arrumar para a Prefeitura.

Então, o grande problema nosso é oxigênio e não é. Mas maior problema ainda hoje são os cilindros. São os cilindros. Municípios pequenos e, principalmente, Deputado Edson, os pacientes da saúde básica que têm que ser tratados em casa. Muitos estão sendo tratados em casa. E tem que levar os cilindros da Prefeitura e não tem.

Então, realmente, Presidente, parabenizar a ação que Vossa Excelência fez chamando os Prefeitos, chamando os Poderes, todo mundo para discutir, mas é muito grave mesmo. Então, o Ministério da Saúde que esteve aqui, o General, eu ouvi ele falando de 200, 300, 400 cilindros. Isso não vale nada não. Nós precisamos é de quantidade grande de cilindro, que esse é o problema nosso: cilindro. Muito mais que isso. Então, precisa ter uma atenção especial para nós não termos o mesmo problema que Manaus teve. Obrigado, Presidente.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Presidente...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Só para dar uma sugestão. Acho que você poderia ligar para o Fernando Máximo para ele mandar o Corpo de Bombeiros, aqui deve ter algum aqui cilindro, algum oxigênio e mandar para lá no avião do Corpo de Bombeiro□s.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vou ligar agora, Senhor Deputado.
Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) - Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

- Mensagem nº 47/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Revoga a Lei nº 946, de 20 de dezembro de 2000".

- Mensagem nº 48/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 2.734.925,00, e cria Ação, em favor da Unidade Orçamentária Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC".

- Ofício nº 142/2021 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Decisão Monocrática proferida nº 043/2021/GCFCs, no Processo nº 00107/2021/TCE-RO, que trata de Edital de Licitação que tem como parte interessada a SEDUC.

- Ofício nº 073/2021-GAB/PGJ – Ministério Público do Estado de Roraima, encaminhando Ofício nº 024/2021/PJDPP/MP/RR, solicitando informações sobre o sistema SAPL-R.

- Ofício nº 005/DL/SGG/2021 – Prefeitura do Município de Porto Velho, solicitando a obtenção de Declaração de Estado de Calamidade Pública, em conformidade com o previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

- Ofício nº 152/2021/SEMUG – Prefeitura do Município de Mirante da Serra, em resposta ao Ofício Circular nº 172/2021, que encaminhou o Requerimento nº 1424/21, de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin, solicitando a obtenção de Declaração de Estado de Calamidade Pública, em conformidade com o previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2020.

- Ofício nº 128/2021/GAB – Prefeitura do Município de Vilhena, em resposta ao Ofício Circular nº 172/2021, que encaminhou o Requerimento nº 1424/21, de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin, solicitando a obtenção de Declaração de Estado de Calamidade Pública, em conformidade com o previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2020.

- Ofício nº 140/GP/21 – Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, em resposta ao Ofício Circular nº 172/2021, que encaminhou o Requerimento nº 1424/21, de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin, solicitando a obtenção de Declaração de Estado de Calamidade Pública, em conformidade com o previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2020.

- Ofício nº 099/2021/GAB – Prefeitura do Município de Corumbiara, em resposta ao Ofício Circular nº 172/2021, que encaminhou o Requerimento nº 1424/21, de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin, solicitando a obtenção de Declaração de Estado de Calamidade Pública, em conformidade com o previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2020.

- Ofício nº 051/GAB/2021 – Prefeitura do Município de Nova União, em resposta ao Ofício Circular nº 172/2021, que encaminhou o Requerimento nº 1424/21, de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin, solicitando a obtenção de Declaração de Estado de Calamidade Pública, em conformidade com o previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2020.

Lido o Expediente recebido, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Senhor Secretário.

O Secretário só poderá ser sabatinado — as perguntas — na Comissão Geral. Mas eu gostaria de convidar o nosso Secretário para acompanhar os nossos discursos. Gostaria que o Deputado Jhony Paixão acompanhasse o Secretário à Tribuna de Honra desta Casa Legislativa.

Quem mais gostaria de se inscrever, por favor?

O SR. LAERTE GOMES – Eu solicito inscrição, Presidente. Inscrição para falar no Pequeno Expediente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Jair, Deputado Crispin...

O SR. LAERTE GOMES – No Pequeno Expediente, Presidente. Quando estiver no Pequeno Expediente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Presidente, no Pequeno Expediente também, por favor.

O SR. ALAN QUEIROZ – Também, Presidente, no Pequeno Expediente. Não na sabatina.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Nas Breves Comunicações, não é? O Pequeno Expediente é as Breves Comunicações.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Agora. É, no primeiro.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Crispin, Deputado Dr. Neidson...

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Ezequiel Neiva.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Ezequiel, Deputado Alan. Deputado Alan já está, desculpa. Mais alguém se inscrever?

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) - Deputado Adelino Follador.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Secretário, muito bem-vindo à Casa de Leis, Secretário Adjunto. Fique à vontade, sinta-se em casa.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) - Deputado Adelino também, se inscrever aí.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Adelino. Mais algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra, por favor? OK, então.

Passemos às Breves Comunicações. Concedo a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem aparte, ao Deputado Anderson Pereira.

Só gostaria de salientar para nós nos atermos ao tempo. Tempo de cinco minutos. A tribuna fica livre ao Excelentíssimo Deputado Anderson Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Senhor Presidente, Deputado Alex Redano e demais deputados, minha fala aqui é para fazer uma justiça de um fato ocorrido semanas atrás, que um policial penal registrou uma ocorrência. Essa ocorrência é contra um delegado da Polícia Civil, que, naquele momento, havia ido até uma Unidade Hospitalar para pressionar ele a mudar, alterar um nome num Ofício.

Então, recebi uma ligação do Diretor-Geral da Polícia Civil, Dr. Samir, que prontamente nos atendeu, juntamente com esse policial penal, lá na Direção-Geral da Polícia Civil, e lá nós pudemos esclarecer os fatos, para não ficar somente uma situação chata entre duas instituições tão importantes da Segurança Pública. E ali nós conversamos com o Delegado Pedro Henrique que, de fato, a ocorrência que o policial fez, ele a fez por não conhecer o delegado e o policial civil que esteve lá no local se passou pelo delegado, conforme a ocorrência do policial penal. E ali acabou aquela reunião na Direção-Geral sendo uma acareação de um conhecer o outro. E o policial penal, de fato, confirmou que não era o delegado que tinha ido até o hospital naquela situação que nós colocamos aqui na plenária. Então, esclareceram-se os fatos em relação ao delegado, mas o Dr. Samir nos garantiu uma investigação

no âmbito da Direção-Geral e da Delegacia de Crimes Funcionais a respeito do fato, para não voltar a ocorrer entre duas instituições tão importantes. E a gravidade dos fatos de um policial civil se passar por delegado e tentar constranger um policial penal. Isso é um fato gravíssimo, mas eu tenho certeza que será esclarecido nas investigações que virão futuramente. Então, fiz o compromisso de vir novamente nesta tribuna estar esclarecendo este fato. Dizer que o delegado em nenhum momento esteve ali no hospital, não saiu da delegacia, somente o Ofício para o recebimento do apenado, que nem era de custódia da Sejus, o apenado ainda estava sob custódia da Polícia Militar. A Polícia Militar não havia ainda recebido a internação por parte do médico ali no João Paulo. Mas esse foi o fato ocorrido.

Outra questão que nós colocamos aqui — e o Secretário de Justiça daqui a pouco vai falar com todos nós, convocação de primeiro encaminhamento do Deputado Eyder Brasil e nós assinamos juntos, até por ser policial penal —, esclarecer em relação a regulamentação da Polícia Penal. Fatos estes e outros que vêm ocorrendo isoladamente com os policiais penais do Estado de Rondônia, se dão justamente por conta da regulamentação da Polícia Penal que até o presente momento — a gente quer muito apreciá-la —, ainda não chegou nesta Casa. E o Secretário, em meados de janeiro, em 26 de janeiro de 2021 nos informou que até final de fevereiro este projeto sairia da Sejus para fazer a tramitação entre Casa Civil, Procuradoria e Governadoria para ser enviado à Assembleia e o projeto, até onde eu sei, ainda se encontra na Secretaria de Justiça. Isso é um anseio e uma cobrança que a classe faz muito a mim e também, eu tenho certeza, que ao secretário. E a Comissão — até corrigindo uma fala que eu fiz na tribuna —, concluiu os trabalhos em novembro, o último que assinou o documento foi já em dezembro, no início de dezembro, mas os trabalhos já tinham sido concluídos. Agora, a análise de constitucionalidade, do que tem que tirar ou não, eu acho que isso tem que ficar no âmbito da Casa Civil e Procuradoria que vai fazer a análise, inclusive da constitucionalidade e Assembleia Legislativa, que é o ambiente de debate, de discussão, de Emendas dos parlamentares, de outros debates que precisam ser feitos em um projeto, como acontece em todo projeto de lei.

Outra questão é o auxílio-covid, que é uma briga juntamente minha e do Deputado Jair e outros deputados também que requereram, que agora nós estamos aguardando se a Secretaria tem orçamento. O Secretário também pode falar disso. Vai ter uma reunião ainda no âmbito da Sepog — a Casa Civil informou a gente hoje —, para a gente conseguir retornar, vamos dizer que essa migalha do auxílio-covid, de R\$ 300. Porque, de fato, é uma migalha para quem está a mais de 7 anos sem nenhum tipo de reajuste. Mas é um momento difícil que todos nós estamos passando, muitas pessoas morrendo, muitas pessoas sendo infectadas e esses profissionais, agentes de Segurança Pública, até no momento de prioridade de uma vacina, ficam de fora. Prioriza o preso, mas não prioriza o servidor. E o servidor que está ali cuidando da sociedade na linha de frente, Polícia Militar, Civil, Penal, eles que estão na linha de frente. Eu acho que tem que dar atenção para estes servidores como também para aqueles servidores que a gente considera de atividades essenciais, como a própria Educação,

projeto do Deputado Eyder, que é uma atividade essencial a educação dos nossos filhos e não está como prioridade.

Então, algumas coisas têm que ser revistas. Sabemos que algumas coisas já vêm do protocolo do Ministério da Saúde, mas é algo que juntos e, principalmente com a nossa Bancada, a gente pode brigar para estar mudando. Em relação à Polícia Penal já tem, mas não se tem a vacina.

Então, são as preocupações que a gente tem colocado aqui e que o Secretário também em alguns pontos poderá esclarecer e tornar isso público e deixar, com certeza, essa classe — que hoje está assistindo pelo Youtube ou pelo Canal na Assembleia —, mais tranquila para atuar com mais vontade, com mais perseverança, com mais alegria e com aquilo que eles não estão tendo, perspectiva de melhoria. A verdade é essa. E isso desanima o profissional. Então nós estamos aqui para buscar aquilo que já existe e precisa caminhar e que a gente sabe que ficar muito tempo em análise, muito tempo parado também atrapalha. E o ambiente de se discutir é o Parlamento e isso está instituído na Constituição Federal e Estadual do nosso País. Então essa é a nossa fala, Presidente. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Anderson Pereira. Gostaria de convidar aqui, Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil. A tribuna fica livre por cinco minutos, sem apartes.

O SR. EYDER BRASIL – Bom dia, meu Presidente, Deputado Alex Redano. Bom dia, nobres pares que se encontram de forma presencial nesta Casa de Leis. Bom dia a todos os pares que estão de forma remota. Bom dia a todos os servidores desta Casa, aos internautas que nos acompanham, seja pela TV Assembleia, seja pelo nosso canal no YouTube, pelo Facebook. Hoje a gente vem aqui prestar esclarecimentos ao grande público a respeito da nossa Comissão de Fiscalização dos Decretos. Na última quarta-feira foi realizada esta Comissão, tivemos a presença, de forma virtual, do Secretário de Finanças, o Luís Fernando, e do Secretário de Saúde, Dr. Fernando Máximo. E nós fizemos ali algumas cobranças. E eles ali alegaram que por falta de planejamento prévio, eles iriam trazer estas informações de forma oral e nós solicitamos ainda que esta documentação, Deputado Jhony Paixão, fosse entregue de forma material. Quais seriam essas documentações? Os comprovantes de recebimento dos recursos federais. O que o Estado de Rondônia recebeu do Governo Federal, do Governo do Presidente Bolsonaro, e com o que foi gasto esse recurso. Onde foi investido esse recurso. Nós, que somos da Comissão, mas, acima de tudo, somos parlamentares, fiscais legais do povo de Rondônia, queremos saber com o que está sendo gasto esse dinheiro.

Houve uma suspensão de mais de R\$ 120 milhões da dívida do Estado de Rondônia para com a União. E este dinheiro deveria também ser investido na Saúde. E muito me espanta, Deputado Laerte Gomes, que eu acabei de receber aqui no meu WhatsApp, uma denúncia de que está faltando comida na maternidade do Hospital de Base. E isso é inadmissível para qualquer gestor, sobretudo da área da saúde, faltar comida para as grávidas da maternidade do Hospital de Base. Então, fica aqui o meu apelo ao Secretário de Saúde Fernando Máximo, em alertar que não existe só Covid. Não é só Covid que mata. Temos outras patologias. Temos outras doenças que matam também, que o

Estado de Rondônia está deixando passar todas essas necessidades do povo rondoniense.

Então fica aqui o meu apelo à Diretora do Hospital de Base, a Raquel; ao Secretário de Saúde, Fernando Máximo, que verifique esta situação, Deputado Alex Redano, que é inadmissível. A Saúde do Estado já está uma precariedade e a gente sabe, a gente entende que não existe só Covid. Tem outros motivos que estão levando os rondonienses à morte. E o Estado não pode ser omissos a isso.

Então nós estamos aí, chegando na quarta reunião da Comissão de Fiscalização dos Decretos e eu espero, realmente, que amanhã a gente possa receber essa documentação, esses contratos, essas notas de empenho da Secretaria de Saúde, com o que foi gasto e no que foi gasto. Não quero aqui ser precipitado, mas, infelizmente, eu vejo, Deputado Jhony Paixão, que tudo se encaminha para uma CPI da Covid aqui no Estado de Rondônia. Porque, infelizmente, as informações não chegam até nós. Então nós precisamos, realmente, ter muito mais seriedade, com esses recursos estaduais, com esses recursos federais que foram recebidos, com que o Estado de Rondônia está gastando todo esse mundo de recursos que está chegando nos nossos cofres. Porque, estamos aí há mais de 50 dias de *lockdown*. Estamos aí, Deputado Alan Queiroz, há mais de 50 dias de *lockdown* e nós não vemos a curva ser achatada. A gente não vê a quantidade de mortos diminuir. Muito pelo contrário, Deputado Chiquinho da Emater. Vidas rondonienses continuam sendo ceifadas, mesmo com o *lockdown*. E aqui eu não entendo, não entendo, o próprio Secretário de Saúde, Fernando Máximo, diz que eles não têm dados técnicos para decretar tanto isolamento restritivo. Eles não têm dados técnicos para dizer se é ou não é nas escolas que estão pegando Covid.

Eu, lógico, sei que não é, porque as escolas estão fechadas há mais de 1 ano. Eles não têm dados técnicos para dizer que se pega mais Covid no comércio nos finais de semana. Infelizmente, uma grande arbitrariedade do governo estadual, na formulação desses decretos. É tanta falta de gestão, que decreta hoje, daqui a 1 hora muda o decreto. Daqui a 2 horas muda a flexibilização da flexibilização. Daqui a 3 horas muda tudo. E aí ninguém sabe mais. Nem a própria equipe de Segurança Pública que está fazendo a fiscalização do Decreto, sabe qual é o decreto que está vigente, Deputado Jhony Paixão. Os nossos policiais, homens e mulheres, estão saindo às ruas para fiscalizar, mas eles não têm conhecimento de qual decreto que está em vigência.

Então, isso nós temos que acabar. Se nós realmente somos um Estado alinhado com o Presidente da República, se realmente Rondônia pode-se dizer “amiga”, um Estado amigo do Governo Federal, temos que entender que *lockdown* não resolve problema de Covid. Temos que entender que fechar o comércio nos finais de semana não resolve o problema da nossa sociedade. Temos que entender que não vai ser assim que vai ser combatida esta pandemia. A gente já passou mais de um ano e *lockdown* não resolve e nunca resolveu. A própria Organização Mundial de Saúde já entendeu que *lockdown* não resolve. A própria OMS está orientando o uso da ivermectina, o tratamento precoce, a profilaxia, que são duas coisas separadas. Então não entendemos o motivo dos nossos gestores não investirem em tratamento precoce e querer

apenas sangrar os empresários, os comerciantes, os pais e mães de famílias que querem ter o direito de deixar seus filhos na escola.

Deputado Alex Redano, isso muito me preocupa porque, como eu falei no início da minha fala, no início do meu discurso, o que eu vejo é que num curto espaço de tempo este Parlamento vai ter que abrir a CPI da Covid, Deputado Alan Queiroz, porque milhões foram recebidos, e a gente não vê mudar nada no nosso Estado de Rondônia. Muito obrigado, Presidente.

Mas eu queria fazer mais uma, o uso da fala rapidinho. Só para parabenizar os militares da Força Tática do 9º Batalhão que nesta semana realizaram uma grande apreensão de entorpecentes, de drogas. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Eyder Brasil.

Gostaria de convidar o nosso querido deputado, Excelentíssimo Deputado Laerte Gomes. A tribuna fica livre por cinco minutos, sem direito à aparte.

Só retificando aqui, falando aqui com o Prefeito Mirandão, não são 3 horas, são 3 cilindros. Talvez seja menos mal, mas está lá um desespero com o pessoal da Saúde. Já mandei mensagem para o Secretário Estadual de Saúde, Fernando Máximo, ligar para o Prefeito de Costa Marques, o Mirandão.

O SR. LAERTE GOMES – Tirar a máscara aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Fique à vontade, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Já que estamos com o distanciamento social aqui.

Eu queria falar dois temas, Senhor Presidente. Primeiro cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, nosso amigo, Deputado Alex Redano. Parabenizar, Presidente, pelo início dos trabalhos na sua gestão como Presidente desta Casa, toda sua Mesa Diretora. Estamos aqui para apoiar, para ajudar e para contribuir para o bom andamento do trabalho aqui na nossa Casa, a Casa do Povo, a Assembleia Legislativa. Cumprimentar os demais companheiros, colegas deputados, Deputada Cassia Muleta, que está aqui presente conosco. Deputada Cassia Muleta, deixar aqui a nossa força, a nossa fé, as nossas orações. Estamos orando toda noite pelo restabelecimento, mais breve possível do nosso colega, sempre Deputado, o seu cunhado Amauri das Muletas, que está numa luta, numa guerra pela sobrevivência, pela vida, e Deus vai dar a vitória para ele. Então deixar aqui o meu carinho a você, ao seu esposo, ex-Deputado João, e toda sua família, e todos os demais que estão passando por este momento tão difícil. Aqui, alguns colegas deputados já passaram. Eu tenho passado agora, minha sogra está no hospital, 90% dos pulmões acometidos. Meus filhos estão com Covid. E a gente sabe que não é fácil. É um vírus que veio para mudar. É um vírus que veio para aterrorizar. É um vírus que a própria ciência, os próprios médicos estão ainda tentando encontrar, Deputado Dr. Neidson, o caminho de combater ele. Cada organismo é algo diferente. É impressionante! E cada dia mais aparecem novos protocolos, com resultados positivos. E eu acho, Deputado Alan Queiroz, que o maior estudo, e até porque os nossos

cientistas e médicos não estão tendo tempo para estudar, não dá tempo para estudar, o maior estudo é a troca de informações e experiências, não é? Para a gente poder vencer até chegar à vacina, porque o grande remédio para isso é vacinar, imunizar a população em massa.

Dizer, Senhor Presidente, que eu, semana passada, nós fizemos um vídeo, conversamos com o nosso Comandante do Corpo de Bombeiros. E eu queria estender isso a todos os órgãos do Estado, e queria estender isso também aos municípios de Rondônia. Nós sabemos que nesta Covid o nosso comércio, o nosso grande gerador de emprego no Estado de Rondônia, depois, logicamente, das vidas que foram das pessoas, dos seres humanos que pegam esta doença, quem tem mais sofrido e pagado a conta com, muitas vezes, decisões, algumas acertadas e muitas erradas, de inviabilizar o funcionamento do comércio. E eu quero aqui deixar claro que sou contra fechamento de comércio, sou contra *lockdown*. Eu acho que esse não é o caminho. E isso tem feito os nossos comerciantes – micros, pequenos e médios empresários – sofrerem muito. Muitos, Deputado Ezequiel Neiva, fecharam suas portas, demitiram seus colaboradores e muitos até passaram necessidades. E o poder público — e aí não leva aqui a minha fala a pontuar “a” ou “b” —, mas o poder público em geral não tem tido a mesma sensibilidade com esse segmento.

A semana passada, no município de Ji-Paraná, um cidadão, um empresário foi pedir a licença, renovar a licença do Corpo de Bombeiros e o Corpo de Bombeiros exigiu — estou com o documento aqui — um novo projeto contra incêndio e pânico. Ora, como é que o cara vai fazer um projeto, o empresário, se já está quebrado, se já está sem condições? Tem que contratar engenheiro, tem que contratar técnico, tem que pagar taxa. Já está ali naquele comércio, já tem 20 anos que ele está no mesmo local, no mesmo comércio. Agora exigiram novamente que se faça um projeto contra incêndio e pânico. Ele não tem condições, vai fechar o comércio.

Eu solicitei ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros e à Casa Civil, que o governo tivesse a sensibilidade — e queria estender isso também para outros órgãos, como a Sedam — de renovar essas licenças, principalmente o Corpo de Bombeiros, sem precisar fazer projeto contra incêndio, contra pânico, Deputado Eyder, sem cobrar as taxas. Não tem condições de pagar. Vamos todos ajudar. Vamos todos contribuir. E quero estender isso também aos municípios. Os alvarás de funcionamento das empresas, vamos prorrogar sem cobrar taxa, Deputado Ezequiel. As nossas empresas não têm condições. Só têm condições os que são no essencial, nos Decretos que são serviços essenciais. Grandes supermercados, farmácias, esses, tudo bem; mas 90% que são a média, a pequena e a micro empresa não têm condições nenhuma.

Então eu queria deixar aqui esse apelo aos nossos gestores, tanto do Estado como dos municípios, que tenham a sensibilidade e entendam que neste momento não há de se apertar, de cobrar dos nossos comerciantes.

E quero aqui dizer, Presidente Alex, nós precisamos tomar uma decisão muito séria. A PGE, Procuradoria-Geral do Estado está ajuizando todas as dívidas que os comerciantes têm, que as empresas têm na Justiça, antes que se criem leis para quê? Para ajuizar, para depois negociar e eles terem, por lei — que infelizmente foi votada, no passado, na Assembleia Legislativa

—, ganhar os honorários deles. Gente, vamos ser humanos. Olha o que nós estamos vivenciando, Deputado Crispin. Está todo mundo quebrando.

Quero dizer aos Procuradores do Estado que daqui uns dias os comerciantes vão estar fechados e não vai ter mais arrecadação para pagar os salários de vocês: para das os 60 dias de férias, para deixar vocês advogarem... Tudo isso foi aprovado nesta Casa. Então, vocês têm que ter sensibilidade que agora não é o momento disso.

E os nossos Prefeitos também, da mesma forma, prorrogar o prazo do IPTU. Também os Procuradores municipais estão ajuizando ações do IPTU. Nós temos 15 milhões de desempregados neste País, neste momento.

Então, eu queria deixar isso aqui. Eu acho que é um tema que esta Casa pode discutir, pode contribuir. Eu sei que não é fácil. No momento tudo passa por — o Estado também, e municípios — dificuldade, mas é um momento de se fazer um esforço.

Corpo de Bombeiros: vamos parar de exigir projeto contra incêndio, porque a maioria das empresas que fazem esses projetos contra incêndio são ligadas a engenheiros de Corpo de Bombeiros, a servidores de Corpo de Bombeiros. Vamos parar com isso. Vamos baixar, Comandante — você que é uma pessoa do bem —, vamos baixar um Decreto para prorrogar automaticamente o alvará, que não é momento de nós cobrarmos nada disso, Presidente. O Fundo do Corpo de Bombeiros e o Fundo dos outros órgãos já estão muito bem contemplados com recurso. Certo, Presidente? Deixar aqui mais uma vez à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, nobre Deputado Laerte Gomes.

Convido neste momento, o 1º Secretário desta Casa Legislativa, Deputado Jair Montes. A tribuna fica livre ao Excelentíssimo Deputado, por cinco minutos, sem direito ao aparte.

O SR. JAIR MONTES – Senhor Presidente, senhoras e senhores, Senhor Deputado Laerte Gomes, ex-presidente desta Casa, o qual há tempo eu não via pessoalmente, só desejo ao senhor, a sua sogra e aos seus filhos, uma boa recuperação contra esse terrível mal, vírus desgraçado, chamado “Covid”, que está hoje, infelizmente, afetando a população mundial, em especial a população do Estado de Rondônia. Hoje nós temos 138 pessoas na fila da UTI, precisando de UTI e não tem. Pessoas agonizando em hospitais, Unidades de Saúde, tanto do Estado quanto do município também, quanto dos particulares. E nós temos um fantasma, Deputado Alex Redano. Um fantasma chamado “cilindro oxigênio cilindro”. E nós fizemos já, esta Casa — não o Deputado Jair Montes — já fez o alerta ao Governo Federal, à Bancada Federal. Muitos me perguntam: “Deputado, por que o senhor tem sido tão ferrenho, crítico à Bancada Federal?”. Porque, infelizmente, a Bancada Federal do Acre, hoje, tem mais moral do que a Bancada Federal do Estado de Rondônia. O número de vacinas que chega a Rondônia é muito menor do que o número de vacinas que chega ao Acre. E, ontem, o General teve a cara de pau de falar: “nós vamos conseguir 400 cilindros, que já é muito.”. General, me perdoe, 400 cilindros? Ainda vai ter que dividir, Deputado Crispin: 200 para Rondônia e 200 para o Acre. Tudo que vem para cá, tem que ir para o Acre, vai metade para o Acre, sendo que Rondônia tem 3

vezes a população do Acre. Mas, General, 200 cilindros é esmola. Assim como o Governo Federal vem dando esmola para Rondônia através da vacina, nós também estamos recebendo agora esmola, vamos receber esmola de cilindro. E agora o Deputado Alex Redano, Presidente desta Casa, recebe a ligação de um Prefeito que fala: “Pelo amor de Deus, eu só tenho 2 cilindros aqui com oxigênio. Se não tomar providência, nós vamos ter aqui uma situação bem complicada no município.”. Esse é o desespero, Deputado Eyder. É isso que Rondônia está passando. Nós temos um exemplo bem aqui pertinho, o Estado do Amazonas, em especial Manaus. Pessoas que tem o dom que Deus nos deu, que é o oxigênio, chegam o momento que ele precisa do oxigênio e ele não consegue ter, ele morre asfixiado.

Pelo amor de Deus, Bancada Federal, acorda! Acorda, Bancada Federal! Vocês são os representantes do Estado de Rondônia, três 3 senadores e oito deputados federais. São vocês. Vocês têm que convocar Ministro da Saúde. Vocês têm que fazer convocação. Vocês têm que bater, correr atrás. E eu vou aqui fazer uma proposta, Deputado Alex Redano: que nós façamos aqui um convite coletivo desta Casa para que esta semana ainda — no mais tardar semana que vem — tem que ser agora, que a Bancada Federal esteja conosco. Um presencial aqui em Porto Velho, nesta Casa ou via on-line. Fazer como nós fizemos ontem para saber qual ação que nós podemos fazer junto com a Bancada. Assembleia Legislativa e a Bancada Federal. Nós somos representantes de um povo só: o povo de Rondônia. Não quer ser eu, Deputado Estadual, não quer ser eles, Deputados Federais, não quer ser. Que sejamos nós, Deputados Estaduais. Nós somos o único representante do povo no legislativo. Tanto federal quanto estadual somos nós.

Então, eu conclamo ao senhor que nós façamos isso o mais rápido possível. Como foi feito agora, ontem, que foi tão legal, tão bonito. A Assembleia Legislativa tomando de volta o seu protagonismo como Assembleia. Trazendo para cá os Poderes.

E eu vou falar uma coisa aqui, que eu não tenho rabo preso e medo de nada. E é por isso que eu vou falar. Nas minhas andanças como deputado, no meu trabalho de fiscalização do Governo do Estado de Rondônia, eu vejo um governo hoje acuado. Eu vejo um governo acuado na Secretaria de Saúde, porque o Ministério Público e o Tribunal de Contas tomaram conta do Governo do Estado. Não se faz nada sem Ministério Público e Tribunal de Contas dar o aval. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo! O Ministério Público tem que agir quando é provocado, tem que trabalhar nas investigações. O Tribunal de Contas é um mero fazedor de parecer, ou muito menos de recomendar. Eu não posso trabalhar como gestor tendo medo de Tribunal de Contas, senão “o poste está mijando no cachorro”. E eu vou trabalhar agora muito, muito, muito forte e não vou aceitar mais que o Tribunal de Contas de maneira monocrática cancele licitação nem de município e nem de Estado.

Nós temos uma licitação hoje que está parada por conta de um voto monocraticamente de um Conselheiro, que parou a licitação do lixo hospitalar. Rondônia tomou um prejuízo hoje de R\$ 3 milhões. É um absurdo! Esta Casa tem que se colocar como se é: a verdadeira Casa de Legislação, a verdadeira Casa de fiscalização. Chega, Deputado Laerte, chega! Senão

a coisa não vai, não anda! Não adianta ter Assembleia Legislativa! Não adianta ter deputados!

Governador Marcos Rocha, o carinho especial que eu tenho pelo senhor. Secretário Fernando Máximo. O Governador foi eleito para bater no peito e falar: "é comigo". Se eu acertar, acertamos todos, se errar, eu errei. Chega de ter interferência de Poderes onde é o papel do Executivo. No mais, muito obrigado. Que Deus nos abençoe.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns pelas palavras, Deputado Jair Montes.

Gostaria de convidar nosso Excelentíssimo Senhor Deputado Alan Queiroz. Tribuna fica livre ao Deputado Alan Queiroz por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. ALAN QUEIROZ – Excelentíssimo Senhor Presidente, particular amigo, Deputado Alex Redano, meus cumprimentos aos demais pares na pessoa do Deputado Jair que usou esta tribuna anteriormente e, com muita propriedade e muito conhecimento legislativo, se pronuncia num momento oportuno nesta Casa.

Quero, Senhor Presidente, também aqui trazer, além de preocupações, uma boa notícia. Hoje pela manhã estive visitando a Secretaria Municipal de Saúde aqui da nossa capital para saber, conhecer um pouco mais a tratativa com relação à aquisição das vacinas. Em primeiro lugar, eu gostaria imensamente de pedir que esta Casa se una juntamente com a nossa Bancada Federal — tão bem disse aqui o Deputado Jair, da importância de unir essas duas forças —, no sentido de levar ao Congresso Nacional, em especial ao Executivo Federal, o nosso Presidente da República, para que possa ter de fato, Senhor Presidente, a aquisição das vacinas pelos municípios, pelos Estados, que já estão buscando. Precisa dividir as tarefas. O Governo Federal, por si só, não dá conta de resolver todas as demandas referentes à Covid, quanto mais tantas outras frentes e necessidades que disse aqui tão bem o nosso companheiro, Deputado Eyder Brasil. Não é só Covid. O Brasil precisa continuar, a nossa vida precisa continuar. E se você não delegar funções, a gente não vai conseguir sair dessa crise. É necessário que o Governo Federal entenda que os Estados e municípios que têm condições de adquirir as vacinas possam imunizar o seu povo e, com isso, diminuir a carga do Governo Federal. Tem que ter esse entendimento, Deputado Chiquinho. A gente não está fazendo nada mais do que ajudá-los e ajudar o nosso povo. Esse entendimento precisa ser nesta linha.

Eu trago aqui, Senhor Presidente, uma boa notícia: hoje, nesta reunião, tivemos a presença, logo em seguida da reunião que tive com a Secretária, onde fui tratar sobre uma Emenda que estou destinando ao Município de Porto Velho para a aquisição de duas ambulâncias, Deputado Anderson, para atender as nossas duas UPAs. A UPA da zona leste e da zona sul não têm ambulância própria, utilizam do SAMU. Precisamos ter ambulância própria, e o nosso Vereador Dr. Júnior Queiroz, meu irmão, me solicitou e estou encaminhando essa Emenda para o Município de Porto Velho, através das minhas Emendas pessoais.

Mas tive uma grata satisfação que, após aquela reunião, Deputado Dr. Neidson, tivemos ali a presença de uma comissão dos Médicos Sem Fronteiras. Estão chegando ao nosso Município de Porto Velho para ajudar esse grande problema

por que estamos passando agora, da nossa pandemia em alto grau. E eles também irão estender esse atendimento aos municípios mais agravados do nosso Estado de Rondônia, como Guajará, como Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná. E, Deputado Chiquinho, tivemos ali uma conversa com eles e disse aqui o Deputado Laerte Gomes: "o grande momento é da convergência de informações". E essas informações estão sendo apresentadas por esse grupo de Médicos Sem Fronteiras, do mundo inteiro, de protocolos que estão dando certo. Eles estão desembarcando, Deputado Jhony, do nosso Município de Manaus, onde deu uma diminuída no agravamento dos pacientes, e eles estavam lá. E a experiência de lá, eles escolheram aqui, que está o grande foco, de poder também estar nos ajudando.

Então, eu trago aqui essa grande notícia para que a gente possa, de repente, estender a mão para eles também, como eu disse hoje lá, naquilo que pudermos estar ajudando. Ele já tem também uma conversa marcada com o Governo do Estado, com o Secretário Fernando, e a gente precisa acompanhar isso e ver de perto o que a Assembleia Legislativa pode fazer para auxiliar.

E, da mesma forma, Senhor Presidente — já para encaminhar o final do meu discurso aqui —, fiz uma cobrança sobre um projeto meu que tenho aprovado no Município de Porto Velho, à época da Câmara de Vereadores, da importância de treinamento de novos profissionais de Saúde para ajudar também na vacinação em massa, tão logo a gente tenha acesso aos imunizantes. Hoje, só quem faz é o técnico de saúde treinado para isso, os imunizadores. Quando chegar um grande número de vacina, precisamos ter mais profissionais capacitados para a gente ganhar. Quanto mais a gente ganha um dia, uma hora, a gente pode estar salvando uma vida. E, nesse sentido, a Secretária já está montando uma equipe de treinamento. Tive a grata surpresa também do nosso Sindicato dos Dentistas de Rondônia, do qual faço parte. Eu fiz uma solicitação, e 100% do Sindicato dos Dentistas se colocaram como voluntários para participarem do treinamento e ajudar nesse enfrentamento na hora da nossa vacinação em massa. Então, eu quero aqui registrar essas boas notícias, Presidente, no meio de tantas notícias ruins que a gente vem passando nesse dia a dia.

Muito obrigado, uma boa-tarde a todos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Alan Queiroz. Concedida a Questão de Ordem ao Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu quero parabenizar o Deputado Alan, porque ele trouxe um tema muito importante, que é a questão da vacinação, para todo mundo se unir. Eu acho que é o momento de união de Prefeitura, Deputados estaduais, Deputados federais, Senadores, Governador, Presidente da República. É a hora de todo mundo se unir em prol da vacina, vacinar nosso povo e nossa gente.

Mas eu queria também, Deputado Alan, parabenizar o Prefeito de Porto Velho. Recebi hoje uma bela notícia, que chegaram em Bandeirantes três médicos — médicos cubanos que estão

lá, já foram contratados pela Prefeitura —, lá em Calama, lá em Nazaré. Eu fico muito feliz porque lá em Vista Alegre também está tendo, Extrema, Califórnia. Então, eu acho que o Prefeito contratou 20 médicos, se não me falha a memória. E isso a gente quer parabenizar o Prefeito por uma ação muito importante de contratar esses médicos lá pelo interior que tem dificuldade em ter médicos brasileiros. E eu queria, Deputado Alan e também Presidente Alex, fazer uma proposta: por que não contratar esses médicos nosso que estão aí formados na Bolívia, no Uruguai, na Argentina, entendeu? Somos e muitos que estamos aqui no Estado de Rondônia. Poderia contratar esse nosso povo, nossa gente, também, para ajudar. Ajudar na vacinação, ajudar no atendimento, fazer uma força tarefa para a gente ajudar a nossa gente do Estado de Rondônia. Nosso muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Chiquinho, inclusive eu postei no grupo que amanhã viria uma comissão dos médicos formados no exterior, eles pediram para adiar para a próxima semana. Então é importante nós ouvirmos que eles irão trazer várias informações a esse respeito. Algumas cidades Brasil afora, é o caso de Chapecó, contrataram médicos formados no exterior. Então, vamos ver qual foi a receita que eles usaram e fica aí marcado para a semana que vem. Parabéns pelo seu posicionamento.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ – Uma Questão de Ordem também, Presidente, por favor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu gostaria de falar com os deputados se poderiam aguardar só terminar o discurso dos parlamentares, senão a gente vai alongar o assunto. Sem problemas?

O SR. EYDER BRASIL – Sem problemas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agradeço a compreensão.

O SR. EYDER BRASIL – Vou declinar aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gostaria de convidar agora para uso da palavra, Excelentíssimo Senhor Deputado representante da região de São Miguel do Guaporé, nosso amigo Deputado Ismael Crispin. São Miguel e região. Deputado Chiquinho que fica difícil, eu vou ter que citar os 52 municípios quando for fazer isso.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu sou de São Miguel. Quando você falou isso...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Você chegou a se levantar. Eu vi e fiz sinal para você se abaixar.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Exatamente. Eu ia me levantar. Mas o bispo é o mesmo. O bispo de Guajará é o mesmo de Cabixi e é o mesmo de São Miguel do Guaporé.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Desculpa a brincadeira Deputado Ismael Crispin. Com a palavra, Excelentíssimo Senhor

Deputado Ismael Crispin, pelo tempo de cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, público que nos assiste através da nossa página oficial pelo Facebook e o Twitter da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, cumprimento a todos nesta tarde. E trago aqui, Senhor Presidente, uma breve reflexão.

Nós estamos há um ano e alguns dias da pandemia. E se há alguém neste momento e que nós por diversas vezes aqui da tribuna desta Casa elevamos, se a Nação brasileira por diversas vezes também saudou e agradeceu foram aos servidores públicos, em especial, servidores da Saúde, servidores da Segurança Pública que estão, desde o primeiro momento, envolvidos diretamente neste combate, pondo suas vidas em risco a todo o momento. A todo o momento. E eu queria lamentar, não é a morte, porque nós estamos nos cansando de tanto fazer registro de óbitos Deputado Chiquinho, de tanto fazer notas de Pesar, mas hoje eu lamento aqui a Emenda Constitucional nº 109, que até ontem era ainda a PEC 186.

E por que se lamentar, senhores? Primeiro porque nós tivemos a Lei Complementar 173 que congelou o aumento e a possibilidade de você reconhecer o trabalho destes servidores que nós aplaudimos como linha de frente, de dar a eles dignidade salarial, de reconhecer a coragem pelo enfrentamento que estão fazendo não medindo consequências. Nós tivemos isso elevado até dezembro de 2021, através da Lei Complementar 173/2020. E agora, o Congresso presenteia os servidores públicos brasileiros com a possibilidade, — porque há alguns gatilhos, há algumas opções, mas com a possibilidade do congelamento do salário desse servidor por mais 15 anos. Não há outra palavra para justificar isso a não ser a injustiça. De que adianta se levantar, bater palmas, aplaudir, mas não reconhecer o esforço tremendo que servidores e eu uso aqui hoje com mais afinco todas as categorias, mas faço uma defesa muito especial dos servidores da Saúde, dos servidores da Segurança Pública. Deputado Alan, nós temos pelo Estado de Rondônia, Deputado Eyder os técnicos de enfermagem —que são do mesmo segmento de médicos e enfermeiro — fazem o enfrentamento diário e há deles, que recebem R\$ 1.200,00 para trabalhar o mês todo. E dentro desta possibilidade, agora normatizado através da Emenda Constitucional 109, podem ainda ter esse salário congelado por até 15 anos.

Será que não faltou um pouco de reflexão? É claro, e é louvável e eu faço sempre aqui uma defesa da agricultura familiar e do agronegócio do Estado de Rondônia e do Brasil. Mas há um se comprava um pacote de arroz por R\$ 12,00, por R\$ 13,00. Esse mesmo pacote de arroz, no mesmo supermercado, hoje chega a quase R\$ 25,00. E aí? Com o salário congelado, senhores, é possível dar dignidade a essa família, que, de repente, tem um só defensor do pão de cada dia para a sua mesa, com o trabalho que conseguiu no serviço público? Então, a meu ver, é falta de respeito, é não reconhecer. Quem conduz, de verdade, a máquina pública brasileira, não somos nós, políticos, não, nós por aqui passamos. Nós estamos por aqui num estado de momento, mas os servidores públicos, — Senhor Presidente, por gentileza —, mas os servidores públicos são os carregadores de piano de verdade. São eles que sustentam, que fazem o Estado acontecer. Há alguns casos

aqui, outro ali, de deslize, é verdade, mas são essas pessoas que têm trabalhado, Presidente Alex, para fazer Rondônia o que é, para fazer o Brasil o que é.

A meu ver, neste momento, o que deveria ser feito era uma análise de consciência. Porque eu não vi nenhuma proposta para cortar de nós parlamentares, por todo o Brasil, de Assembleia, Câmara de Vereadores, do próprio Congresso Nacional, dos Poderes públicos que ganham muito bem, de cortar na própria carne, de dizer: "Olha, vamos tirar aqui os nossos benefícios, a nossas regalias e vamos investir no povo brasileiro.". Mas não. É fácil atacar aqueles que não têm condições de se defender. Por isso, Senhor Presidente, o meu lamentar sobre a aprovação e promulgação da Emenda Constitucional 109. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, pelo discurso, nobre Deputado Ismael Crispin.

Gostaria de convidar, neste momento, para uso da tribuna, nosso representante do município de Ji-Paraná, Deputado Jhony Paixão. A tribuna fica livre ao nobre deputado por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. JHONY PAIXÃO - Perfeito, Presidente. Obrigado. Eu já cumprimento todos os pares que aqui estão presentes, aqueles que estão de forma remota e aquelas pessoas que estão nos seguindo e neste momento nos vendo, Deputado Eyder, de uma forma diferente, nas redes sociais.

Primeiramente, Deputado Ismael Crispin, espero, do fundo do coração, que seja sanada essa tratativa. Porque, como Vossa Excelência mesmo disse, bater palma, ovacionar, e não reconhecer profissionalmente, não resolve nada. Então, senhores, realmente é lamentável, deputados, saber que o Governo Federal enviou caminhões e caminhões de dinheiro para os Estados e para muitas prefeituras, onde, desse recurso, boa parte foi desviado — está aí a Polícia Federal prendendo todo mundo —, e depois ter de descontar da linha de frente, dos profissionais de saúde, dos profissionais de segurança pública. Isso é lamentável. E com relação ao Projeto de Lei o qual, realmente, direciona o desconto para a Assembleia, para o TJ, sou completamente favorável. Acho que é o momento de cortar na carne, se assim necessário for. Mas não do pequeno, Deputado Chiquinho, porque o pequeno já não tem nada. E esse nada, muitas vezes, é a pequena dignidade que está sendo tirada com o fechamento do comércio, ao que eu também sou contrário. Não acho que é dessa forma que nós vamos vencer a pandemia: fechando o comércio e nos acovardando. Neste momento é o momento que o comércio precisa ser impulsionado.

Nesse mesmo viés é que parabenizo a ação que foi feita aqui em Porto Velho, na sexta-feira, parabenizo o Governador do Estado: o drive-thru. Nós temos que identificar o vírus, conter e medicar as pessoas. É somente assim que nós vamos retomar as nossas atividades regulares e os comércios ficarão de portas abertas. E aí, nesse mesmo viés, Governador Marcos Rocha, peço que realize drive-thru também no interior do Estado. Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, assim como foi feito no ano passado. Ji-Paraná teve uma queda, Deputado Dr. Neidson, uma queda acentuada de pessoas contaminadas com a Covid-19 após o drive-thru ser feito, onde se identificou 700 pessoas. E eu

acredito que um segundo drive-thru nessa mesma região e no interior do Estado, nós vamos aí, realmente, avançar e deixar o comércio de portas abertas. E nessa mesma tratativa de comércio de portas abertas, é que eu coloco meu mandato e minhas Emendas parlamentares à disposição. Amanhã indicarei isso, inclusive, ao prefeito da minha cidade, mas neste momento eu deixo aberto a todas as prefeituras do Estado de Rondônia. Eu percebo que alguns comércios, em especial, Deputado Alan, a feira livre está sendo fechada. É o pequeno. Ele só tem aquilo. Uma semana sem vender aquele produto pode ser decretada a falência. Na última vez que foi fechada, foi no ano passado, nós fomos à feira, deputados, e lá identificamos uma mulher que vendia banana. Ela havia comprado R\$ 2 mil de banana. E se ela não vendesse naquela semana, ela perderia toda a sua produção.

Então, senhores, qual é a Indicação que faço, através do combate emergencial, de um contrato emergencial a prefeitura chamar os bombeiros civis para o enfrentamento à Covid, trabalhando nas feiras livres, dando o distanciamento, uso de álcool em gel e aferimento de pressão. Nós fizemos no ano passado, lá em Ji-Paraná, e deu muito certo. Só que dessa forma, dessa vez eu peço que nós possamos regulamentar, não só em Ji-Paraná como em outros municípios. E eu coloco meu mandato e minhas Emendas parlamentares à disposição para que nós possamos adquirir termômetro, álcool em gel, e os bombeiros civis possam, aí, fazer o distanciamento, porque o comércio, um mercado, deputados, onde tem o ar condicionado, local confinado, aglomeração total, pode ficar aberto. A feira livre, um local aberto, ventilado, sol quente, totalmente contrário ao que o vírus se propaga, fecharam suas portas e deixa as pessoas sem trabalhar. Então nós estamos aqui de braços dados. Eu tenho certeza, prefeitos que nos veem neste momento, a Assembleia Legislativa é parceira, para que nós possamos juntos superar esta pandemia, mas com o comércio e os produtores trabalhando. E eu coloco meu mandato à disposição para que nós possamos sanar isso. Finalizando, Presidente.

E amanhã, eu digo, quinta-feira, senhores, os senhores são prova da minha labuta aqui nesta Casa para entregar a ambulância UTI a Ji-Paraná, onde o prefeito anterior não quis. E dia 2, agora, de março fez um ano que destinei Emenda. Pois bem, quinta-feira, deputados, entregarei a ambulância a Ji-Paraná, onde poderemos ali salvar vidas, salvar pessoas. E aí eu parabenizo o prefeito que lá está, que aceitou a Emenda, já empenhou, e quinta-feira nós iremos entregar a ambulância UTI para atender Ji-Paraná e região. Serão dezessete municípios que vão ser atendidos através da ambulância UTI. E é dessa forma que nós vamos vencer a pandemia, andando de braços dados.

E para finalizar, Presidente, um assunto muito sério. É sobre o Detran. Senhores, não dá para acreditar. Desculpa, não dá para acreditar. Todos temos que trabalhar. Os ônibus continuam trabalhando, os taxis continuam trabalhando, o Uber continua trabalhando, mas uma aula de autoescola não pode ser dada dentro de um veículo. Eu vi até um *memé* no Facebook de uma moça, deputados, falando assim: "Olha, quando eu comecei a fazer minha CNH a gasolina custava R\$ 4. Se a gasolina chegar a R\$ 20 e eu não conseguir concluir minha CNH, eu nem quero mais, porque eu não vou conseguir nem comprar, nem

abastecer meu veículo". Então, senhores, nós temos, neste momento, autoescolas que estão fechando suas portas por uma situação que não dá para acreditar que esteja acontecendo aqui no Estado de Rondônia. As autoescolas de portas fechadas. E nós temos, deputados, nós tínhamos a participação da Comissão que iria elaborar os decretos, e esta Casa de Leis não foi convidada. Os produtores de placas de veículo, quem vive disso está falido. Os despachantes estão falidos.

E tem mais, deputados. Esse agendamento que estão dizendo que acontece, meu gabinete fez um agendamento simulando, tem 20 dias e não conseguiu ser atendido. Vinte dias e não conseguiu ser atendido. Eu tenho um rapaz que tem quase 30 dias que comprou uma caminhonete, quer transferir e não consegue transferir, porque não tem como fazer vistoria. Eu conheço um rapaz chamado Senhor Aragão, lá da região de Ji-Paraná, já tem 40 dias que ele comprou um caminhão, deu lance, está pagando o financiamento desse caminhão e não consegue emplacar o caminhão, Deputado Eyder, para trabalhar, porque o Detran está fechado. Mas aí você vai em Mato Grosso, do lado, o Detran está aberto. Você vai ao Acre, o Detran está aberto. Senhores, esse vírus que ataca Rondônia é um vírus muito pior do que esses que estão atacando esses municípios, porque nesses Estados o vírus está levando a vida, e aqui no Estado de Rondônia esse vírus está levando a dignidade, está levando as finanças, está fechando portas, causando desemprego.

E essa é na mesma Indicação, Presidente. Eu quero deixar um Requerimento aqui, de forma verbal, vou formular depois, para que o Secretário, para que o Senhor Gonzaga possa estar aqui conosco na próxima Sessão dando esclarecimentos de quando retomará as suas atividades normais. E já faço uma Indicação também, que pessoas que estão à frente desse decreto lá no Detran — eu nem sei se é o Coronel Gonzaga ou quem seja —, mas eu faço uma indicação neste momento, senhores, para que o tempo em que ele permaneça fechado, ele também não venha a receber salário. Essa é a minha Indicação, que eu coloco neste momento. Porque se as empresas não podem abrir suas portas para as atividades laborais, para gerar emprego, gerar renda e pagar as suas custas, pagar seus funcionários, as pessoas que estão privando-as de trabalharem também não devem receber salário. Quem sabe assim, deputados, sem salário, a pessoa consiga ter o coração mais amolecido, seja mais coerente e possa atender nossa sociedade como um todo.

Presidente, obrigado. Nobres pares, deixo aí essa reflexão: nossos amigos rondonienses estão morrendo e junto disso estão perdendo a sua dignidade. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Jhony Paixão. Parabenizo pelo seu discurso, vem ao encontro também do meu pensamento. Tenho recebido muitas reclamações do Detran em todo Estado de Rondônia. Então, realmente preciso de mais agilidade, principalmente neste momento de pandemia. Parabéns pelo seu posicionamento. Gostaria de convidar para o uso da tribuna, agora sim, grande representante do município de Guajará-Mirim, Deputado Dr. Neidson. A tribuna fica livre ao Excelentíssimo Deputado Dr. Neidson, por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. DR. NEIDSON - Boa tarde, Deputados, Deputada. O que me traz a esta tribuna foi a reunião que nós fizemos ontem via

on-line, com relação à possível falta de oxigênio no nosso Estado de Rondônia, no qual a estimativa feita pelo Ministério da Saúde foi de cinco mil cilindros de oxigênio para que sejam entregues ao nosso Estado, mas vai encaminhar duzentos cilindros somente, para atender o Estado de Rondônia. Já é uma ajuda ao nosso Estado, mas, infelizmente, a empresa ou as empresas que fornecem oxigênio não estão dando conta de atender a demanda dos nossos municípios. Trinta e um municípios foram notificados pelas empresas que possivelmente daqui uns 15 dias — já passaram quase 7 dias desde essa notificação — seria cessada a oferta de oxigênio, o fornecimento de oxigênio. O General do Ministério da Saúde, lá — esqueci o nome dele —, o Ridauto, disse que em conversa com uma das empresas, disse que seria cessada a oferta de oxigênio. Esperamos que não. Mas nós vivenciamos hoje, principalmente no município de Guajará-Mirim, Deputada Cassia, Deputado Chiquinho, o maior índice de mortalidade do nosso Estado de Rondônia, neste momento. E nós temos uma usina de oxigênio parada num hospital que está em construção, há mais ou menos 7 anos está para completar 10 anos em construção e nunca é concluída. Essa usina tem mais ou menos 10 mil metros cúbicos de capacidade para produção de oxigênio, atender mais ou menos 40 leitos, 80 leitos, que é a capacidade do hospital que está em construção, e 20 leitos de UTI podem ser atendidos por essa usina.

Então, eu fiz uma Recomendação Legislativa e, vamos, após a Sessão, Deputada Cassia, vamos solicitar uma Sessão Extraordinária da Comissão de Saúde para aprovarmos essa Recomendação ao Governo do Estado. Nós não queremos ser os responsáveis pela morte por falta de oxigênio nos nossos municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e outras regiões. Para que o governo possa colocar em funcionamento e com capacidade de recarga de balões de oxigênio, dos cilindros de oxigênio essa usina de oxigênio que temos parada no município de Guajará-Mirim.

Quero pedir o apoio dos deputados que são da Comissão e os que estão presentes também, para que possam aprovar essa Recomendação Legislativa e solicitarmos ao Governo do Estado e ao Governador Marcos Rocha, que está sensível também com a situação da Saúde do nosso Estado. Queremos pedir a ele, também, já, que possa colocar em funcionamento essa usina de oxigênio lá do município de Guajará-Mirim. Não vai atender só ao município de Guajará-Mirim. Vai atender o município de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho, que é atendido naquela região. Nós temos a Vila da Penha que é atendida em Nova Mamoré, que é atendida em Guajará-Mirim. Temos a fronteira, os bolivianos também chegam ao município de Guajará-Mirim e não queremos ser responsáveis por essas situações. É de responsabilidade da Prefeitura o oxigênio, mas quando não se consegue se adequar à demanda, os municípios pedem socorro aos Estados, assim como o Estado pede socorro ao Governo Federal. Então, nós estamos pedindo socorro ao Governo do Estado para que possa colocar em funcionamento essa fábrica de oxigênio e peço o apoio de todos os deputados para que possamos aprovar essa Recomendação Legislativa. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Dr. Neidson. Parabéns por falar desse tema tão importante.

Precisamos juntos encontrar uma solução. A questão da falta de oxigênio é gritante. Nós passamos uma situação, senhores deputados, muito preocupante. Depois eu vou usar a tribuna, que eu vou relatar o que realmente, de fato, aconteceu, na madrugada de sábado para domingo, em Ariquemes, que quase faltou oxigênio. Eu vou detalhar. Mas graças a Deus, vidas foram salvas.

Eu gostaria de convidar agora, o grande companheiro, deputado que eu tenho a honra de conviver no mesmo município, faz um trabalho brilhante, Deputado Adelino Follador. A tribuna fica livre ao Deputado Adelino, por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – Cumprimentar todos os meus companheiros aí presentes hoje. Também todos os companheiros que estão *on-line* acompanhando nossa Sessão. Também todas as pessoas que estão nos assistindo e, com certeza, muita preocupação neste momento. Nós estamos aí hoje vendo e conversando com vários Prefeitos, vários Secretários de Saúde dos municípios, e na outra reunião priorizamos a importância do Governo do Estado em acompanhar, fazer uma força-tarefa, criar um grupo de pessoas para dar apoio para os municípios. Nós sabemos hoje — hoje não, a gente sabe — que tem a baixa, a média e a alta complexidade. Nós sabemos que a grande complexidade é de responsabilidade do Estado. Então, nós temos que saber que hoje nós temos que dar as mãos. Todo mundo tem que fazer o máximo que pode. Mas muitos municípios estão assumindo aquilo que não era de responsabilidade dele para ajudar neste momento para evitar mais mortes do que estão acontecendo. E esses municípios se encontram com muita dificuldade de manter esses medicamentos, essa estrutura que não estava planejada para eles. Eles não recebem do SUS dinheiro para manter. De baixa complexidade não recebe recurso igual ao de média complexidade. Porque de média complexidade não recebe igual ao da alta, que é o Estado de Rondônia. Então, nós precisamos nos preocupar com isso. Tem remédios aí que se comprava por menos de R\$ 100 lá atrás e hoje é mais de R\$ 400. Então, além de aumentar o consumo — muito alto —, tem muitos remédios que aumentaram demais e está difícil desses municípios manterem aquilo que eles estão fazendo.

Então, nós precisamos que o Governo do Estado lá com o Governo Federal, também Bancada Federal tem cobrado do Governo Federal para ajudar o Estado. Mas o Secretário de Estado, o Governo de Estado tem que ser o maestro, tem que conversar com os municípios, sejam os Prefeitos ou, principalmente, através do Cosems (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde), conversar com os Secretários Municipais. Ter esse diálogo para que não acarrete mais ainda o problema do Estado. Os municípios não conseguem segurar esse paciente lá, ele vem para o Estado e cada vez vai ficando pior.

Então, eu gostaria também, que o Estado, eu sei que já tem muitas ações, mas, às vezes, há momentos que precisam naquele momento uma opinião. Os médicos desses municípios também terem um diálogo direto com alguém da Secretaria de Estado para poder ter alguma orientação em algum momento, porque esses municípios não foram preparados para isso e eles estão fazendo milagres. Muitos municípios estão se

esforçando. Eu sei que às vezes o Governo do Estado reclama que alguns municípios, mas vamos deixar aqueles que não têm interesse. Mas aqueles que têm interesse, que têm condições de montar mais uma UTI, aqueles que têm condições de colocar mais leitos clínicos, vamos ajudar, vamos participar, vamos incentivar para ele conseguir manter aquilo lá, porque cada vez mais está ficando difícil e não sei até quando eles vão se sustentar dessa maneira.

Então, quero deixar esse apelo. Estão faltando médicos — aquilo que já foi citado pelos meus companheiros aí — e tem que, de repente, tem muitos, e o Deputado Alex, Presidente, o senhor falou a questão de receber esses médicos que são formados fora. Tem muitos que só falta eles terem, não é o estágio, eles já fizeram a prova, já fizeram o ano aqui dentro do Brasil, e agora só falta eles terem um hospital para eles poderem trabalhar para concretizarem as aulas e, por causa da pandemia, estão paradas. E, se não me engano, são muitos médicos que estão nessa situação. Só falta essa escola para que eles concluam seu curso aqui e tenham a sua documentação.

Então, nós precisamos sim tentar ajudar esse pessoal para eles nos ajudarem, para eles ajudarem a população. E eu, Presidente, também gostaria de falar num outro assunto. Que nós tivemos semana passada fazendo uma Indicação, uma cobrança ao Detran. O ano passado veio um Projeto para a Assembleia, houve alguns questionamentos, foi retirado e tem que vir para diminuir as taxas. As taxas estão impagáveis. Vocês sabem que no ano passado, só por causa da diferença das taxas, a taxa da UPV do Estado aumentou 24%. Então quer dizer que os impostos do Detran, sejam de taxas, seja de IPVA, todos, automaticamente aumentaram 24% — automático! Então nós precisamos mudar isso. Nós não podemos deixar isso só aumentando.

Quando a gente pede para diminuir o imposto da cesta básica, fala que não pode abrir mão de receita. Mas cada vez que dá um aumento, cada vez aumenta mais o imposto também, seja de combustível, seja de alimento, seja do arroz, de qualquer coisa. E também das taxas, também dos impostos, e isso nós temos como o Estado mudar essa Lei, para que não haja esse gatilho automático, que ninguém está aguentando mais.

Então, foi citado agora por meus colegas aí a respeito do fechamento do Detran. Não está atendendo, mas todos os órgãos do Estado não estão atendendo. Não é só o Detran. Então, precisa que o Governo do Estado aja. Qual a dificuldade que tem? Eu já falei com o Diretor-Geral do Detran e ele prometeu que ele vai estudar, para semana que vem, ver se é possível atender. Mas aí tem o guarda, todos os Detrans têm guarda, é só deixar entrar cinco, dez de cada vez, fazer, atender e sair. Tem muita gente que tem dificuldade de fazer tudo via internet. Nós sabemos que isso é difícil para as pessoas, principalmente os agricultores. Nós temos aí também a questão do próprio Idaron, Emater, esses órgãos públicos têm que ter um plantão lá. Têm que ter alguém atendendo, têm que ter alguém para orientar, para que as pessoas consigam ser atendidas.

Então, eu quero deixar esse apelo ao Detran. Eu já fiz essa Indicação semana passada, que mande esse Projeto o mais rápido possível para baixar essas taxas, além de baixar essas taxas, e depois o Diretor do Detran falou que isso teria que

falar com a Sefin. Nós vamos fazer uma Indicação, vamos chamar a Sefin para que ela venha, para ver se nós temos condições de mudar, mas o Governo do Estado tem que mandar, para que a gente aprove, para que não aumente cada vez mais. E agora eu ouvi o pronunciamento do meu colega Deputado Laerte dizendo que o governo vai executar os comerciantes. Isso é gravíssimo! Esperamos que a Procuradoria do Estado não faça neste momento isso. Isso seria... Isso, pedir para fechar as empresas, muitas empresas que não estão consideradas essenciais, aí que vão fechar de uma vez. Então, nós temos que, neste momento, ter toda a calma, poder ajudar essas pessoas, não prejudicar, dar um prazo para essas pessoas se regularizarem sob pena de desempregar muito mais gente. Então quero deixar esse apelo ao Governo do Estado, à Sefin, ao Detran, aos órgãos públicos todos, para dar uma atenção principal. Esses órgãos existem para quê? Para dar atenção à população, senão não precisava deles. Então, nós precisamos nos preocupar para atender a população. Isso não tem por que, e eu acho que isso não parte, não adianta pressionar o Diretor do Detran. Eu acho que tem que ser uma conversa dentro do Governo do Estado, dentro da Casa Civil, dentro de quem faz esse Decreto. Como foi citado por vários colegas aí: todos aqueles que querem que fechem as empresas abram mão também do seu salário. Então, para ver as pessoas que decidem para que as outras fechem empresas, fiquem 15 dias fechados, 20 dias fechados, ele não vai receber nada, ele só tem despesa. Quem vai pagar o aluguel? Quem paga a água, quem paga a luz? Cada vez... E eles estão todos com dificuldades. Isso já se passa quase 1 ano com esse problema: fecha-abre, fecha-abre, e mais um fechamento ninguém vai aguentar.

Então, eu quero deixar esse pronunciamento, Deputado Presidente. Para nós é um prazer, mais uma vez, estar aqui na Sessão. E a gente ouve tanto clamor neste momento. Com certeza, a gente quase que se sente incapaz, mas nós temos que cobrar, nós temos que levar essas reivindicações para que as coisas aconteçam dentro do possível. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Adelino Follador, parabéns pelo discurso, pelo seu posicionamento. Quero que Vossa Excelência saiba que estamos juntos nesta luta.

Gostaria de convidar, para uso da tribuna, o Deputado representante do Município de Cacoal, Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró. A tribuna fica livre por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar, em seu nome, os nossos demais deputados que estão de forma presencial e os que estão de forma remota. Cumprimentar toda a imprensa, toda a sociedade rondoniense, que faz aí o trabalho de divulgar tudo o que acontece na Assembleia Legislativa, além de informar as pessoas... **(falha na transmissão do áudio)** da necessidade desse distanciamento, da necessidade de uso de máscara e gel, e da... **(ininteligível)**.

Presidente, eu quero ser bem breve hoje na minha fala. Quero aqui só trazer alguns relatos do que vem acontecendo aqui no nosso Estado de Rondônia. Mesmo com a pandemia, nós tivemos essa votação importante em relação ao projeto da

vacinação. Demos a liberdade de o governo já ter essa matrícula. Está preparado, que na hora que puder, através do Plano Nacional de Imunização comprar essas vacinas e conseguir comprar, o Governo de Rondônia já antecipou isso.

Então eu quero aí, parabenizar o Governador Coronel Marcos Rocha, o Secretário de Saúde Fernando Máximo, Casa Civil que anteciparam e já deixaram o Estado preparado para que possa adquirir essas vacinas. Ao mesmo tempo, Presidente, nós precisamos continuar, no nosso Estado avançando, criando maneiras de fazer com que o comércio continue trabalhando, claro, mantendo todos os cuidados, mas precisamos manter a esperança das pessoas abertas, no nosso Estado de Rondônia, deixando os nossos comércios abertos.

Estive essa semana, Presidente, em uma visita aqui no Município de Castanheiras em que nós temos uma única escola estadual chamada Francisca Júlia da Silva. Essa escola lá de Castanheira sofreu um vendaval no mês de outubro — final de setembro, começo de outubro —, a escola está totalmente destelhada, janelas arrancadas, toda destruída. As pessoas estão acomodadas em um pequeno quarto, uma pequena sala despachando ali naquela escola. E foi chamada a Secretaria de Educação, através da InfObras, para avaliar o que precisa fazer naquela escola. É a única escola estadual que tem no Município de Castanheiras e seu orçamento deu um valor acima do valor do Proafi (Programa de Assistência Financeira), que são R\$ 330 mil. E a segunda informação que consta para mim aqui, é que o Tribunal de Contas requereu esse processo e não está dando andamento. Então, eu estou fazendo aí uma Indicação para que a Seduc providencie com urgência a reforma desta escola e ao mesmo tempo um requerimento para a Seduc e para o Tribunal de Contas pedindo informações o porquê essa obra não foi executada. Se realmente esse processo está dentro do Tribunal de Contas ou se é um argumento que não seja verdadeiro. Mas não podemos admitir que uma escola, uma única escola num município não consiga funcionar e está toda destelhada. Nesse momento de pandemia, onde poderíamos avançar nessas obras, que as crianças não estão frequentando a escola, poderíamos deixar as coisas organizadas para que passasse a pandemia, tiver a vacinação nós tenhamos um local para as nossas crianças estudarem. Então é inadmissível que a Secretaria não tome providências para que a gente possa realmente dar condições de uso de uma escola, uma única escola em um município. Então eu queria só fazer esse registro.

Queria aqui também fazer um registro da nossa visita ao distrito de Estrela de Rondônia. Agradecer ao técnico da Emater, o Adriano que está gerenciando aquele ponto de atendimento da Emater ali naquela localidade. Nos levou a vários produtores rurais, a várias agroindústrias, faz um excelente trabalho no distrito de Estrela de Rondônia. Então seria essa a nossa fala, Presidente.

E para concluir, eu queria solicitar mais uma vez dessa presidência sobre a votação do zoneamento do Estado de Rondônia. Nós temos aqui recebido vários produtores rurais, nós temos recebido aqui as pessoas que precisam investir no Estado de Rondônia, principalmente do agronegócio, e está dependendo de nós fazermos essa votação em relação ao zoneamento do Estado de Rondônia e, claro, consequentemente, a desafetação ali da Reserva Jaci-Paraná. Eu queria que o Presidente colocasse isso em pauta, desse

celeridade nesse processo para que a gente pudesse votar o mais breve possível. Obrigado, Presidente, pela oportunidade e tenhamos aí uma semana abençoada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Cirone. Você trouxe à baila um tema muito importante que é a questão do zoneamento. Vamos nos reunir, vamos discutir. Eu me preocupo com a grande quantidade de Emendas neste projeto, tenho medo de acabar emperrando esse projeto, mas vamos discutir e, o mais breve possível, vamos colocar em pauta. O Deputado Chiquinho está sempre cobrando essa situação também. E é de suma importância para o Estado de Rondônia, mas é importante que tenha um consenso na Casa Legislativa.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Concedida Questão de Ordem, Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Eu gostaria Presidente, eu cheguei aqui, o nosso colega Deputado Cirone já estava no final da fala, mas muito importante a questão do zoneamento. Eu acho que, às vezes tenho dito que hoje o maior problema do Estado de Rondônia talvez seja a questão fundiária. Eu assumi a Comissão de Meio Ambiente no momento que eu estava lá em Brasília internado, agradeço aos colegas deputados, Vossa Excelência já conduzindo os trabalhos como Presidente desta Casa e ter me colocado essa tamanha responsabilidade e eu quero Presidente, me colocar à disposição para que a gente possa desempenhar da melhor forma possível. Eu quero contribuir na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente com os trabalhos da Comissão. Eu acho de grande importância e, até hoje procurei Vossa Excelência que pudesse reunir, eu já procurei... A ansiedade de reunir a Comissão de Meio Ambiente, a gente está tendo aí a questão da pandemia, mas eu me coloco a inteira disposição para que a gente possa realmente contribuir na condição de Presidentada Comissão de Meio Ambiente, junto com os demais colegas desta Comissão. Parabéns aí, pela condução do trabalho.

A SRA. CASSIA MULETA – Um aparte, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Edson Martins. Sabemos da sua grande competência e com certeza será um grande presidente da Comissão de Meio Ambiente, uma das comissões mais importantes desta Casa Legislativa. Concedo o aparte à Deputada Cassia Muleta.

A SRA. CASSIA MULETA – Boa tarde a todos, a todos os deputados aqui, ao meu amigo Deputado Chiquinho, a todos os deputados meus amigos, em especial aqui nosso Presidente, presidindo com muita seriedade esta Casa de Leis. E quero dizer aqui, Presidente, eu também tenho um pouco de dúvida em votar este projeto no momento. Eu acho ainda que nós ainda temos que fazer algumas reuniões aqui com os deputados, conversar com os moradores, que eu recebo muitas visitas dos moradores daquela região. Tenho uma Emenda também para colocar nesse projeto. Eu acho que neste momento nós

temos que a necessidade de votar, mas eu preciso entender mais, estar mais por dentro. Eu sempre estou conversando com o Deputado Chiquinho e ele está falando a necessidade que tem, mas eu acho ainda que nós temos ainda que conversar e não só com a Comissão do Meio Ambiente, mas com todos os deputados para ver cada colocação que há sobre esse projeto.

E também, Deputado, o meu gabinete hoje está em luto. Esta noite nós perdemos também um assessor por Covid-19. Estou aqui triste, quero deixar meus sentimentos aos familiares do Mário, que faleceu esta noite. Foi internado há 10 dias e infelizmente veio a óbito ontem. E lá em Jarú, um jovem de 20 e poucos anos, menos de 30 anos, também morreu, o Luciano, muito amigo da gente. Também deixo minha nota de pesar por estas pessoas que perderam a vida por Covid. E também o meu amigo mototaxista, no município de Jarú, também, o Benildo, que perdeu a vida esta noite. Então eu deixo o meu pesar por essas 3 pessoas queridas, do meu convívio. Muito obrigado, Presidente.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Senhor Presidente...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputada Cassia. Questão de Ordem concedida ao Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu queria parabenizar o Deputado Cirone, que trouxe um tema muito importante, Deputado Edson, o senhor que é o presidente da Comissão do Meio Ambiente. Nós temos dois projetos importantes. Um se trata da PLC 80, que é onde está tendo a maior dificuldade em aprovação ainda, tem muitas Emendas, mas esse Projeto tem de ser votado, rapidamente. São dois projetos. Tem a questão do zoneamento e a questão do PLC 80. Um é o 80 e o outro, o 85. O PLC 80 tem de ser votado primeiro, que é onde tem bastante Emenda. Não há problema com as Emendas. Vamos votar com as Emendas. E deixa que o governo lá, faça o que tiver de fazer. Esse PLC 80, Deputado Marcelo, Deputado Jair, Deputado Alan, Deputado Eyder Brasil, Deputado Anderson, é muito importante para Porto Velho; muito importante, Deputado Dr. Neidson, para Guajará-Mirim; muito importante para Nova Mamoré; importante para Buritis, vai trazer muito benefício a muito produtor rural. E nós já estamos nesta Casa há bastante tempo e nós temos, Deputado Edson, que dar um encaminhamento nesses projetos. Ou aprova ou arquiva, porque não pode mais ficar desse jeito. E o zoneamento vem posterior, porque quando nós aprovarmos o PLC 80, aí a gente vai colocar eles também dentro do zoneamento. Porque também não adiante tirar eles como Reserva e depois ficar numa zona 2.1; 2.2; porque vai ser proibido igual. Então nós temos que aprovar o PLC 80, rapidamente. Tem o compromisso da Sedam já incluir automaticamente o zoneamento, que o zoneamento é o grande sonho do produtor rural de Rondônia, isso já estava previsto lá, quando foi feito o Planaflores que foi feito o zoneamento, de 10 em 10 anos ter uma nova averiguação de zonas. Então há uma necessidade porque a questão da tecnologia, ela evolui. Então precisa fazer isso o mais rápido possível. São 3 projetos importantes para Rondônia. Um, nós já votamos, que era a questão de contratar pessoas para o Departamento do Patrimônio do Estado, para contratar pessoas para cuidar

junto ao Incra da questão de regularização fundiária. E esses dois projetos, Presidente. Nós temos que aprovar porque nós estamos beneficiando o homem do campo, o produtor rural. Precisa caminhar, se desenvolver. Isso é uma necessidade do Estado de Rondônia. Tanto um como o outro.

O SR. MARCELO CRUZ – Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu quero parabenizar o Deputado Chiquinho. A minha preocupação é somente o consenso da Casa, porque é um assunto muito delicado e eu me preocupo porque esse projeto é muito importante. Eu, para ser sincero, eu até peço desculpas aos nobres deputados, mas eu gostaria da paciência de todos vocês. Eu sei que nós temos os nossos Secretários. Quero agradecer o nosso Secretário Marcus Rito, e também o Assessor Técnico, o Senhor Ebenézer Borges, pela paciência. Mas eu tenho um pensamento — não sei o pensamento dos senhores —, nós nos reunimos uma ou duas vezes por semana, então eu gostaria de dar essa liberdade para os deputados para discutir às vezes um tema, igual a esse aqui, não está na Ordem, não tem nada previsto, mas eu acho importante dar essa liberdade para os deputados, para saber como pensa para eu poder ter esse consenso, eu gostaria de colocar consenso. Um projeto dessa magnitude, eu penso que se nós colocarmos e não tiver o consenso, tiver o risco até de reprovar ou grandes discussões aqui em tribuna, pode prejudicar. Eu penso que esta grande quantidade de Emendas também tem que ser discutida antes de vir. Essa é a minha opinião. Mas agora eu vou concordar que tem celeridade, que nós precisamos pautar esse projeto, mas gostaria que os deputados, nós fizéssemos reuniões internas para discutir profundamente item a item deste projeto, para que tenha consenso, porque eu vejo aqui que alguns deputados têm dúvida, outros não, mas aqui é o Parlamento e é o momento de exercermos a democracia.

O SR. MARCELO CRUZ – Presidente, só uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Concedo a palavra primeiro ao Deputado Marcelo e, após, ao Deputado Edson Martins.

O SR. MARCELO CRUZ – Deputado Chiquinho da Emater, parabéns pela preocupação. Inclusive já tem algumas Sessões Ordinárias e Extraordinárias que o senhor sempre tem pontuado para que seja pautado esse projeto. Mas eu confesso para Vossa Excelência que tanto o PLC 80, tem um outro PL também que tem que ser votado primeiro do que o zoneamento, eu tenho algumas dúvidas, não são nem dúvidas, eu não tenho conhecimento profundo para votar essa matéria. Eu acho que é importante, tanto Vossa Excelência, como Deputado Jean, o Deputado Cirone também, que conhece bastante essa matéria, trazer até os responsáveis lá do governo para a gente discutir. Porque, pelo o que eu ouvi, podemos colocar algumas Emendas e ser aprovado, o Governador vetar, a gente derrubar o :Veto e depois o MP ou outros podem entrar com uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e acabar com tudo.

Então eu acredito que é importante a gente reunir, ver essa questão das Emendas, qual a legalidade, para não prejudicar, porque não adianta a gente vender também um sonho para os nossos produtores, para quem está lá na ponta, e daqui a pouco a lei não valer nada, não é, ser derrubada. Então essa é a

preocupação. Peço que Vossa Excelência encabece para que a gente possa ter uma explanação melhor, um entendimento melhor dessa matéria para a gente não ter dúvida na hora de votar. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Concedida a palavra ao nobre Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS – Só uma Questão de Ordem, Senhor Presidente. Eu até gostaria, Presidente, de sugerir a Vossa Excelência, esse projeto realmente é bem complexo. É um projeto que eu tenho certeza que vai trazer uma grande discussão a esta Casa. E eu gostaria que esse projeto talvez não seja nem votado em uma Sessão só. Eu acredito que vai ter pedido de Vista. E é bom até que discutam profundamente esse projeto, esses dois projetos, Deputado Chiquinho da Emater. Vossa Excelência está de parabéns. É um profundo conhecedor dessa área. Temos que respeitar muito nosso querido colega, Deputado Adelino Follador, que sempre esteve presente nessa discussão, imbatível; o Deputado Lazineiro e todos os outros deputados. Mas tem que reconhecer alguns deputados, realmente, pelo tempo que vêm discutindo, Deputado Alex Redano, nessa questão do zoneamento, Presidente Alex.

Então eu acho que é um projeto que tem que realmente trazer para discussão, tem que vir para o plenário. Se não der para votar em uma Sessão, vota em 2 ou 3 Sessões, mas precisa de ser realmente amplamente discutido aqui nesta Casa.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vou conceder Questão de Ordem. Só pronunciar uma ideia aqui, depois vou ver com Vossas Excelências, nós fazermos uma reunião interna, convidar o Secretário, convidar os técnicos para dirimir todas as dúvidas. E a minha intenção é, realmente, nos próximos dias, nas próximas Sessões colocar em pauta esse importante projeto.

Com a palavra o Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL – Eu só queria parabenizar o amigo e Presidente desta Casa, Vossa Excelência tem trabalhado realmente com muita responsabilidade acerca dos assuntos do Estado de Rondônia. E sabemos que essa questão do zoneamento, Deputado Chiquinho, é muito importante, e que realmente tem que ter um consenso dos 24 deputados, pelo menos da grande maioria desses.

Então, parabéns mais uma vez, Deputado Alex Redano, pela excelência na condução dos trabalhos desta Casa dirimindo todas as dúvidas naqueles projetos nós iremos votar e que são de grande relevância para o Estado. Parabéns, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado. Agradeço. Até me preocupo, porque eu sei que nossas Sessões se tornam longas quando eu concedo assim vários pedidos de Questões de Ordem. Mas eu penso que é muito bom nós sabermos o pensamento e tirarmos todas as dúvidas.

Nós vamos dar início agora, transformar em Comissão Geral, mas antes eu gostaria.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) - Eu pedi Questão de Ordem faz tempo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Adelino Follador, pela voz?

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) - Eu pedi Questão de Ordem umas dez vezes já.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Meu Deus do céu! Confesso, confesso que não ouvi, Deputado Adelino, me perdoe. Eu gostaria aqui só antes de conceder a Questão de Ordem para Vossa Excelência, colocar aqui, abrir as inscrições, após o Deputado Adelino Follador se pronunciar, os deputados que quiserem se inscrever para a Comissão Geral para fazer as perguntas ao nosso Secretário, se inscrevam, por favor. Neste momento, com a palavra, por Questão de Ordem, Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – Presidente, agradeço pela Questão de Ordem. Dizer que esse projeto ficou na Comissão de Redação e Justiça. Muitos estão me ligando. E eu coloquei, nós discutimos lá por muito tempo, foisobrestado, pedimos informações, e nós fizemos uma Emenda retirando as Reservas. E nós somos contra, votarmos projetos colocando Reservas que tenham gente morando lá. Então, nós tivemos algumas informações — nem todas as informações nós tivemos — não foi possível ver de fato onde tem gente morando. Porque não adianta tirar o problema de um lado e colocar do outro. Então, nós, a Comissão de Redação e Justiça, no ano passado — quando estivemos discutindo — chegamos a uma conclusão que nós precisamos, sim, desafetar todas as áreas consolidadas do Estado de Rondônia, que o pessoal está trabalhando lá, mas não criar Reservas. Reservas nós já temos que chega. Então nós precisamos cuidar dessa situação para não tirar a carga de cima de alguém para colocar em outros e continuar o problema, e nós vamos enfrentar um problema seriíssimo na Assembleia porque o pessoal vai reclamar do nosso posicionamento. Mas com certeza, eu acho que nós temos que votar a qualquer momento e vota a favor ou vota contra, vote com Emenda, mas tramitar sim, que eu acho isso muito importante. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito, Deputado Adelino Follador. Eu peço só um pouquinho de celeridade, haja vista nós estarmos aqui a um bom tempo, o nosso Secretário está aguardando. Mais uma vez quero agradecer a presença de Vossa Excelência. Muito obrigado. Mas antes, porém, gostaria de permitir uma Questão de Ordem ao Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Obrigado, Senhor Presidente. Só para fazer um registro de tanto os aumentos que nós temos, em virtude da Covid-19, noticiar aos senhores, uma notícia muito ruim do nosso Parlamento Mirim, vindo do município de Campo Novo, há instantes, falece o Vereador Zezinho, vítima da Covid-19. Só para registro, Presidente, manifestar aqui os nossos sentimentos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Nossos sentimentos ao meu amigo, Vereador Zezinho, conheço o vereador, conheço toda família. Essa terrível doença ceifando nossos amigos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Presidente, só um minuto. Uma Questão de Ordem, só um minuto, se for possível.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Concedida, Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Presidente, é também nesse mesmo rumo que o Deputado Crispin falou. Essa semana morreu, em Cabixi, o Senhor Wilson Cristóvão, também vitimado de Covid-19. Ele foi o primeiro presidente da Câmara de Vereadores de Cabixi. Tinha 75 anos, não suportou a Covid, e faleceu ali em Vilhena.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Nossos sentimentos à família.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – O outro seria um grande colega meu, lá de São Miguel do Guaporé, da Emater. Um colega que eu gostava muito dele, gosto muito dele, que é o Ruy Eloy Freire, da Emater lá de São Miguel do Guaporé. Ele era uma pessoa envolvida com todos os trabalhos sociais daquela cidade. Ele morreu do infarte, não foi de Covid. Enterrou ontem, lá na Paraíba, na cidade de Sumé eu gostaria de fazer esses dois registros dessas duas pessoas, E você sabe, Deputado Crispin o tanto de trabalhos sociais, além do trabalho da Emater com o produtor rural, tudo o que ele fez em São Miguel do Guaporé. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Meus sentimentos a toda família. Eu gostaria, agora, de falar com os deputados que estão on-line, que estão nos acompanhando nesta Sessão, presentes on-line, se gostariam de fazer inscrição para a Comissão Geral, com a participação do nosso Secretário Marcus Rito.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Presidente, eu me inscrevi no Pequeno Expediente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Meu Deus do céu! Deputado Lazinho, me perdoe. Eu acho que passou batida a sua inscrição. Se Vossa Excelência não se importar, eu gostaria de transformar num pedido de Questão de Ordem, e neste momento eu concedo o tempo livre ao senhor. E mais uma vez me desculpe, Deputado Lazinho. Eu acho que é a Covid. Disse que a Covid deixa a gente esquecido. Então, eu anotei o nome de Vossa Excelência aqui, e acabou passando batido. Me perdoe.

Com a palavra o Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Obrigado, Senhor Presidente. É normal. Nós estamos, infelizmente, com muitas atribulações, muitos problemas para a gente enfrentar, e acontece isso. Mas eu vim aqui, Senhor Presidente, em primeiro lugar fazer uma Indicação verbal, que me foi encaminhada agora — nem com o meu gabinete eu ainda falei —, de que a gente possa colocar na lei de vacinação do Estado, que trata desse programa, como prioridade a vacinação das grávidas do nosso Estado. Nós estamos trabalhando com os idosos, estamos trabalhando com os deficientes e parece que o Brasil esqueceu que na questão das mulheres grávidas são duas pessoas que estão em risco muito grave. Eu vi uma reportagem também, domingo, e hoje eu recebi esse pedido, essa cobrança. Deputado Dr. Neidson, Vossa Excelência que também faz um trabalho junto com os nobres deputados, a

gente precisa pensar nisso muito seriamente. Porque muitas vezes tem acontecido de perder a mãe e a criança, não é? Então é muito sério isso. É um risco muito grande para nós. E nós como deputados, Deputada Cassia, temos a responsabilidade de cuidar de todas as vidas. E aonde se aglomeram 2 vidas mais ainda.

Mas também, Senhor Presidente, fazer um relato e um histórico do sofrimento da população brasileira com relação ao congelamento do salário, como disse o Deputado Crispin. Está aberto agora para se congelar os salários nos Estados inclusive, com a aprovação da PEC 186. Isso já vem de longo tempo. Em 2016, por exemplo, foi aprovada a PEC 241, que limitou o investimento na Educação e na Saúde à inflação do ano anterior. Vejam só. Então, nós já estamos desde 2016, o investimento colocado no recurso da Educação e da Saúde, Deputado Adelino, é só a inflação do ano anterior. Isso significa que nós estamos perdendo. O salário mínimo, a mesma coisa. Nós estamos trabalhando somente com reposição. Não tem mais aumento. Nós não estamos aumentando o salário da Educação, não estamos aumentando o salário mínimo, o salário da Saúde, mas está aumentando a população. E aí vem esta pandemia. Então, é para gente fazer essa reflexão. Tem alguma coisa errada. O custo de vida lá em cima. O salário mínimo hoje não compra duas cestas básicas mais e agora mais essa PEC congelando o salário do servidor público.

Precisa se ter um estudo do que está acontecendo neste País nosso. E a população está meio assim atordoada. Nós temos problema da pandemia, mas a vida não se resume à pandemia. O mundo vai continuar, nós vamos continuar até que Deus permita nos dar a vida. E essas atitudes... E o pior: da nossa Bancada Federal — Deputado Jair Montes, Vossa Excelência cobra e com muita razão da Bancada Federal nossa —, somente o Deputado Mauro Nazif votou contra mais essa apunhalada no servidor público do nosso País.

Então, é esse alerta. É um protesto. É um problema que nós estamos vivenciando muito perigoso. Deixo aqui esse alerta, porque nessa política governamental, nessa política que está sendo colocada, nosso povo vai sofrer muito, não só com a pandemia, porque parece que nós temos várias pandemias, está bom? Muito obrigado, Senhor Presidente. E desculpa. Questão de Ordem concedida a mim, fico feliz. Muito obrigado.

A SRA. CASSIA MULETA – Presidente, rapidinho uma Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu que peço desculpa, Deputado Lazinho. Eu anotei aqui e acabei esquecendo de convidar Vossa Excelência. Me perdoe mais uma vez.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Certo, certo. Posso, Senhor Presidente? Eu vou encaminhar por escrito a Indicação com relação à vacinação prioritária das grávidas, das mulheres grávidas do nosso Estado principalmente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) † – Isso. E quero te parabenizar, Deputado Lazinho. Olha, você teve essa sensibilidade. Realmente é de suma importância. Eu, particularmente, não vi ninguém cobrando essa situação. Vossa Excelência é o primeiro parlamentar que eu vejo cobrando a situação e é de suma importância.

Eu queria só pedir agora, gente, um pouquinho mais de celeridade. Vai ser o último aparte que eu vou conceder e depois nós vamos para a sabatina.

Deputada Cassia com a palavra.

A SRA. CASSIA MULETA – Bem rapidinho, Presidente. Eu quero só parabenizar o Deputado Lazinho. Sempre trazendo muito, discurso dele muito interessante aqui para a nossa população. E dizer também — entrar no tema dele ali — quando ele fala dos reajustes altíssimos que nós temos. Ontem tivemos nos preços dos remédios um reajuste de quase 5%, entendeu? Enquanto o salário mínimo aumentou 5 vírgula pouco, os remédios aumentaram nesta pandemia e ninguém está ganhando dinheiro, ninguém está conseguindo trabalhar, só os ricos estão conseguindo trabalhar. As pequenas empresas fechando todas aí e vem um reajuste de remédio, quando a gente não pode ficar sem, de quase 5%. E onde que nossa população vai parar? Que trabalho não consegue e tudo aumentando. Então, é triste mesmo isso aí.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputada Cassia Muleta.

Senhores Deputados, tenho um comunicado a fazer a todos a pedido do Deputado Lazinho. Ele está muito preocupado com essa situação das Comissões. Nós já pedimos já, já deu entrada no processo licitatório para equipar os Plenarinhos — os dois Plenarinhos — com equipamentos de ponta, como também o nosso Plenário principal. Mas os senhores são sabedores da grande demora da burocracia. Então, eu gostaria de comunicar a todos os deputados que na próxima semana nós faremos as nossas Sessões já de maneira virtual — e quem puder presencial — aqui no grande Plenário. Nós vamos deliberar na parte da manhã na terça e na quarta-feira, à tarde. Depois será encaminhado para o gabinete de todos os deputados os horários das Comissões.

(Transforma-se esta Sessão Ordinária em Comissão Geral, às 17 horas e 44 minutos)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Senhores Deputados, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral para que possamos receber o Senhor Secretário de Estado de Justiça, Senhor Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, atendendo o Requerimento de convocação desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre a regulamentação da Polícia Penal do Estado e de seu Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR.

Eu gostaria de convidar os Senhores Deputados Anderson Pereira e Deputado Eyder Brasil para acompanharem Sua Excelência até esta Mesa Diretora.

Neste momento, convido à palavra o Senhor Secretário para as suas considerações.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Primeiramente, boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar Vossas Excelências, em nome do Deputado Alex Redano, Presidente da nossa Assembleia Legislativa. Mais uma vez é um prazer estar presente a esta Casa de Leis. E estou aqui à disposição para conversarmos sobre a regulamentação da

Polícia Penal, o PCCR, e outras informações que forem necessárias.

Este mês agora, de março, eu completo 1 ano à frente da Secretaria de Justiça, 1 ano de gestão, 1 ano de desafios intensos, não só — como é do conhecimento de Vossas Excelências — por causa da pandemia, logicamente do coronavírus e da Covid-19, que atrapalhou o andamento e funcionamento em todos os âmbitos do Estado de Rondônia, do Governo do Estado de Rondônia. A Secretaria de Justiça não seria diferente. Nós temos um desafio árduo pela frente, em que todos os que acompanham a Secretaria, desde a gestão e todos os policiais penais que fazem parte da gestão e que estão na linha de frente sofrem no dia a dia com as questões da pandemia e com todas as questões que já são inerentes ao trabalho em si, o trabalho da Segurança Pública, custodiar pessoas, e nos preocuparmos com a segurança da sociedade como um todo.

Então, 1 ano de gestão que estamos aqui à frente para poder contribuir e aprimorar o sistema prisional do Estado de Rondônia. Então, estou à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Secretário, obrigado. É muito importante este momento para discutirmos sobre a regulamentação da Polícia Penal e também sobre o PCCR. Eu gostaria de fazer justiça aqui, o Deputado Eyder vem sempre cobrando, e o Deputado Anderson, praticamente toda semana, cobrando aí questões de melhorias para a Polícia Penal.

Antes de iniciarmos e darmos a palavra aos deputados — nós temos 3 deputados inscritos aqui, Deputado Anderson, Deputado Eyder e Deputado Jair Montes —, eu gostaria de mais uma vez deixar à disposição, se algum Deputado que estiver on-line ou outro Deputado aqui presente quiser se inscrever, nós estamos aqui para fazer a inscrição. Por um acaso, algum Deputado gostaria de inscrever?

Não havendo, vamos dar início. Passo a palavra ao Deputado Anderson Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, agradeço mais uma vez aos demais deputados que estão aqui nesta Comissão Geral. Agradeço ao Secretário de Justiça, o Ebenézer também, assessor técnico, também policial penal, que está aqui nesta Sessão geral.

Nós, há duas semanas, fizemos o uso da tribuna, fazendo uma cobrança daquilo que a categoria já vem cobrando da gente há muito tempo. Então, como político, representante legítimo da classe e policial penal, nós somos muito cobrados. Eu tenho aqui comigo o protocolo do SEI, do andamento — na verdade não do andamento, porque a gente não tem acesso ao SEI —, mas eu tenho aqui as assinaturas da Comissão de Trabalho. Só para os deputados entenderem, o Governador do Estado instituiu, através de um Decreto, na verdade nem tinha necessidade do Decreto, mas como o Governador quer dar uma atenção para esse tema, ele fez um Decreto e editou o Decreto. E o Decreto tinha representantes do sindicato, tinha representantes da Fenaspem (Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários) e também da Secretaria de Justiça, para criar um Projeto de Proposta de Regulamentação da PEC Estadual, que foi de nossa autoria aqui nesta Casa.

Então, essa Comissão desenvolveu os trabalhos, criou a proposta, e quando foi no início de dezembro, porque os

trabalhos se encerraram em novembro, mas aí algumas assinaturas atrasaram, porque quem participou tinha que assinar. Então, o primeiro que assinou foi o Williams Fernando, depois o Thiago Maia, o Wagner, que é lá de Machadinho, o Luciano Pólis, que é da Fenaspem, e o Ebenézer, que é o assessor técnico da Astec (Assessoria Técnica), que foi o último que assinou — se não me engano aqui — no dia 1º/12/2020. E com isso, a partir daí, como a gente não tem o protocolo do andamento, deu-se a entender que se o Ebenézer assinou, concluíram-se as discussões, o outro patamar seria passar pelo gabinete, e posterior a isso ser encaminhada à Casa Civil para submeter à Procuradoria-Geral.

No dia 26 de janeiro nós estivemos no gabinete do Secretário Marcus Rito conversando a respeito da proposta e o Secretário nos informou, naquele período, que possivelmente até final de fevereiro essa proposta poderia estar saindo da Sejus para ser analisada pela Procuradoria para fazer as ponderações naquilo que é constitucional, aquilo que não é. E a proposta não saiu, pelo menos até o presente momento. Então, nós fizemos essa cobrança. Deputado Eyder a quem eu também agradeço, fez o encaminhamento dessa convocação para que a gente torne esse debate mais público, porque esse ambiente é mais propício para tornar esse debate público e assim a gente poder caminhar o mais rápido possível com essa proposta.

Nós sabemos que foi uma proposta criada por uma Comissão, tem que passar pelo crivo da Procuradoria para depois o Governador enviar, por intermédio da Casa Civil, para esta Casa, que é um ambiente também propício para se discutir com audiências públicas, com reuniões, com possíveis Emendas. E essa comissão quando foi instituída, justamente a gente pensou em evitar as Emendas para evitar possíveis Vetos. A gente não sabe talvez o que já se alterou da proposta ou o que a Procuradoria também pode alterar, mas a gente vai fazer uma discussão também aqui nesta Casa.

E eu pergunto ao Secretário, fazendo esse contexto para os deputados entenderem como está o andamento, como está essa questão, como está esse andamento? Se o gabinete do Secretário já concluiu a análise que estava sendo feita desde janeiro, salvo engano. Se já foi encaminhado para a Casa Civil para que a Casa Civil possa submeter à Procuradoria-Geral. Porque a categoria vem sofrendo alguns tipos de retaliações de pessoas mal intencionadas, em relação a essa questão porque foi, de fato, criada uma polícia no âmbito no nosso País, através da Constituição Federal, mas a gente sabe também que precisa ser regulamentada as suas funções, as suas atribuições, aquilo que a polícia vai exercer no Estado de Rondônia e nos outros Estados, nos seus Estados. E eu tenho certeza que nosso Estado precisa sair na frente e nós estamos com esse debate bem encaminhado aqui, como também a Fenaspem tem cobrado em Brasília o encaminhamento do Governo Federal para regulamentar lá. Inclusive eu fui defensor da Secretaria de Justiça quando um deputado federal se levantou cobrando que Rondônia ainda não tinha feito essa regulamentação. Eu fiz contato com esse deputado e falei para ele: "Deputado, eu acho que você deveria cobrar do Governo Federal uma Lei Orgânica Federal, uma regulamentação a nível federal." E esse deputado não fez, ele até: "realmente, eu fui mal assessorado." Ele mesmo reconheceu que ele deveria estar

cobrando lá em Brasília o que a Fenaspem está fazendo. E o nosso papel como deputado estadual é cobrar aqui. Então eu, nesse primeiro momento faço a pergunta nesse sentido, quando que a proposta chega à Assembleia Legislativa, qual o prazo, para que a gente possa ampliar esse debate aqui e poder dar o encaminhamento aprovando essa proposta que é um dos sonhos é uma luta muito antiga da classe.

(Às 17 horas e 53 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Jair Montes)

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – A gente vai fazer Deputado Anderson, para ficar mais ágil e o senhor também poder, se tiver alguma dúvida ter a réplica e tréplica, é até melhor, porque o senhor é verdadeiramente policial penal, eu sempre falo isso, chegou nesta Casa como policial penal e hoje é deputado, então, o senhor tem mais conhecimento que todo nós.

Então, para ficar melhor, Secretário, ele faz a pergunta, o senhor responde. Se ele tiver alguma dúvida ele vai lhe questionando e depois, quando ele encerrar todo o seu questionamento, a gente repassa para outro deputado. Pode ser assim?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Pode.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Então o senhor pode responder ao Deputado Anderson.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Então, mais uma vez boa tarde. Deputado Anderson, mais uma vez é um prazer encontrá-lo em compromissos oficiais. O senhor, primeiro, levantou um ponto muito importante que foi a questão de nós instituímos um grupo de trabalho. O Governador Coronel Marcos Rocha, justamente por talvez também ter sido Secretário de Justiça e por entender a necessidade de discussão do tema e também dar uma publicidade, levantar e dar uma importância à situação em si, à discussão, optou por fazer um decreto constituindo um grupo de trabalho. E também a Sejus não abriu mão de que essa discussão fosse feita da maneira mais ampla possível, não só com a participação de servidores da Sejus, não só com participação de servidores da carreira que não estejam na gestão da Sejus e também da Fenaspem e do sindicato. Esse eu acho que foi um primeiro passo muito importante para essa discussão.

O grupo de trabalho foi instituído e iniciou as suas atividades. O grupo funcionou aproximadamente por 4 meses, quase 5 meses para nos trazer uma proposta, que por sinal é uma proposta muito boa, diga-se de passagem, que foi entregue no fim de novembro para dezembro, uma questão de assinaturas varia um pouco. Ainda teriam assinaturas pendentes e a Sejus mesmo assim optou por receber, justamente para não atrasar mais a questão de discussão da regulamentação da carreira. Então eu acho que nós não iríamos nos prender em uma questão formal que não prejudicaria o todo só por mero capricho. Então, a Sejus está longe de pensar dessa maneira.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Essa, mas assim, acaba atrasando também, Secretário. Essa assinatura pendente, foi de pessoas membros do grupo?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim. Membros do grupo. Não houve assinatura da entrega da minuta do grupo de trabalho pelo representante do Sindicato – Singeperon (Sindicato dos Policiais Penas e Agentes Penitenciários de Rondônia). Independente de meu ponto de vista. Independente de participante de grupo, integrante do grupo concordar ou não com a minuta, acho que faz parte assinar, por participar do grupo de trabalho, e, se quisesse, poderia encaminhar um documento dizendo que não concorda com o item “a”, “b” ou “c” da minuta.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Até porque é uma proposta. Não é uma lei ainda, não é?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Com certeza. E o grupo de trabalho estava instituído com a participação de todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Mas o Sindicato participou de todas as reuniões da Comissão?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não consigo lhe garantir de todas. Com certeza foi convocado para todas. Não sei se participou de todas. Existem algumas listas de presença para saber. Mas foi convocado para todas, como qualquer outro integrante do grupo de trabalho. Sem problema.

Voltando à questão da análise em si, então, a minuta foi encaminhada à Sejus, ao gabinete da Sejus, eu não sei como funciona em algumas outras Secretarias ou como funcionava na Sejus em gestões anteriores. Mas o gabinete da Sejus, hoje, não só recebe documento e encaminha. Hoje o gabinete tem, além da análise técnica da Astec, por exemplo, que é uma assessoria, inclusive o Ebenézer está aqui presente, nós também fazemos a análise técnica do próprio gabinete. Talvez, pela minha formação, talvez pela formação atual dos assessores, talvez pela experiência de quem está ali à frente, nós também fazemos análise técnica em cima do que chega, dos documentos que chegam. Não apenas a minuta da Recomendação da Polícia Penal. Quaisquer outros documentos, a gente tenta, com calma, também, olhar e ver em que aquilo pode impactar positivamente e negativamente na gestão.

Logicamente, na regulamentação da Polícia Penal, a preocupação é o impacto positivo. Negativo é muito difícil porque nós não temos. Não existe. Então tudo o que vier para contribuir e somar e regulamentar a atuação do profissional hoje na ponta, do policial hoje na ponta, é positivo.

Só que, por mais que nós tenhamos que reconhecer a qualidade da minuta apresentada, é uma questão inédita. Há um ineditismo naquela regulamentação. O que faz qualquer pessoa que participe de uma discussão como esta, às vezes, passar, não diria passar dos limites, mas passar das possibilidades que uma lei de regulamentação pode trazer, não digo do ponto de vista jurídico, porque isso quem vai analisar é a PGE, e também não cabe a mim analisar o ponto de vista legislativo, da técnica legislativa como um todo, que isso vai ser feito também pela nossa Ditel e acaba também sendo discutida aqui pela Casa das Leis. Mas temos que identificar que regulamentar a Polícia Penal não

necessariamente é criar órgãos, criar órgão administrativo, com cargos e tudo. E isso vem um pouco na regulamentação proposta e é isso que a Sejus tem tentado lapidar. Lapidar criação de cargos, que não é possível; criação de um órgão, que a ideia não é essa, você ter uma Polícia Penal, ter uma força de Segurança Pública, pelo menos, conforme previsto na Emenda Constitucional Federal e replicada praticamente igual na Emenda Constitucional Estadual, nós não temos a criação de um órgão. Nós temos a criação de uma força policial subordinada a um órgão específico, no caso de administração penitenciária aqui no Estado, é a Sejus.

Então, confesso e concordo com Vossa Excelência que a nossa análise demorou mais do que o previsto. Em janeiro, confirmei a Vossa Excelência que encaminharia até o fim de fevereiro para a Procuradoria do Estado e para a Governadoria, o que não foi feito. O senhor sabe mais do que ninguém — isso também é do conhecimento do nosso Governador — que a Sejus, além de todas as suas atribuições, existe um déficit de servidores. Não só policiais penais na ponta, mas também em auxílio na gestão, isso acontece, a Secretaria tem se ajustado nos últimos tempos e, com certeza, impacta na entrega de algumas propostas ou de algumas tarefas. E a minuta de regulamentação da Polícia Penal é uma das prioridades que a Sejus trata. Por isso que assim, falarmos em prazo, consigo dar um prazo, com certeza, na Sejus, agora que a análise já está mais avançada, e que nós, ainda no período de março, conseguimos encaminhar para a Casa Civil e com cópia na PGE ou o contrário, para PGE com cópia para a Casa Civil — não sei qual é o procedimento correto —, mas ainda no mês de março nós encaminhamos.

O prazo que a PGE faz essa análise eu não consigo precisar para a Vossa Excelência. Não sei. Mas por ser uma prioridade, a Sejus indicará no documento de encaminhamento, a prioridade, a importância de terminarmos com esse processo todo de minuta, e encaminhar para a Casa de Leis para que Vossas Excelências consigam fazer os ajustes.

Gostaria de aproveitar a oportunidade, eu até encaro a convocação não como uma cobrança, nós estamos aqui para publicizar essa discussão, mas também solicitar a Vossas Excelências, o senhor já sabe, conversei com o senhor, quando vier o Projeto de Lei, lógico, é que se possa fazer algum consenso antes de Plenário, antes de votação para que se diminua o número de Emendas, porque ele já vai vir com uma série de análises do GT, da Sejus, da PGE, da Governadoria. Quando chegar aqui também vai ter análise das Comissões, e fazer com que flua o mais rápido possível também.

Então, além da Sejus que está tentando correr, solicito a Vossas Excelências que, quando chegar aqui, também, consigam a tramitação o mais célere possível, que, com certeza, como o senhor disse, os policiais penais sofrem com essa falta de regulamentação e a Sejus é sensível a essa questão, com certeza.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Essa proposta que a Comissão criou, na análise que o senhor... O senhor já concluiu a análise, não é?

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Anota a minha presença aí, Presidente, por favor.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia, já está inscrito, deputado. Nós estamos agora com a palavra com o Deputado Anderson Pereira. Está inscrito.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não. Ainda não está concluída, já está em análise bem avançada. Concluiremos nos próximos dias.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Mas assim, ela, pelo o que eu entendi, o senhor falou que da forma que estava ela estava dando despesas, se fosse criar cargo. Porque a proposta não tem impacto, é só regulamentar, não é?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – É só regulamentar. Não necessariamente criava despesa. Mas, sim, criar, por exemplo, para criar ou, sem criar despesa e criar outro órgão, eu teria que mexer em algum outro órgão existente, eu teria que fazer — eu não —, teria que ser pensada uma adequação de outros órgãos para montar um outro órgão. Mas isso é só uma pincelada. Existem algumas outras questões, não só da atribuição em si, mas de composição de determinados possíveis, digamos, colegiados ou setores. Isso tem que ser analisado com um pouco de parcimônia. Mas não há nada que nos preocupe a ponto de tocar para frente. A gente só está tendo, precisando mesmo arredondar e aparar algumas arestas. Por isso eu digo que como já está avançado, tranquilamente, no mês de março irá para a PGE e para a Governadoria. Sem problemas.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Mês de março, início, final?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Nós já estamos no meio, não é?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Já estamos no meio.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Já estamos no dia 16.

O SR. ANDERSON PEREIRA – O início já foi.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – É, o início já foi. Então, agora na segunda quinzena irá.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Não, da minha parte, Deputado Eyder Brasil, se tiver alguma dúvida a gente...

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Claro. Estou à disposição.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deputado Anderson Pereira, satisfeito?

Com a palavra o Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL – Boa tarde, Secretário. Primeiro, seja bem-vindo a esta Casa. Como a sua função não obriga o Governador a enviar a sabatina, mas já aproveitando que o senhor está aqui, veio de muito bom grado, eu fico feliz que o senhor não tenha recebido a nossa convocação como uma cobrança e, sim, na verdade, é apenas uma resposta que nós

estamos dando para a classe dos policiais penais, para buscar uma resposta. E aí, como eu falei, o senhor não tem a obrigação de ser sabatinado pela Casa, mas eu gostaria que o senhor contasse um pouquinho do seu currículo profissional para chegar onde nós temos algumas perguntas.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Presidente da Mesa, marca a minha presença, por favor.

O SR. JAIR MONTES (Presidente)– Oi, Deputado Geraldo da Rondônia. Por favor, coloca a presença do Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*)– Muito obrigado. Está em aberto ainda aqui.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Deputado Eyder Brasil, boa tarde. Realmente, não encaro como cobrança. Acho que quando o Secretário de Justiça é chamado, convocado, chamado ou mesmo convidado a vir à Assembleia Legislativa, só é mais uma oportunidade de trazer a importância do trabalho realizado na Secretaria de Justiça e as atribuições que a Secretaria de Justiça tem. Se não fosse algo importante, com certeza os senhores estariam aqui discutindo outras questões, e não as questões voltadas à Secretaria de Justiça. Então, nesse sentido, eu fico muito feliz de estar aqui.

Sobre minha experiência profissional, Deputado Eyder Brasil, muito embora pareça muito mais velho do que sou, não sou tão velho quanto pareço. Tenho 40 anos de idade. Sou advogado de formação, pós-graduado em direito público com metodologia de ensino superior. E ao longo dos meus anos de carreira, iniciados em 2004, voltado, 2002, desculpa, voltado a essa questão criminal e voltado ao sistema de justiça criminal e o sistema penitenciário juntos, trabalhei 14 anos no Departamento Penitenciário Nacional, na área de gestão do departamento; área de gestão, eu digo, não só assessoria das diretorias do Depen, mas coordenações gerais voltadas a alternativas penais, monitorações eletrônicas, reintegração, promoção à cidadania de pessoas privadas de liberdade; fui coordenador de saúde e assistência social jurídica também voltado dentro do Departamento Penitenciário Nacional por 14 anos, período em que fiz cursos de especialização, não só no País, especialização que eu digo de maneira capacitação continuada, não só no País, mas também em outros países justamente voltado para o sistema de justiça criminal e sistema penitenciário. Depois dos 14 anos no Depen, passei um ano e pouco no Conselho Nacional de Justiça, trabalhando no departamento de monitoramento do sistema carcerário do País, também. Aí um pouco, 14 anos no Executivo, depois um ano e meio no Judiciário com olhar do Judiciário para o sistema prisional. E enquanto estava à frente de uma coordenação no Conselho Nacional de Justiça, o nosso Governador Coronel Marcos Rocha me convidou para assumir a pasta. Provavelmente, porque durante os anos de estrada no Departamento Penitenciário Nacional, eu era responsável por organizar, fiscalizar muitas ações do Estado de Rondônia que eram realizadas com recursos do Governo Federal. Então, entre 2006 e 2017 eu vim muito ao Estado de Rondônia, ou para fiscalizar ou para entender o gerenciamento do sistema ou para contribuir em alguns comitês e alguns mecanismos dentro do

Estado. Então foi a época que conheci o Governador, em 2015, começo de 2015, e nós começamos a trocar informações sobre o sistema. Então eu acho que o convite dele se deve não só a essa estrada toda, mas também ao fato de que nos conhecemos desde 2015, justamente nessa discussão do sistema prisional.

O SR. EYDER BRASIL – Entendi. O senhor era o fiscal do Governador, na época ele era Secretário dos recursos federais.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Em tese, num período, sim, embora fiscalizasse desde 2006 o Estado.

O SR. EYDER BRASIL – Ok. Só para eu entender. Eu quero chegar no seguinte, Secretário: como o Deputado Anderson falou, ele fez uma cronologia, e eu sei — apesar de não ter tido contato com o senhor —, da sua experiência junto ao Depen. A pergunta que vem agora, o senhor tem mais de 14 anos no sistema, já conhece o Estado de Rondônia das vindas, aqui, por ocasião das fiscalizações. Chegou em novembro, chegou no ano passado essa Lei e até hoje a gente ainda não tem uma regulamentação definida e aprovada.

Então, é essa a minha pergunta: a sua expertise, o seu conhecimento, nós acreditávamos que facilitaria na brevidade da regulamentação da Polícia Penal. Nós já vimos na rua viaturas lotadas com Polícia Penal, brasão da Polícia Penal, mas aquilo que é realmente, de fato, é um direito do servidor, do servidor público, que hoje é policial penal — eu quero só corrigir o Deputado Jair Montes, se ele me permite —, quando o Deputado Anderson Pereira chegou neste Parlamento, ele era agente penitenciário, e depois de muita luta, tanto aqui no Estado, quanto em Brasília, ele passou à policial penal, com muita legitimidade, realmente, com muita justiça — não é, Deputado Anderson? E eu pergunto, o que realmente faltou na Sejus? Foi essa mudança de estrutura da Sejus? Porque, uma vez que se cria, que se regulamenta a Polícia Penal, eu fico me perguntando — eu sou Sargento do Exército — qual é o motivo de estar na Secretaria de Justiça, quando, na verdade, eu acredito, que a Polícia Penal deveria ser subordinada a Sesdec?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Ok, vamos lá. O senhor trouxe dois assuntos interessantes. Primeiro, a questão da qualificação para analisar a proposta e trazer celeridade e, agora, sobre a questão de termos no sistema prisional, muito embora faça parte do sistema de Segurança Pública atrelada a uma pasta específica para Segurança Pública e Defesa Social ou Cidadania, no caso aqui no Estado.

Então, vamos começar pela primeira parte. Nem sempre, Deputado, primeiro que — guardadas as devidas discordâncias ou concordâncias sobre o encaminhamento do processo em si, novembro ou dezembro, janeiro — a análise da Sejus iniciou, efetivamente, a partir do dia 11, 13 de janeiro. Então, são mais ou menos dois meses de análise da proposta. Quanto à questão de darmos brevidade ou celeridade, talvez baseada na minha experiência ou na expectativa que Vossas Excelências tivessem com o andamento baseado na minha experiência, a

análise da Minuta não é só baseada na minha experiência ou na minha competência para gerir ou analisar determinados documentos. Nós precisamos também fazer a expertise de quem trabalha na Secretaria de Justiça e de quem traz, além do entendimento do todo do sistema prisional brasileiro ou talvez internacional, em algumas partes que eu trago também. A própria experiência que eu tenho junto ao Estado de Rondônia nos últimos anos, mas também de quem trabalha aqui, no local, inclusive de quem está na ponta, que é policial da ponta. Isso traz uma discussão muito ampla, nem sempre célere. Nem sempre celeridade é sinônimo de qualidade. Muita coisa pode passar rápido e não ter passado por um crivo, por um filtro adequado. Então, nós estamos tentando equilibrar celeridade com qualidade. Então, são dois meses, praticamente, de análise. Frente todas às outras demandas da Sejus que também são urgentes: Covid, policiais penais que também estão sofrendo com a Covid, população carcerária, a falta que nós temos hoje de assistência — que pode acontecer em alguns municípios —, de assistência à saúde também refletem no sistema prisional, falta de profissionais, falta de médicos... Então, o sistema prisional é reflexo do que nós temos, hoje, fora do sistema prisional também. Até costume brincar que quando a pessoa é presa, ela não vai para Nárnia, ela está na sociedade. Quem está preso não está marginalizado da sociedade, não. Quem está preso está inserido na sociedade. Ele faz parte da sociedade. Cabe à sociedade entender o que vai fazer com ele. Esse é o papel do governo, o papel de todo mundo, inclusive, da sociedade civil composta de acordo com o previsto na Lei de Execução Penal. Então, toda essa dinâmica faz com que algumas análises demorem mais do que estávamos esperando. Então, se a previsão era fim de fevereiro, infelizmente, nós não conseguimos encaminhar, realmente, a previsão mais real, agora, é março, porque a análise já está adiantada. Então, não acredito, por todo esse histórico, por mais que o profissional da ponta sofra com a falta de regulamentação e a Sejus esteja correndo com isso tudo, que esses 30 dias, que podem trazer uma análise com um pouco de qualidade, facilitar o trabalho da PGE, da Governadoria e, posteriormente, até de Vossas Excelências, aqui, teriam um prejuízo tão grande. Concordo que poderia ter sido mais rápido. Não discordo de Vossa Excelência, mas acho que trará uma qualidade que não prejudicará tanto a situação.

Quanto à questão do sistema prisional, dentro de uma pasta específica de Segurança Pública. Específica, não, uma pasta guarda-chuva de Segurança Pública. Nós temos historicamente, pelo menos até o início dos anos 2000, as pastas voltadas ao sistema penitenciário eram muito raras no nosso País. A maioria era, justamente, diluída dentro da pasta de Segurança Pública: ou eram superintendências ou eram intendências — que ainda eram menores que superintendências — ou eram coordenadorias atreladas à pasta de Segurança Pública, que normalmente eram conduzidas, e ainda são, às vezes, por militares, policiais militares, ou militares do Exército, ou delegados de polícia, muitas vezes por promotores de justiça e juízes também. Em alguns Estados nós tivemos juízes que tocavam o centro prisional. Alagoas, por exemplo, nós tivemos no começo dos anos 2000. Então, era uma dinâmica que, quando nós analisávamos a distribuição de recursos e analisávamos a priorização das ações do sistema prisional dentro das outras

pastas, comparadas com Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro, Defesa Civil, em alguns casos, o sistema prisional ficava lá embaixo. Os recursos não eram devidamente distribuídos e nem suficientes para as necessidades do sistema prisional. Isso é fato. Se nós pegarmos a doutrina e pegarmos os orçamentos de todas as Secretarias de Estado, Segurança Pública, Defesa Social dos início dos anos 2000 para trás, isso é muito claro.

No início dos anos 2000 para cá, a questão começou a mudar um pouco. Não só porque o Governo Federal começou a utilizar de maneira melhor e mais efetiva o Fundo Penitenciário Nacional, que nós tínhamos até 2015/2016, R\$ 2, R\$ 2,8 bilhões para esta finalidade, a ponto de que nós tivéssemos em alguns exercícios mais recursos para o sistema prisional do Governo Federal do que para a Segurança Pública, *latu sensu*, fora o sistema federal.

Então, dos anos 2000 — começo dos anos 2000 — para cá a coisa começou a mudar. Primeiro, a política penitenciária começou a ser criada, estudada e pensada de uma maneira diferente. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que antes pensava só em política criminal e investir em repressão — repressão entre aspas —, policiamento ostensivo e não se preocupava com o reflexo, o resultado desse policiamento ostensivo. Porque eu prendia, prendia, prendia e não tinha investimento onde eu tinha que guardar essas pessoas. Então, daí nós temos hoje o resultado de penitenciárias com 30, 40, 50 anos de construção que não têm a mínima condição de fazer as pessoas ficarem ali custodiadas. Então, por muito tempo se apoiou e se investiu na polícia — o que é correto —, mas esqueceu de investir no Centro Prisional. Então, esse resultado foi injusto. E só começou a mudar quando recursos específicos para o sistema prisional passaram a ser geridos por pastas específicas do sistema prisional. O Estado de Rondônia era assim, eu me recordo. Quando eu vim em 2006 já era Sejus, foi quando mudou de 2005 para 2006, Sejus. Mas, antes disso, nos documentos eu tinha Superintendências, eu tinha outras informações. E outros Estados, como Alagoas, foi Intendência, Superintendência, Secretaria Executiva, Secretaria, voltou para Superintendência. Isso tudo de 2000 e pouco para cá começou a fazer um reflexo de “Opa, espera aí. Eu tenho que ter uma pasta específica.”. E isso nós temos hoje. Alagoas, Ceará, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia; Acre, que não é uma Secretaria, mas é uma autarquia, o Iapem; Amapá. Todos os Estados hoje, todos não, quase todos os Estados têm pastas específicas, porque entenderam que eu só consigo enxergar o problema e a solução do sistema penitenciário se eu dedicar esforços para isso e dedicar recursos para isso. Traduzindo em miúdos, para eu não falar mais, porque também talvez demore muito: se não tiver uma pasta específica, o sistema penitenciário continuará recebendo menos recurso, menos atenção, menos importância e os servidores estarão menos incentivados e menos reconhecidos do que são hoje.

O reflexo da situação que nós temos hoje no Estado — Vossas Excelências sabem e também não precisam que eu fique falando isso —, não é reflexo da atual da gestão e nem da gestão anterior. É reflexo de 15, 20 anos de gestão mal sucedida do sistema prisional.

O SR. EYDER BRASIL — Entendi, obrigado. Presidente.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Só tirar uma dúvida.

(Às 18 horas e 17 minutos, o Senhor Jair Montes passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, Deputado Anderson.

O SR. ANDERSON PEREIRA – A Secretaria pretende contratar emergencial? Inclusive alguns da classe pensaram que a demora na regulamentação seria porque a Secretaria pretende para a atividade-fim. Outra pergunta — vou fazer logo 3 seguidas.

A outra pergunta é a respeito daquela contratação de uma empresa para fazer o plano de carreira, se já tem andamento disso.

E a outra é: hoje eu conversei com a Casa Civil — o Deputado Jair está acompanhando bem também essa situação — do auxílio-covid. E a Casa Civil nos informou que solicitou da Sejus se a Sejus tem o orçamento para pagar. Se tiver, o governo vai dar uma solução, um encaminhamento de um Projeto de Lei para a Assembleia. Então, pergunto também para o Secretário se a Sejus tem esse orçamento para pagar o auxílio-covid, um possível retorno para os policiais penais.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Então, vamos lá. Três perguntas, é um combo. Vamos lá. Primeira pergunta sobre a questão da contratação temporária. Não há intuito da Secretaria de Justiça — e até então também não vejo intuito no Governo do Estado — em contratarmos policiais penais temporários. A ideia não é essa. Há um estudo no âmbito da Sejus para contratação temporária, sim. Mas não para fazer atribuições exclusivas do policial penal. Nós temos que entender que hoje — hoje não, já há algum tempo — as atribuições do sistema prisional como um todo — por isso até que eu gosto de falar sistema penal e não prisional — é muito mais do que prender, é muito mais do que custodiar, muito mais do que, com todo respeito, bater cadeado, como o pessoal da ponta gosta de dizer. Não. Existe toda uma questão de pensar a política penal, de fazer funcionar o sistema como um todo, monitoração eletrônica, alternativas penais, relação com Conselhos Penitenciários, Conselhos da Comunidade e por aí vai. Então é muito mais do que... Existem atividades que são próprias do policial penal, exclusivas, e isso está inclusive na proposta de minuta feita e temos isso em outros Estados, funcionado desta maneira. Mas existem atribuições que podem ser feitas por pessoas que não necessariamente são policiais penais, como, por exemplo, auxiliar na questão administrativa da Secretaria, na questão administrativa do próprio estabelecimento penal. Eu às vezes tenho um profissional que, com a regulamentação, será de ensino superior, policial penal, será de ensino superior, qualificado e; e qualificado não só para a atividade administrativa, mas principalmente operacionais, dentro da Unidade e que, às vezes, eu tenho três, quatro, cinco, durante o dia inteiro, fazendo questão administrativa. Mas espera aí, que valorização que eu estou dando para esse servidor? O cara estuda, o cara passa no concurso, o cara tem o curso de formação, aprende a utilizar armamento não letal, letal, tem tudo quanto é tipo de treinamento e por que eu tenho que deixá-lo ali? Nós deixamos

porque essa é a necessidade. Por que eu tenho que deixar três, quatro, na mesma Unidade, trabalhando isso? Se eu posso ter profissionais temporários, não necessariamente de nível superior — nível médio, que recebam menos —, e que eu desobrigo os policiais penais dessa atividade administrativa, e que eles podem ir cobrir nas atividades de custódia, deslocamento, escolta, missões, quaisquer outras coisas. Então assim: seriam atividades que nós estamos pensando na contratação temporária, de apoio e suporte às atividades que são exclusivas do policial penal. Substituição do policial penal não, não está na mente da Secretaria. Segunda pergunta, sobre o quê? Desculpa.

O SR. EYDER BRASIL – Sobre o Plano de Carreira. **(fora do microfone).**

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Plano de Carreira, desculpa. Sobre o Plano de Carreira. Vamos deixar bem clara essa questão de contratação de empresa para análise do Plano de Carreira. No final das contas, aparenta ser uma contratação de serviço de terceira pessoa jurídica pra tal questão. Até porque o é. Haverá o pagamento de uma pessoa jurídica para tal finalidade. Mas o que acontece? O Estado de Rondônia, de maneira inédita — eu não estava aqui, não era a minha gestão, era gestão do Governador enquanto Secretário de Justiça no fim de 2016 —, conseguiu junto ao Governo Federal um recurso de R\$ 2,5 milhões para um Prodoc (Documento de Projeto). Prodoc é um acordo do Estado de Rondônia com um órgão das Nações Unidas, da ONU, para melhoria da gestão do sistema prisional. Essa melhoria viria em produtos, em sugestões e estudos para a melhoria do sistema como um todo. Isso abarca desde questões de comunicação social para a Secretaria, abarca questões da regionalização, auxílio no estudo de regionalização, e também auxílio na questão de RH, carreira, escola penitenciária, como isso tudo pode ser desenhado.

Então, nesse contexto como um todo é que nós incluímos a necessidade de discutirmos o PCCR juntando com todo esse estudo voltado para o PCCR em si. Como é que funciona? A Sejus já vem discutindo há algum tempo o PCCR, e chegamos à conclusão, talvez até de maneira semelhante — eu não participei da discussão na Secretaria de Saúde —, mas a Secretaria de Saúde também fez de uma maneira sobre o Plano de Carreira com alguma consultoria.

Então, baseado nisso, nós abrimos, nós fizemos um edital, que deve ser — “deve”, não —, “será” publicado ainda neste mês de março. A Sejus já fez tudo o que deveria fazer. O edital já está pronto, mas quem publica o edital não é o Governo do Estado. Nós encaminhamos o edital para o órgão das Nações Unidas. Já foi encaminhado, e a ONU publica esse edital — o órgão das Nações Unidas.

Não há um prazo fechado. Eu digo “no mês de março”, porque provavelmente pode ser antes. Então eu prefiro dizer até o dia 31 para não errar, que vai ser daqui a 5 dias e publicado até dia 31. Então, no mês de março será publicado o edital para que seja chamada essa consultoria, essa expertise, para a entrega de vários produtos, dentre eles o PCCR.

Como vai ser feita essa discussão? Ninguém vai tirar da cachola sozinho lá a consultoria, não sei de onde para fazer. Nós temos

várias propostas já encaminhadas por entidades, por profissionais, que foram encaminhadas já para o Governo do Estado para discutir. E a Sejus também tem suas ideias sobre o PCCR. Vamos juntar tudo isso numa salada mista, sentar com a consultoria e falar: "olha, vocês são *experts* em construir planos de carreira em outros Estados, em outras questões. A realidade do Estado é esta". Ela vai estudar qual a realidade do Estado, vai estudar quais são todas as propostas, e nos apresentaria o produto para que a gente pudesse depois discutir com a carreira, discutir pode ser com Comissão da Assembleia, com quem estiver interessado para discutir.

Previsão: de acordo com o tempo para publicação. Publica esse mês. Contratação e finalização: aproximadamente seis meses. Então, eu diria que em outubro, para novembro, estaria pronto o PCCR para a gente apresentar e tocar como proposta de PCCR.

Terceira pergunta: auxílio-covid. Terceira pergunta.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Esse outubro... A apresentação, não de envio para a Assembleia, não é?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não, não. É finalizar lá no âmbito da Secretaria junto com a consultoria, aí encaminhá-los para, provavelmente, PGE, Casa Civil.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Ah, sim. É porque a Lei do Congelamento nem permite este ano.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Nem permitiria fazer isso agora.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Exatamente.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Então, nós temos que aproveitar esse período para fazer essa discussão qualitativa.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Entendi.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sobre o auxílio-covid, muito embora nós tenhamos falas e, às vezes, questões tratadas de que o Governo do Estado teria retirado o auxílio-covid dos policiais penais, não é o caminho mais acertado de tratarmos sobre a matéria. Muito embora o auxílio tenha sido pago 1 mês, no primeiro mês, foi justamente pago para demonstrar que o intuito do Governo do Estado era pagar o auxílio. Depois que foi pago nesse primeiro mês, a Procuradoria-Geral do Estado do Estado falou: "opa, espera aí. Não é assim.". Infelizmente, a Lei 4.782, que criou o auxílio-covid, traz algumas questões no seu artigo 2º, que do ponto de vista da Procuradoria do Estado — é um ponto de vista jurídico, respeito o posicionamento do nosso órgão jurídico máximo do Estado —, não encaixaria o policial penal por não estar nas atividades ostensivas, investigativas e de fiscalização, do ponto de vista da PGE. E a Sejus e o Governo do Estado tiveram que seguir esse ponto de vista. Inclusive, a Sejus por duas vezes fez parecer falando "olha, mas tem certeza? Não dá para encaixar por isso, isso e isso? Há uma questão de exposição.". Às vezes quem está dentro da Unidade está muito mais exposto do que quem está fazendo trabalho

investigativo. Quem trabalha fazendo trabalho investigativo não necessariamente está tendo contato com ninguém. Mas, seria uma interpretação, digamos, mais ampla do que vem no texto legal.

Então, a princípio, o texto legal aprovado, em tese e pela prática depois da PGE, disse que não poderia ser pago auxílio-covid ao policial penal. Então, de lá para cá, quem recebeu, recebeu no primeiro mês, não teve que devolver por ter recebido de boa-fé, mas depois não pudemos pagar mais para os profissionais policiais penais. Só quem recebe é o pessoal específico da Saúde que está na frente da linha de frente atendendo as pessoas privadas de liberdade, na área da Saúde. Tirando essas, não recebem.

Então, qual é o caminho hoje? Realmente nós recebemos um Ofício da Casa Civil perguntando se nós temos orçamento. Recebemos ontem, por volta das 16 horas, dezesseis e pouco, esse cálculo está sendo fechado pelo nosso GGP e pela nossa Diretoria Executiva, vamos responder se não agora, no máximo amanhã para a Casa Civil, falando do orçamento que nós temos da Sejus. Se nós pararmos para analisar friamente e de maneira rápida o cálculo, nós precisaríamos de aproximadamente R\$ 600 mil/mês. Porque são 2.300 policiais penais, nem todos estão na linha de frente, tem gente que está no administrativo, tem gente que está de licença, mas se nós arredondarmos rapidamente para 2 mil pessoas, 2.000x300, seria R\$ 600 mil/mês. Então, essas informações vão ser encaminhadas à Casa Civil, possivelmente a Casa civil conversará com Sefin, com Sepog para tomar essa decisão. A Sejus espera que sendo possível, sendo legalmente e administrativamente possível, os servidores recebam o auxílio-covid. Temos que analisar a situação toda legal, o ordenamento jurídico atual, a PGE é melhor do que eu para dar esse *feedback*, mas a Sejus espera que seja possível pagar o auxílio-covid sim.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Senhor Presidente, Deputado Chiquinho.

O SR. JAIR MONTES – Eu estou na vez.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu teria duas perguntas. É até um pouco fora do tema que está aí, mas é relacionado à Secretaria. O senhor conhece a Fazenda Futuro, lá no presídio, aquela área da Fazenda Futuro? Eu estive à frente daquilo, a Emater tomava conta daquela fazenda e criamos aquilo com muito carinho e até com a ajuda do nosso Governador na época, do Governador Marcos Rocha que era Secretário e do Governador Confúcio Moura. E eu tenho um carinho especial por aquilo, um carinho bem especial pela Fazenda Futuro porque eu acho que é um caminho de o senhor ajudar as pessoas que estão lá presas a tomar um caminho melhor na sua vida. E até dar uma oportunidade posterior a essas pessoas. Eu confesso ao senhor que eu nunca mais fui lá, até estou pecando por isso, mas eu gostaria que o senhor levasse com muito carinho a Fazenda Futuro, que eu acho que aquilo é uma grande experiência que deu certo e pode dar certo para todo o Brasil. E a outra pergunta, nós tínhamos aquela cozinha industrial lá, que era para colocar em prática e não deu certo no outro governo ainda, não sei por que. E se tem recurso mais para

construir presídios no Estado de Rondônia, e se todas aquelas obras foram contempladas ou tem mais obras para ser construídas.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Vamos lá. Prazer, Deputado Chiquinho. Sobre a questão da Fazenda Futuro, enxergo da mesma maneira que o senhor. É um espaço muito importante para o sistema prisional, não só o espaço físico, em que pode ser feito muita coisa, mas a própria dinâmica, a própria metodologia e o próprio objetivo daquele espaço em si. A Fazenda Futuro, assim como outras iniciativas de reinserção, de reintegração ou de harmônica integração social do preso, como diz a LEPÍ: (Lei de Execução Penal) à sociedade, tem sempre um cunho positivo. Ao mesmo tempo nós temos sempre que tentar avaliar essas iniciativas de como melhorá-la e aprimorá-la. A Fazenda Futuro traz uma série de possibilidades para quem está cumprindo pena: aprender ofícios, contribuir para a própria subsistência do sistema ou inclusive realizar vendas para comerciantes e tal, e fazer girar ali um fluxo de recurso. Mas ao mesmo tempo é uma iniciativa que também drena recurso da Secretaria de Justiça para que ela também possa funcionar. Então, qual é a ideia da gestão atual da Secretaria de Justiça? Nós estamos tentando repaginar aquela atuação e fazer com que não só a Secretaria de Justiça coloque recurso lá, Fonte 100 do Estado, mas em ter possibilidades para que recursos da iniciativa privada venham não só para fazer o preso trabalhar e aprender uma atividade, mas também que o recurso que vier remunere o preso também de maneira indireta, um percentual, o que é possível se feito legalmente, sem problema. Só precisa de alguns ajustes, principalmente na questão orçamentária, um percentual fique com a Secretaria de Justiça e a Secretaria de Justiça possa reverter para a Fazenda Futuro e para o próprio gerenciamento do sistema. A Fazenda Futuro tem tudo para dar mais certo do que vem dando certo. Ela vem dando certo, mas ela pode melhorar muito.

Logicamente, existe uma série de prioridades, uma série de demandas a serem realizadas, não é? A Secretaria de Justiça, por mais que venha numa crescente na sua gestão, em gestões passadas também, ela também ficou, há algum tempo atrás, muito deixada de lado. Então são muitos problemas para resolver. Mas a Fazenda Futuro tem um lugar muito caro, no sentido de importância, no radar da sua gestão. Sobre a cozinha industrial, que eu tenho ao lado da Unidade Milton Soares, que a gente também conhece como 470, é um espaço muito bom. Eu sei que foi um espaço, também, que veio como compensação das questões da usina, aquele espaço, poderia ter sido aproveitado na época, e não foi. E, também, a Sejus tem um planejamento para utilização de espaços ociosos dentro do sistema com chamamentos públicos para iniciativa privada.

Então, ali é um forte candidato para que a gente tenha um chamamento público para que empresas de alimentação possam realizar suas atividades ali. E não só realização de alimentação para o sistema. Se for para o sistema prisional, ok. Mas não só para alimentação do sistema prisional. O comerciante ou empresário vai ter de contratar mão de obra carcerária, mas ele pode fazer alimentação para quem ele quiser, prestar serviço de alimentação para quem achar pertinente. Então, há um atrativo significativo de espaço, de pagamento mais baixo para

as pessoas privadas de liberdade, porque a lei permite, tem algumas outras isenções, então o espaço também será utilizado. O Ebenézer, que está aqui, é o responsável por também desenhar esse planejamento dos chamamentos públicos. É uma experiência também espelhada no que fazem, por exemplo, no Estado de Santa Catarina, então nós estamos tratando para chegar no nível que Vossa Excelência está citando. Vamos chegar lá. Teve mais um tópico que Vossa Excelência citou e eu acho que me perdi.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Se tem mais recurso para construção de presídios.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Ah, obras.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Isso. E continuação daquelas obras que têm ali?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Recursos para construção: existem recursos para construção e recursos para reforma e ampliação. Para reforma e ampliação, normalmente nós utilizamos recursos da Fonte 100, do Estado. Nós temos alguns recursos previstos para tentar a ampliação do estabelecimento penal de Ariquemes, Guajará-Mirim e, também, Ji-Paraná. Estes para ampliação.

E construção, nós temos, para ampliação de Ariquemes, que teve de ser feito um ajuste, então o que vai ser feito para essas outras 3 Unidades e ampliação e reforma para muitas Unidades. Existem Unidades que precisam ter a sua capacidade ampliada, outras precisam ser reformadas, as áreas administrativas, então também, isso consome um recurso significativo do Estado.

Do Governo Federal nós temos aproximadamente R\$ 45 milhões para realizar em obras. De recursos que são antigos, e que agora a Sejus está tentando ver como é resolve. Porque é muito recurso agora para gastar.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Isso está em caixa?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Isso está em conta corrente específica, que é um contrato que a Caixa passa...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Da Caixa Econômica?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Caixa Econômica. Isso. Contrato de repasse com a Caixa Econômica e o Governo Federal. Então o governo está vendo como é que a gente vai resolver, porque é um recurso antigo, os prazos todos para execução já teriam passado, mas nós conseguimos prorrogá-lo para conseguir fazer essa execução. E temos outras iniciativas, que não são de estabelecimentos penais, mas são voltados à Sejus, que são indispensáveis e que também precisam ser ou reformadas ou ampliadas. Existem prédios que a Sejus tem, são cedidos pelo Estado à Sejus, se encontram com a Sejus. Nós temos que criar (criar não, já tem recurso para isso), nós vamos ter que reformar os espaços para instalar uma Central de Alternativas Penais, Central de Monitoração Eletrônica aqui em Porto Velho, enfim,

a sede do Conselho Penitenciário que nunca foi feita. A ideia é que o Conselho Penitenciário também tenha essa sede. O espaço para realização de equipe multidisciplinar de audiências de custódia, também, que é uma parceria do Governo Federal, Judiciário e a Sejus. E também uma sede da nossa Corregedoria, que hoje se encontra num lugar muito apertado. É até complicado, não só para quem trabalha, mas para quem vai lá prestar depoimento, para quem vai lá pegar informações. Então esses também são setores que a Sejus está implementando e que esperamos, ainda neste exercício, entregá-los.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Obrigado.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – De nada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Passo a palavra, agora...

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. JAIR MONTES – Já estou aqui, já.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Já vamos conceder, Deputado Adelino. O Deputado Jair Montes está na frente, aqui e nós ainda deixamos o aparte de alguns companheiros. E logo após a palavra do Deputado Jair Montes, será concedida a palavra ao Deputado Adelino Follador. Com a palavra, o Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Secretário, eu vou bem direto. Eu sempre pautei meu mandato, desde vereador e deputado, mesmo sendo, fui, vice-líder do Governo nesta Casa; por algum tempo fui líder do Governo nesta Casa, tenho um carinho muito grande pelo Governo Marcos Rocha e também, em especial, por todos os Secretários. Mas a minha função é fiscalizar e nesse ato aqui minha função também é ter todas as informações, mesmo que o Secretário possa reclamar que não gostou, mas é minha obrigação e eu não posso prevaricar da minha obrigação. Deixar registrado, já, essa minha fala.

O senhor falou aqui que, por tempos, o senhor é do sistema prisional federal? É servidor público federal do sistema, não?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não. Eu trabalhei no sistema... Federal, não. Porque há uma distinção.

O SR. JAIR MONTES - Correto.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – O Departamento Penitenciário Nacional não é só Sistema Penitenciário Federal.

O SR. JAIR MONTES– Correto.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Ele trata sobre política pública também para o sistema prisional.

O SR. JAIR MONTES– Então o senhor não é servidor público federal, não é?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não. Não sou e também não sou policial penal de carreira.

O SR. JAIR MONTES– Ah, isso é bom. O senhor veio de onde?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Onde eu nasci?

O SR. JAIR MONTES– Não. O senhor estava em Rondônia morando quando foi convidado para vir a Rondônia?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não. Eu estava em Brasília, morando, trabalhando no Conselho Nacional de Justiça.

O SR. JAIR MONTES– Correto. Então, assim, quando acabar sua missão em Rondônia, retorna a Brasília.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não sei. Pode ser que sim, pode ser que não. O futuro a Deus pertence.

O SR. JAIR MONTES– Hoje reside em Rondônia.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Resido em Rondônia com muito orgulho.

O SR. JAIR MONTES– Correto. Isso me deixa... O senhor sabe que o senhor está hoje lidando com uma classe de policiais penais, e quando eu falo de policiais penais eu me refiro à toda categoria do sistema prisional. Aqui nós temos representante legal do sistema, que é o Deputado Anderson Pereira, que veio do sistema, foi eleito pelo sistema e está aqui conosco, e luta pelo sistema. Então, assim, eu sou mais um braço de ajuda, até ao próprio Deputado Anderson Pereira, porque eu aprendi a ter esse carinho com o sistema, porque eu também fiquei dentro do sistema. E eu falei: "o dia que eu sair daqui eu vou trabalhar em prol de vocês." E a gente sabe que em todo local tem o bom político e o mau político, o bom servidor e o servidor que não é tão bom. Mas em carinho ao servidor, que a maioria é servidor da Polícia Penal, eu comprei também essa luta do sistema prisional, não só do sistema prisional com o servidor, mas também com quem está lá e com os familiares que, às vezes, não tem culpa de o cidadão cometer um delito e estar lá dentro. Mas eu vou me ater agora mais na questão do sistema do servidor público, do servidor do sistema prisional.

Hoje nós temos, Secretário, um Governador que foi Secretário da Sejus, que foi Secretário do sistema. Quando esse Governador entra e foi do sistema, a primeira coisa que o cidadão que é servidor público, ele pensa o que, Deputado Anderson Pereira? Nós vamos ter agora o quê? Nós vamos ter uma condição melhor, porque ele foi Secretário, conhece o sistema, lutou por isso e agora nós vamos ter. Mas, infelizmente, hoje, não é isso que o servidor pensa do Governador, e eu falo isso diretamente ao Governador. Tanto é que, através de um pedido meu, de um pedido do próprio Deputado Anderson Pereira, a gente vem clamando ao Governador que os R\$ 300,00 que começaram a ser pagos do auxílio-covid hoje não são mais pagos, por quê? O Procurador fala que o servidor do sistema prisional não se enquadra nos requisitos daquilo que o Decreto Federal veio colocando. E aí ele já tem o entendimento pelo

próprio Maxwell, Procurador, de caminhar para esta Casa aqui, já, um outro projeto de lei para podermos encaixar o policial penal. E nós estávamos esperando chegar na semana passada, não chegou. E estávamos esperando chegar esta semana, não chegou. Eu falei agora à tarde com o Secretário Júnior, juntamente com o Deputado Anderson Pereira, o Secretário Júnior me falou que amanhã, às 4 horas da tarde, terá uma reunião com a Sepog, com a Bia, para definir o impacto, e semana que vem manda. Então, assim, nós estamos nessa, que semana que vem manda, porque foge da sua alçada. É mais uma alçada de recursos da Casa Civil para colocar. O senhor já falou que tem o interesse de que ele coloque, não é isso?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim, com certeza. E se o Secretário Júnior diz que vem semana que vem, acredito que virá semana que vem.

O SR. JAIR MONTES – Não, não, vai ter que vir. Ou vem ou trago o Júnior aqui, convocado. Ou ele encaminha para esta Casa ou eu trago ele convocado aqui. Por quê? Eu não vou ficar toda semana contando uma história na minha cabeça, porque também a gente conta uma história para o policial penal e ele acredita nisso. Eu estou há duas terças-feiras esperando. Eu vou esperar a terceira terça-feira que isso chegue à Casa. Uma outra coisa. O senhor está hoje com os servidores à flor da pele. Eu tenho uma amiga minha, e amiga também do Deputado Anderson Pereira, que nós perdemos agora, semana passada. Claro que nós não podemos dizer que pegou no sistema ou pegou fora do sistema, mas morreu. Era uma policial penal. Morreu no sonho dos R\$ 300,00 e morreu no sonho de chegar sua carteira, seu distintivo como policial penal. A Magda, que é minha amiga de infância, até da igreja, e eu senti. O pai morreu numa semana. E na outra semana ela veio a óbito. Então, não teve o sonho de receber o nome de policial penal. Infelizmente não teve, como muitos outros não tiveram, como me ligaram ontem, mais um cidadão, que é policial penal, está lá no □: Ana Adelaide e está intubado no chão, Deputado Anderson Pereira, porque não tem local para leito para ele. Então, assim, qual a preocupação do Secretário, que não é do sistema prisional, que não é servidor do Estado de Rondônia, do sistema. O que esse Secretário pensa em fazer para deixar uma marca para esse povo do sistema prisional? Quando eu falo do sistema prisional, do servidor da Sejus.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Obrigado, Deputado. Mais uma vez, um prazer revê-lo. Bem, vamos lá. O senhor trouxe uma série de fatores para nós analisarmos, mas vamos lá. Primeiro, a importância que se dá ao sistema nem sempre vem da carreira que o senhor está ou da carreira que o senhor ocupa. Até porque nós temos, hoje, como o senhor mesmo falou, nós temos bons servidores, tanto em Secretarias, tanto bons secretários, quanto bons parlamentares, quanto bons policiais penais. E no âmbito da Polícia Penal nós temos esmagadora maioria de pessoas e servidores bons. Ao mesmo tempo, temos policiais penais que não só não contribuem para a carreira, como prejudicam a carreira. E que, muitas vezes, também foram gestores da pasta e deixaram marcas, sim, negativas à frente da pasta. Não cabe

a mim citar nomes, mas o Deputado Anderson Pereira, que é da carreira, sabe muito bem que temos gestores policiais penais que deixaram marcas positivas e outros que deixaram marcas muito negativas.

Então eu acho que talvez seja o melhor caminho para analisar: ou a importância ou a qualificação técnica de quem estiver no cargo. Mas, ainda seguindo nesse caminho, sobre importância. Eu não estou aqui para deixar a minha marca na gestão. Eu estou aqui para melhorar ou, ao menos, tentar melhorar a gestão da Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia. Ponto. Como fazemos isso? Bem, existem vários caminhos.

Primeiro: não é só fazendo uma atividade e entregá-la, às vezes, de maneira rasa, com efeito imediato que vai me trazer, mais à frente, uma marca, ou uma marca para a própria Secretaria de Justiça. Isso é ponto pacífico. Segundo: a Secretaria está na situação que está, hoje — e eu digo isso sem problema algum, Deputado —, por estar há 15, 20 anos sem uma gestão de qualidade. Salvo períodos que incluam, por exemplo, do Coronel Marcos Rocha, que não era da carreira e se o senhor perguntar quando ele era Secretário de Estado, existem muitos policiais e uma grande maioria que fala: “oh, o Governador Marcos Rocha, quando foi Secretário, fez coisas que ninguém fez”. Ampliou o número de armas dentro da Sejus para poder melhorar a questão da custódia; ampliou uma série de questões da gestão; trouxe inúmeros recursos do governo federal — e eu sou testemunham, porque eu estava lá —, o que não era feito em outras gestões. Então, assim, existem sempre necessidades que a gente tem que ir suprindo de maneira com bastante tranquilidade. Não sou policial penal de carreira e isso não me desqualifica e nem ser policial me qualificaria para tal. Servidor público, assim como eu, se estou à frente da pasta ou estou à frente de qualquer cargo comissionado na Assembleia, no Tribunal ou no Executivo, tenho o compromisso com o serviço público. E o meu compromisso com o serviço público, enquanto Secretário, é trabalhar na gestão e melhoria da Secretaria de Justiça.

Planejamento, se o senhor quiser falar sobre planejamento de melhoria, a gente pode falar. Até vim à Comissão de Segurança Pública, trouxe quais eram os objetivos da atual gestão. Não só focar na qualificação do servidor penitenciário: qualificação e melhoria e valorização, está nos nossos pilares da nossa gestão. Afinal de contas, a Escola Penitenciária que existia há décadas, não tinha um normativo. Ano passado, sob a minha gestão, fizemos um normativo e a escola passou a existir de direito na Secretaria de Justiça. A escola é essencial para a formação do servidor. Inauguramos, até com a ajuda do Deputado Anderson, com Emenda Parlamentar que, antes, foi para a inauguração de um estande, transformamos o espaço em um centro de treinamento da Polícia Penal. E não só teremos o estande, como vamos ter outros espaços para atividades do policial, e a sede da escola também será lá. Valorização do servidor. Nunca antes feito.

Paralelo a isso, temos que pensar na melhoria estrutural, melhoria de cargos, que há uma conversa com o governo. Melhoria estrutural: na estrutura física e manutenção predial das Unidades e também de quem está lá preso — isso não tem como fugir —, que também vem com ações de melhoria. O Prodoc (Documento de Projeto) que se tem, do Deputado Anderson, na resposta, tem hoje R\$ 3 milhões que é

justamente para isso: para pensar a Secretaria não para a minha gestão. Pensar a Secretaria para agora e para depois. Eu estou aqui, hoje. Policial penal ou não, eu estou na gestão. Amanhã, eu não estarei. Policial ou não, eu não estaria na gestão. Eu posso ser policial penal e ficar na gestão de dois anos e sair. Ficar na gestão de um mês, como teve, e saiu. Ou a Secretaria, antes do Coronel entrar como Secretário, que mudou o Secretário sete vezes em três anos, se eu não me engano. Ou seja, não dá para fazer nada, com sete vezes em três anos, com pessoas da carreira e com pessoas que não eram da carreira. Então, a ideia é pensar: imediato, sim, existem questões de curto prazo; mas existem questões ser organizadas para quem vai vir e não vou ser eu. Isso é triste? Não, fico feliz. Eu vou estar em algum outro lugar, melhor ou pior, Deus sabe, mas quem vai entrar, vai encontrar uma Casa mais organizada. Essa é a minha preocupação: organizar a Casa.

(Às 18 horas e 45 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Jair Montes)

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Secretário, eu fiz, através do meu gabinete e com a ajuda do sindicato, eu fiz uma proposta e encaminhei para o senhor sobre a regulamentação. E que era uma regulamentação do Estado do Rio Grande do Norte. Claro, acho que não leram, não viram, porque depois que criaram a Comissão, hoje a Comissão está montada e nós estamos nessa aqui, e por isso o senhor está aqui sendo convidado ou convocado, para sabermos que dia mesmo que vem para esta Casa a regulamentação da Polícia Penal. Mas, aquilo que eu te mandei, o senhor visitou algum Estado, o senhor leu o projeto que nós mandamos do nosso gabinete?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Deputado, sim, nós já teríamos a documentação. Inclusive, o senhor encaminhou, eu sei que houve a participação do sindicato, o senhor já tinha me dito isso antes, e a própria Presidente do Sindicato, em reunião, também me informou que tinha encaminhado isso antes. Logicamente, o senhor é parlamentar, o senhor tem, não só capacidade de encaminhar, e capacidade postulatória para tal, e capacidade de remeter esse tipo de projeto, mas de uma maneira ou de outra, logicamente que contribuiu para a discussão, de maneira ou de outra, talvez tenha, como eu posso dizer, atrapalhado um pouco o andamento das questões. Porque, a representante do sindicato, a Presidente, faz parte do grupo de trabalho que ia em todas ou nem em todas as reuniões, e no final, o grupo de trabalho apresentou uma proposta em que ela não assinou, que concordando ou não, poderia ter assinado e dito que não concordava. O período em que ela estava trabalhando com o grupo de trabalho, estava montando uma outra proposta, não sei se junto com o senhor ou se ela montou e encaminhou ao senhor, não sei, eu não vou dizer, aqui, coisas que eu não sei, mas que, com certeza, prejudicam o andamento. Com certeza prejudicam o andamento. Mas, o que foi encaminhado, sim, a proposta do Rio Grande do Norte. Não só Rio Grande do Norte, mas eu tenho discutido com o Estado do Maranhão, com o Estado de Santa Catarina sobre a regulamentação da Polícia Penal, que lá no Maranhão já está regulamentado. Tenho

discutido. Rio Grande do Norte eu não participei da discussão, mas eu li a legislação. Rio Grande do Norte eu participei da discussão anterior, em 2015, quando ainda estava reestruturando a Secretaria do Rio Grande do Norte, Secretaria de Justiça e Cidadania do Rio Grande do Norte. Fui numa missão pelo Departamento Penitenciário Nacional e sugerimos como é que poderíamos construir a Secretaria, que depois iríamos também fazer esse reflexo para a regulamentação da Polícia Penal. Mas, sim, estamos atuando também com o pessoal do Acre, que nós recebemos a legislação do Acre também. Então, isso tudo já foi compartilhado não só a época do grupo de trabalho, como também foi compartilhado no âmbito da assessoria da Sejus e isso tudo está pesando para a nossa análise sim, e melhoria do que for apresentado.

(Às 18 horas e 53 minutos, o Senhor Jair Montes passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Concedida Questão de Ordem ao Deputado Eyder.

O SR. EYDER BRASIL – Secretário, me desculpa, eu estava ouvindo o senhor. A indicação do Deputado Jair atrapalhou o processo? Não entendi. E o fato de a Presidente do Sindicato não ter assinado atrapalhou o processo? Eu queria entender de que forma o Deputado Jair Montes e a Presidente do Sindicato poderiam atrapalhar o processo?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Vamos lá, Deputado. Talvez eu tenha me expressado errado. Não que teria atrapalhado o processo. Quando nós estamos num processo de construir uma proposta em que há a participação de uma série de integrantes, inclusive a Presidente do Sindicato, e no meio dessa construção ela me apresenta uma outra proposta — ela, enquanto integrante do grupo de trabalho me apresenta uma outra proposta vinda pelo deputado ou não, porque ela poderia me apresentar uma por fora — faz com que eu tenha duas propostas simultâneas, construídas por uma pessoa que está em duas frentes simultâneas. Então por que não essa proposta não faz parte da proposta inicial? Então, assim, tanto que a proposta que veio do grupo de trabalho não foi assinada pelo representante do Sindicato. Eu não estou aqui para julgar por que foi assinada ou não foi. Não foi assinada.

Então, eu acho que se eu estou há 4 meses — eu não, o grupo de trabalho — está há 4 meses trabalhando numa proposta, eu tenho um integrante do grupo de trabalho e vem uma outra proposta feita por esse integrante do grupo de trabalho, com certeza não atrapalha, mas, pelo menos, confunde a análise de ambas as propostas. Mas neste caso não atrapalhou, como eu digo que talvez tenha me expressado errado, não atrapalhou porque o que veio foi uma proposta baseada na legislação do Rio Grande do Norte. Então, ela funcionou muito — a proposta que veio pelo Deputado Jair e pela Daiane — funcionou como fonte, mas como fonte de conhecimento, mas não como análise de proposta em si. Então, assim, teve que parar, ver se era uma proposta, isso perde um tempo para isso, para depois ver que era uma fonte.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu gostaria só de pedir para o Deputado Luizinho e o Deputado Adelino, que já vamos passar a palavra, deixar o Deputado Jair concluir as perguntas. Por favor, Deputado Jair.

O SR. JAIR MONTES – Secretário, infelizmente, o senhor está mal assessorado se lhe passaram essa informação. Quando eu passei a proposta do meu gabinete, eu chamei o Sindicato comigo aqui para poder fazer alguns apontamentos, não tinha nem sido criado ainda o grupo de trabalho. Passei bem antes de criar grupo de trabalho. Então, assim, o único relatório, o único apontamento que eu fiz do meu gabinete para o senhor foi o primeiro e, logo em seguida, depois de algum tempo, foi criado o grupo de trabalho. Então assim, quem te passou a informação, te passou equivocadamente.

E na questão de a Presidente do Sindicato assinar ou não, já é uma questão do sindicato, não é uma questão minha, porque em momento algum eu trabalho para atrapalhar nem um tipo de coisa. Porque eu sou um deputado que quando eu falo, eu falo na frente. Se eu tenho que elogiar, eu elogio na frente, se eu tenho que criticar, eu critico na frente. Então, o seu grupo te informou errado. Se o senhor pegar — e eu tenho lá no meu gabinete, vou lhe encaminhar amanhã de novo — se o senhor pegar a data que eu te encaminhei a regulamentação do Rio Grande do Norte para a sua Secretaria, o senhor vai ver que o grupo de trabalho não tinha nem sido cogitado, nem criado. Então, se informa melhor lá com a sua assessoria, porque, às vezes, o gestor tem assessor ruim também. Eu tenho. Então, todo mundo tem.

Uma outra coisa: o senhor esteve no Maranhão?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Estive no Maranhão, sim.

O SR. JAIR MONTES – Para?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Para analisar, conversar com o gestor da pasta sobre uma série de questões do sistema prisional, inclusive sobre a contratação de temporários.

O SR. JAIR MONTES – Correto. E contratou ou não?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Não, não contratei ninguém ainda. E nem daria tempo, voltei tem uma semana.

O SR. JAIR MONTES – Pelo que o senhor mostrou aqui, o senhor é gestor e já está acostumado na questão até na questão de gestão do sistema prisional. O senhor trouxe — a sua contribuição como gestor — trouxe algum recurso para Rondônia em nível federal para a segurança de presídios, para a Sejus ou não? Trouxe?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim. Vamos lá. Primeiro, se houve equívoco da minha parte em falar sobre as datas do que foi encaminhado — se houve equívoco — eu peço desculpa. Eu vou pedir para a minha assessoria depois levantar e, depois, sem problemas. Se houve equívoco.

O SR. JAIR MONTES – Não precisa, é só... Correto.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Sobre a questão de recursos, vamos lá. A minha gestão começou em março do ano passado. Então vamos nos ater aos recursos que eu consegui trazer ano passado e não os que eu consegui prorrogar, que já estavam morrendo, digamos assim. Então, ano passado foram 5 milhões e 400 mil reais para a construção, aparelhamento e manutenção de uma Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), na cidade de Ariquemes. Um milhão e 200 mil reais, 1 milhão e 300 mil reais — pode ser que eu erre um pouquinho, Deputado, no número —, mas R\$ 1 milhão e pouco para que nós pudéssemos criar uma Central de Alternativas Penais em Ji-Paraná. E R\$ 800 ou R\$ 800 e poucos mil, R\$ 900 mil para criar o escritório social. Então, nós já temos, só no ano passado, R\$ 5 e meio; R\$ 1 e pouco; R\$ 7 e pouco, sei lá, R\$ 8 milhões de recursos de Governo Federal só para a Secretaria de Justiça. Levando em consideração que nós tínhamos recursos parados em anos anteriores por uma série de questões, inclusive R\$ 40 milhões para a construção de Ariquemes, que não foi feita, e que por normativa do Governo Federal nós teríamos que devolver o recurso, me desloquei a Brasília. Na época, Governador estava também em Brasília. Conversamos com o Ministro da Justiça, conversei com a Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional e com a área de Engenharia, e conseguimos prorrogar a utilização de R\$ 40 e poucos milhões para construção de estabelecimento penal. Recursos que já estavam parados desde 2016, e não tinham sido executados.

Então acho que, pelo menos financeiramente, embora nem sempre recurso signifique qualidade na gestão, já temos um bom começo, trazendo aí R\$ 8 a R\$ 9 milhões, e prorrogando R\$ 40 milhões para o Estado.

O SR. JAIR MONTES - Correto. Eu já estou terminando já, Presidente. Eu só quero aqui... Chegou uma pergunta até de algum servidor que trabalha no Gape (Grupo de Ações Penitenciárias Especiais), e perguntando: "o Gape não tem alojamento, fala para o Secretário que nós não temos alojamento, não temos cama para descansar, temos que colocar colchão no chão para poder descansar, e o que o senhor tem aí de planejamento e de melhoria para o Gape?". Deve ser alguma Unidade também dentro do sistema prisional, algum... O Gape é o que transporta os presos?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – O Gape é o Grupo de Ações Penitenciárias Especiais.

O SR. JAIR MONTES – Certo.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Que realiza as escoltas, normalmente é quem realiza as escoltas, e quem realiza as escoltas de...

O SR. JAIR MONTES – Correto. Qual a boa notícia aí para o Gape? Tem alguma boa notícia para dar para ele?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem, eu acho que, assim... Tenho boas notícias, sim. Acho,

inclusive, que o servidor está um pouco perdido, porque se ele é do Gape, provavelmente ele tem acesso à sua chefia do Gape, que são pessoas também super-responsáveis e estão “ligadas” no que existe dentro da Secretaria de Justiça. O Chefe-Geral do Gape, que é o Reginaldo, é um servidor também, e que inclusive teve reunião ontem com ele, exatamente sobre uma série de questões e também trata sobre isso.

Vamos começar do mais básico: legislação do Gape. O Gape existe por um Decreto. Não vou me recordar o número do Decreto agora, mas ele foi instituído por Decreto. Hoje, encaminhei para o Ebenézer, por coincidência. A reunião foi ontem. Encaminhei para o Ebenézer a análise final sobre a minuta de regulamentação de escoltas no âmbito da Sejus, o que faz um impacto direto no Gape, e também a regulamentação de utilização e acionamento e atuação do Gape dentro do estabelecimento penal, que ainda não trata de melhoria estrutural, mas — o Deputado Anderson, que é da carreira, sabe muito melhor do que eu — o Gape atua em atividades extremas e que, muitas vezes, os procedimentos do Gape são questionados por mecanismos de combate à tortura, por Ministério Público, por quem quer que seja, por não ter uma regulamentação e que são pessoas que estão fora do sistema, que não entendem como o Gape funciona. E, às vezes, fazem uma questão correta e isso tem questionamento. Quando a gente formaliza isso, já dá uma tranquilidade excepcional para o servidor.

Agora, em termos estruturais, o Chefe-Geral do Gape tem ciência disso. Acredito que outros servidores também, porque nós fizemos reunião e conversamos. Ano passado, no fim do ano passado, a Coordenação de Infraestrutura já fez o desenho, já fez todo o planejamento do projeto da base do Gape em Porto Velho. Eu não sei se o servidor que lhe perguntou é de Porto Velho, porque nós temos Gapeem...

O SR. JAIR MONTES – Porto Velho. Porto Velho.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Então, mais um motivo ainda para ele saber, e se não sabe, tudo bem.

Para a base do Gape em Porto Velho: hoje a base do Gape é dentro do 470, que é o Milton Soares. É num cantinho. Já foi determinado que hoje, onde existe o lava-jato, vai sair o lava-jato, vai para o outro lado. E ali vai ser feita a base do Gape, uma base com academia, com tatame, com alojamento, com tudo isso. Já está previsto, o planejamento já está pronto. A Sejus hoje tem orçamento para tal. Até então não seria possível construir ou reformar nada, porque a ata de material de construção foi aprovada pela Supel semana passada. Então, dentre a base do Gape e todos os outros projetos que eu citei aqui estão já na prioridade para serem feitos. Até aproveito a oportunidade: o senhor levantou a bola para mim, eu vou tentar cortar — no bom sentido —, que caso Vossas Excelências, parlamentares, quiserem também auxiliar com uma parte de Emenda para a base do Gape, superpositivo! Porque a Sejus tem recursos. Temos recursos para a base, mas se pudermos contar com a Emenda para a base do Gape, eu consigo também tirar uma parte desse recurso e fazer uma outra coisa para o servidor também.

O SR. JAIR MONTES – Hoje vai gastar quanto para fazer essa base do Gape?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Agora o senhor me pegou. O projeto foi feito na Coinf (Coordenadoria de Infraestrutura). Eu não me recordo agora.

O SR. JAIR MONTES – Então, o senhor encaminha para nós, por favor.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Encaminho, eu não me recordo. Deve ser em torno de R\$ 300 mil, acredito.

O SR. JAIR MONTES - Isso a gente coloca. Pode ficar tranquilo. Se for isso aí, a gente bota.

Outra coisa aqui, para encerrar: vacinação. O policial penal está na quarta fase da vacinação, sendo que ele está na linha de frente. Quem fala que não está na linha de frente está mentindo, porque ele está na linha de frente, ele recebe o preso, a família do preso, na linha de frente. Então, por que ele está na quarta e não tem a prioridade de estar também junto com a Polícia Civil, a Polícia Militar? O que o senhor tem feito para poder ajudar o policial a entrar, quando essa vacina chegar, e ser logo vacinado?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Vamos lá, Deputado. Salvo melhor juízo, o policial penal está na quarta fase junto com o policial militar, policial civil, bombeiro, todo mundo está na quarta fase.

O SR. JAIR MONTES – Eu acho que não. Verifica isso lá, mas pelo jeito não.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Talvez o senhor esteja pensando no que veio do Ministério da Saúde.

O SR. EYDER BRASIL – Segurança pública está na quarta fase.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Mas o Plano Estadual de Vacinação da Agevisa traz todos na mesma fase.

O SR. EYDER BRASIL – É na quarta fase.

O SR. ANDERSON PEREIRA – É o protocolo do Ministério.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Inclusive o preso. Inclusive o preso.

O SR. EYDER BRASIL – É de acordo com o PNI, com o Plano Nacional de Imunização.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Inclusive o preso. O preso também está na mesma etapa. Havia um questionamento: por que o preso ia ser antes ou depois. Eu falei: “olha, no Plano Estadual estão todos na mesma etapa”. Até porque não adianta eu imunizar um e o outro não, ao mesmo tempo em que todos convivem no mesmo ambiente.

O SR. JAIR MONTES – Secretário, para encerrar. Quando é que chega na Casa o projeto do policial penal?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem, como eu falei para o Deputado Anderson, eu encaminho ainda este mês para a Governadoria e PGE. Agora, o andamento da PGE e da Governadoria eu não consigo prever para mandar para o senhor.

O SR. JAIR MONTES – Não, isso aí o Deputado Anderson corre atrás. O Deputado Anderson se vira lá com a PGE.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Mas em março irá para a PGE e para a Governadoria.

O SR. JAIR MONTES – Em março, quando de março? Uma data específica.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Nós estamos no dia 16, então, até o final do mês irá, na segunda quinzena.

O SR. JAIR MONTES – Não, irá para a PGE e para lá. Então vai ter o trâmite lá, para voltar para cá lá para abril. Então eu quero saber do senhor quando, a data que o senhor encaminha para a PGE para a gente correr lá.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Se o senhor está me exigindo uma data no mês de março, eu lhe digo que março tem 31, eu digo 31 de março.

O SR. JAIR MONTES – Então, tá. Viu, Deputado Anderson, então fica anotada a data de 31 de março será encaminhado para a PGE, correto?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim, para a PGE e para a Governadoria.

O SR. JAIR MONTES – Governadoria.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Governadoria.

O SR. JAIR MONTES – Governadoria. E aí a gente se vira como deputado para correr atrás. Então deixar bem claro para o policial penal que deva votar aqui em abril só, neste mês de março não vota. Então, a regulamentação do policial penal deva votar na Assembleia no mês de abril. Era só isso que eu tinha para o momento. Obrigado.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Obrigado.

A SRA. CASSIA MULETA – Presidente, eu posso...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Desculpa, Deputada Cassia, só seguir a ordem, já passo a palavra a Vossa Excelência. Tem inscrito aqui o Deputado Luizinho e o Deputado Adelino. Não sei qual se inscreveu primeiro meus amigos.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Estou à disposição, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Cumprimentar a todos os nossos pares, cumprimentar o Secretário. E quero ser bem breve também.

Queria saber do Secretário, se o Secretário já visitou todas as Unidades prisionais do Estado de Rondônia, em especial as Unidades do município de Vilhena.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Boa tarde, Deputado Luizinho. Todas ainda não, infelizmente, por questões de tempo e por questões, inclusive de alguns períodos da pandemia eu evitei viajar, mas todas ainda não. Lhe digo que visitei bastante, mas todas ainda não. Vilhena sim, já fui a Vilhena. Não só na Casa de Detenção lá com o Diretor Wesley, mas também no Cone Sul, também com o Dirceu. Visitei ambas as Unidades, consegui mapear algumas questões não só de falta de efetivo, que é comum a todas as Unidades, mas algumas questões estruturais, principalmente na Casa de Detenção. Algumas questões estruturais não tão graves, mas também lá no Cone Sul. E também pude ver alguns pontos positivos, principalmente na questão das ações laborais que são feitas pelos presos, principalmente no Cone Sul que é onde tem mais espaço, tem plantação de abacaxi, milho, uma série de questões em parceria com a sociedade. Mas fui sim.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Certo. Segunda e já encerrando, Presidente. Eu não sei se é do seu conhecimento, mas nós temos isso tramitado oficialmente — Legislativo e Executivo —, a respeito do interesse que nós temos de uma parceria para construção de um Centro Industrial de Ressocialização aqui na cidade de Vilhena, lá naquele espaço exatamente do Presídio Cone Sul. Nós temos aqui um alinhamento muito bom em questão de ressocialização na parceria Prefeitura de Vilhena, comércio e indústria local, Deputado Luizinho e o próprio Judiciário, na pessoa do Dr. Adriano Toldo, que é o nosso Juiz aqui da cidade de Vilhena. E entre essa proposta, eu tenho um pré-projeto para a construção de alguns barracões que alojariam algumas indústrias e também dentro desta proposta da construção dos barracões eu tenho uma proposta de colocar 50% do custo de recurso de Emenda individual. E outra questão que dentro desse próprio projeto nós já temos também na conta da prefeitura, licitando, uma fábrica de tubos de concreto e bloquetes que vai ser instalada neste local.

Então assim, eu não sei se o senhor tem conhecimento desta proposta que eu já oficializei a Secretaria, mas nós gostaríamos da sua presença em uma reunião em Vilhena com todos esses entes que relatei, para que a gente pudesse colocar, de fato, em prática essa modalidade aqui na cidade de Vilhena, que eu acredito que talvez servisse de referência para o País inteiro.

Então, me coloco à disposição e gostaria que o senhor tomasse a iniciativa de marcar essa reunião, vir até Vilhena e nos convidar para a reunião para que a gente possa por em prática essa ideia.

Obrigado, Senhor Presidente; obrigado, Secretário.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho. Agora com a palavra, desculpa, perdão Marcus Rito. Passar para o Marcus Rito responder. Logo após, Deputado Adelino Follador e logo após Deputada Cassia Muleta.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Deputado, sim, eu tenho ciência da iniciativa. Eu já conversei duas ou três vezes com o Dr. Adriano, Juiz de Vilhena, ele me informou a parceria com a prefeitura sim, me falou sobre a questão do galpão como um todo. A iniciativa de artefato de concreto, no caso bloquete, é uma iniciativa que a Sejus vê com muitos bons olhos, que já existe aqui no Estado, já funciona e nós estamos trabalhando uma ideia para aprimorá-la para que isso possa ser muito mais ainda aproveitado não só pelo Governo do Estado, mas pelas prefeituras em si.

Podemos marcar, eu estou à disposição para a reunião. Eu vou provocar a minha Gerência de Reinserção para saber onde está a demanda que o senhor encaminhou e a gente marca sim essa reunião, no mais tardar mês de abril eu dou um pulo lá em Vilhena e a gente senta e conversa sobre isso. Vai ser um prazer conversar. O Dr. Adriano, eu fui a uma reunião como ele, numa reunião presencial, mas tivemos alguns desencontros. Participei com o Ministério Público também, local, esqueci o nome do Promotor, me desculpe, de Execução Penal.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) - Dr. Elísio.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Isso. Conversei com o Dr. Elísio. Dr. Adriano eu conversei depois, por telefone, a iniciativa me parece muito bem desenhada, mas cabe à Sejus, e confesso que ainda não conseguimos parar para sentar sobre isso, Gerência Regional, Secretaria e Prefeitura, faremos isso ainda no mês de abril. Não tem problema algum. Podemos ir lá, sentar e conversar. Fico feliz por mais um parlamentar aqui da Casa interagir, participar das iniciativas de reinserção.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, o Deputado Adelino Follador. E logo após, a Deputada Cassia.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – Secretário, cumprimentar o senhor, cumprimentar a todos os deputados que estão participando da Sessão, a população também, que está ouvindo.

Secretário, nós sabemos, aqui em Ariquemes, esse presídio, já teve, se não me engano, 18 a 20 fugas. Talvez oficializadas, 18, mas deve ter 20, já. E, além disso, qual a previsão para fazer a reforma que parece que já estava prevista? E também a questão daquelas fossas. Aquela região, para o senhor ter uma ideia, a malária tinha sumido de Ariquemes. E lá, voltou a malária e está contaminando, está se espalhando naquela região por causa daquelas fossas, que inclusive atinge o rio ali, uma questão ambiental gravíssima. Mas a questão de segurança, também, daquele presídio, virou brincadeira. E aí, os proprietários daquela região estão reclamando demais porque já houve todas essas fugas e ninguém mais quer trabalhar naquelas propriedades, naquela região. Então, hoje, qualquer propriedade que se queira vender naquela região vale 30% a 40% a menos do que em outra região, porque não

consegue e também não tem ninguém que pouse lá no lote por medo. Então está uma situação muito difícil.

E outra, já que o senhor, se puder responder já as duas para ser mais rápido, que já está tarde, a questão da... Nós sabemos que está sendo gasto muita diária para os servidores se deslocarem, inclusive aqui, vindo de Porto Velho e está gastando muito. Por que tanta burocracia para contratar esse pessoal para fazer a parte burocrática, para que os apenados façam, para poder evitar tanta diária? Eu acho que com a economia que faz na diária daria para contratar muitas pessoas para fazer essa parte administrativa. Nós aprovamos, já, a Lei, na Assembleia, há um certo tempo e está demorando a fazer isso. Agora mesmo, tivemos essa semana um acidente. O Marcão, agente penitenciário, que ia ali para Machadinho e teve, quebrou a perna e quase que amputou a perna, está lá no João Paulo, fez 4 cirurgias. Nós temos que evitar essas diárias. Acho que tem que, se tiver a parte administrativa, colocar os agentes para fazer o seu papel e deixar a parte... Então, porque tanta burocracia? Por que demorar tanto para aprovar, para contratar esse pessoal? Mas eu friso bastante essa necessidade dessa reforma, de ver o que está acontecendo neste presídio, que ninguém mais aguenta essa situação lá.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Boa tarde, Deputado. Bom revê-lo, mesmo que à distância, mesmo que on-line. Nós já tivemos a oportunidade, de nos encontrarmos na Comissão de Segurança Pública. Prazer, novamente.

Sobre o Presídio de Ariquemes, o Centro de Ressocialização de Ariquemes é uma Unidade que, historicamente, sempre nos trouxe, sempre, à Sejus, nos trouxe uma série de problemas e, logicamente, isso impacta a identificação disso, da sociedade, de quem mora na cidade. Se nós pararmos para analisar com um pouco de calma, lógico que nós temos ainda um déficit de vagas ainda muito alto, no estabelecimento penal, isso é claro. Nós temos a intenção de fazer essa ampliação e utilizar os recursos que temos para colocar mais 400 vagas em Ariquemes, então isso faz com que nós, não solucionáramos o problema, mas teríamos uma atenuação nos impactos negativos dessa superlotação.

Paralelo a isso, o que a Sejus vem fazendo para melhorar essa situação? Da última conversa que nós tivemos na Comissão de Segurança Pública para cá, e isso deve ter uns 2 meses, acredito eu, a Sejus conseguiu remanejar, recambiar para outras Unidades prisionais do Estado, 97 presos; 97 pessoas privadas de liberdade. É um quantitativo significativo quando se trata de recambiamento. Lembrando que eu estou tirando 97 de Ariquemes e colocando 97 em algum lugar. E que a realidade do Estado, como a realidade do País, não tem vaga sobrando sempre. Então, nós tiramos 97. Isso porque já tinha 500 e poucos, baixamos para 97. Hoje, se o senhor me perguntar da lotação da Unidade atual em Ariquemes, a lotação atual, nós estamos com aproximadamente 540, 550 presos. Ou seja, o trabalho feito nos últimos dois meses em tirar 97, já retornou basicamente 100 ou cento e poucos. Não digo que são os mesmos, mas vieram mais cem pessoas privadas de liberdade.

Há um crescimento vertiginoso e assombroso no número de prisões e pessoas presas na comarca de Ariquemes. Entendo

que ali há uma série de vias, de rodovias, tráfico de drogas e uma série de questões ali que fazem com que a atividade criminosa seja mais constante, consequentemente, temos mais prisões, prisões provisórias ou condenações. O que faz com que tenhamos esse acréscimo. Hoje, mesmo que a Sejus — não estou dizendo que não será feito, será feita a ampliação —, mas mesmo que a Sejus crie, de hoje para amanhã, 200 vagas, daqui a dois, três meses eu vou ter quase 200 pessoas para cobrir essas vagas. Então não é uma solução muito fácil. Como estamos atuando? Eu tenho até medo de dizer isso aqui e queimar a minha língua. Mas vamos lá. Já existe, já tem um bom tempo que não tem fuga na Unidade de Ariquemes — acho que tem uns dois meses, talvez, não me recordo. Tomara que não fuja ninguém para eu não queimar minha língua amanhã. Mas já há um período em que há uma melhoria na gestão do estabelecimento penal. A Sejus trocou a direção, indicou um policial penal extremamente capacitado, que tenta organizar a Unidade. Hoje nós temos mais presos trabalhando, ou seja, mais pessoas fora da carceragem. Você diminui a pressão dentro da carceragem quando você tem pessoas trabalhando, em artefatos de concreto, na fábrica de artefatos de concreto, na horta, nas duas hortas, e nas questões laborais da Unidade. Isso faz com que a Unidade seja arrefecida, diminua os ânimos e a influência ou a atuação direta de facção ou de quem é mal intencionado diminui, sendo que você tem presos “mais satisfeitos”, porque eles estão trabalhando, estão tendo acesso a uma série de questões, isso faz com que diminua essa pressão dentro da Unidade. Consequentemente diminui o número de fugas.

A Sejus incluiu na própria Unidade, além dos pórtilhos e das raquetes, também tem um *bodyscan*, um scanner corporal, que faz com que diminua o número de entradas de objetos ilícitos. Também auxilia consideravelmente na questão das fugas. Paralelo a isso tudo, fiscalização mais constante junto aos servidores, revisão e cobrança dos procedimentos de segurança, bate-grade, conferência, foi implementada uma série de grades extras — o pessoal chama de gaiola — nos pavilhões. E que além da grade na parede, nós temos uma gaiola com grade por fora, que dificulta o acesso de quem quer que esteja tentando serrar a grade por dentro ou por fora. Isso dá um tempo de resposta maior para o policial penal quando identifica que há alguma grade serrada ou alguma tentativa de fuga, porque a pessoa serra, cai num “cubículo” com outra grade, isso faz com que o sistema de monitoramento identifique, e há uma resposta mais célere e mais efetiva do policial penal. Então, o que pode fazer hoje, além da ampliação de vagas, tem sido feito. O senhor perguntou.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – A ampliação, o senhor fala que... Em quanto tempo começa isso? A ampliação, que o senhor fala de 400 vagas, seria para quando isso?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Não. Bem, até semana passada, por mais que nós tentássemos, nós estaríamos impedidos de fazer, porque nós ainda não tínhamos ainda material de construção para tal. Paralelo a isso, esse recurso da ampliação é um dos recursos que inclusive citei para o Deputado Jair Montes, quando ele me fez a pergunta,

que era um recurso parado há anos, do Governo Federal, e que ano passado nós conseguimos ressuscitá-lo e autorização do Governo Federal para utilizá-lo. Então nós estamos fazendo as tratativas administrativas para que ele não seja só... Ele era para a construção de uma série de questões, voltá-lo para Ariquemes, voltá-lo para Ji-Paraná e para Guajará-Mirim. Então, acredito que brevemente a gente consiga resolver essas questões administrativas e abrir um processo de licitação. Porque não pode ser construído com mão de obra carcerária, é muito complexo, então tem que ser uma licitação, para que a gente tenha uma empresa de construção. Então eu não consigo dar prazo, Deputado, eu não consigo. Essas questões de licitação às vezes demoram mais do que a gente pode imaginar. Mas o que eu posso lhe prometer é que a Sejus está correndo para resolver isso e encaminhar para a Supel.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – A questão também administrativa, contratar os administrativos para evitar esse deslocamento, esse custo diário também, por que a burocracia?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Sim, Deputado. Eu tinha esquecido de responder. Desculpa. Também é uma das situações que faz com que a gente pense na contratação de administrativos, mesmo que seja temporário. Porque, logicamente que a contratação de temporários não vai resolver a falta de efetivos no sistema, mas vai atenuar.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – Ajuda.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Ajuda muito, porque, querendo ou não, eu tenho policiais penais nas questões administrativas. E estes poderiam fazer as outras questões que não fossem administrativas e diminuiria o número de pessoas que eu mando em missão para Ariquemes, que hoje varia entre oito e dez. Então isso faria uma diminuição significativa. Lembrando que eu tenho um estabelecimento penal para inaugurar em Jarú, e que o efetivo da Secretaria continua o mesmo, mas eu preciso ampliar. São 388 vagas. Eu preciso ampliar o número de vagas. Então, com certeza, em Jarú serão utilizados servidores de Jarú, servidores em hora extra e teremos alguns também em missão. Então a ideia é tentar equilibrar, diminuir uma parte de Ariquemes, mandar para Jarú, e tentar utilizar os temporários, assim que puder ser contratado, para minimizar esse problema todo.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – Essas vagas de Jarú, não tem condições de... Qual a previsão de inauguração? Não poderia, também, desafogar, aqui, Ariquemes com a inauguração de lá?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Deputado, eu gostaria muito. Com certeza, algumas pessoas de Ariquemes vão para Jarú, mas eu não posso dizer que vai desafogar, porque são 388 vagas em Jarú, criadas. Nós já temos, eu vou errar aqui, mas uns 160 presos em Jarú, se não tiver um pouco mais, homens. Ainda tem uma ala na penitenciária que vai ser para mulheres e, além disso, nós

estamos pensando no nosso projeto de regionalização. Então, é possível que eu tenha que fechar alguma Unidade pequena ainda e encaminhar presos para lá, não está certo isso, mas é uma previsão, e consequentemente, os servidores. Então, Ariquemes não vai desafogar, mas, com certeza vou encaminhar algumas pessoas para lá. Não consigo precisar quantas, mas 40, 50 é possível que sim. Mas, lembrando que a Sejus tirou, nos últimos dois meses, 97 pessoas de Ariquemes e o número de pessoas presas voltou a 540, agora.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – Só para finalizar, Secretário, aquela questão do saneamento, aquelas fossas lá, tem que fazer alguma coisa urgente. Mesmo que a ampliação, eu sei que vai demorar, mas vocês precisariam, porque a contaminação daquele córrego está trazendo muito problema ambiental, ali, e também a malária. Fica difícil passar por ali. Então, que o senhor analisasse isso. Só respondendo essa pergunta e agradeço ao Presidente por esse espaço para eu poder falar, fazer essas perguntas. Mas, se o senhor pudesse responder se tem alguma uma previsão, alguma coisa que possa ser feita meio rápido lá.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – sim, Deputado. Eu fui segunda-feira passada, semana passada, não me recordo o dia, em Ariquemes. Eu estive na Unidade. E justamente conversei com o nosso Diretor, que é o Ruy Delvan, sobre a situação da estação de tratamento de esgoto. Quando retornei, conversei semana passada com o Robson, nosso Coordenador de Infraestrutura, também sobre essa questão. Já há um processo seletivo para a contratação de empresa para fazer as ETEs (Estação de Tratamento de Esgoto), não só em Ariquemes, mas em outras Unidades também e também a aquisição de material. Eu não consigo precisar quando inicia lá. Eu não sei como está esse cronograma, mas já tem essa previsão. E o Ruy mesmo, até falou “Secretário, eu posso começar iniciar algumas questões antes da contratação.” Eu falei, “Converse com a Infraestrutura para que a gente não tenha, não faça nada fora do padrão, e depois a Infraestrutura tem que refazer.” Mas, isso está na urgência, urgentíssima também para a Unidade. Eu, até digo, aproveitar a oportunidade, que não é só em Ariquemes, mas também me assustou quando eu cheguei, aqui, ao Estado e vi que muitas Unidades não tinham uma estação de tratamento esgoto. Porque não se pensava isso quando construía ou o contrário, algumas Unidades, principalmente no interior, algumas Unidades menores, eram delegacias que não eram para acumular pessoas durante muito tempo. Então, a estrutura sanitária não era feita para isso. Então, depois foram puxando aqui, fazendo puxadinhos e chegou na situação que estamos. Então, a ideia é tentar regularizar essa questão, até porque temos uma parceria, uma conversa boa com a Sedam, para que eles nos ajudem também. A Sedam está sempre numa parceria para ajudar nessa questão.

O SR. ADELINO FOLLADOR (*Por videoconferência*) – Obrigado, Secretário. Senhor Presidente, ficou 14 anos em construção lá e deu todos esses problemas. Obrigado, Secretário. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Eu tenho várias perguntas anotadas, aqui. Mas o Deputado Adelino foi muito inteligente e também tirou várias dúvidas minhas, que as suas perguntas eram, praticamente, as mesmas que eu iria fazer para o Secretário. É um problema na nossa região, mas após a Deputada Cassia, eu vou fazer alguns comentários.

Até que enfim, quero pedir desculpas e agradecer à paciência, e passo, aqui, à nossa querida Deputada, representante do município de Jarú, Excelentíssima Deputada Cassia Muleta, com a palavra.

A SRA. CASSIA MULETA – Obrigada, Presidente. Também, aqui, quero até falar assim, que o Deputado Adelino e os outros deputados perguntaram algumas perguntas que eu queria fazer. Mas muito bem esclarecidas pelo nosso Secretário, aqui. Secretário, a gente tem um problema sério, aqui, no Município de Jarú, que o Deputado Adelino também já entrou. Então, eu só quero saber: aquele presídio de Jarú, o senhor tem previsão de quando vai ser entregue, quando vai terminar e dar uma data para a gente? Porque começou na gestão do Governador Confúcio Moura, no primeiro mandato dele, foram oito anos de gestão, e agora, mais dois anos do mandato do nosso Governador Marcos Rocha, e até agora, nada. E as pessoas me cobram muito. O pessoal daquela Linha, na 623, sempre me cobrando. Eu queria saber uma resposta do senhor, qual é a previsão de terminar o presídio no município de Jarú?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Deputada, primeiramente é um prazer conhecê-la, primeira vez que conheço Vossa Excelência. Cumprimentá-la, mais uma vez, enquanto única representante mulher, da Casa.

A SRA. CASSIA MULETA – Por isso que eu não saí daqui ainda. Eu tenho um compromisso às 19h30min, mas falei “ah, sou a única mulher, vou ficar até o final”.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Importantíssimo, aproveitar que nós estamos no mês de março, parabenizá-la, que nós estamos no mês de março, parabenizá-la pelo mês das Mulheres. Eu sei que é um mês de celebração, mas comemorar a luta da mulher, dentro da sociedade, é uma coisa que nós temos que comemorar todos os dias e valorizar. Então, cumprimento Vossa Excelência nesse sentido também. Sobre Jarú, eu espero não errar, mas ainda em abril a gente deve inaugurar a Unidade. O intuito da Sejus é inaugurá-lo em abril. Ontem foi encaminhado do gabinete, de ordem minha, um Memorando para que todos os setores conseguissem organizar, porque não é só fechar a Unidade e levar os presos. A Unidade já está pronta, fisicamente pronta. Mas, o que acontece? Eu pedi para que levantasse se já está tudo certo com os contratos de alimentação e todos os outros contratos para que não tenha descontinuidade nessa questão, porque nós vamos fechar a Unidade masculina e a feminina e levar para a Unidade nova. Então, a Unidade já está pronta, o coordenador geral do sistema, o Célio, já me encaminhou os cenários de possibilidades de inauguração, com o número de servidores e o número de presos, já chegamos num consenso, o estudo já está determinado. Nossa gerência administrativa

financeira está levantando os contratos para saber quando é que consegue fazer esse encaixe. Acredito sim que em abril será possível inaugurar a Unidade. Talvez ela não funcione 100%, porque nós não vamos colocar 388 presos lá agora, porque não é o número de presos de Jaru.

Eu conversei com o Dr. Alencar, que é o Juiz de Execução, prometi a ele — e vou cumprir — que vou iniciar a Unidade só com presos de Jaru e servidores de Jaru, ou em missão. E, depois, com calma, faremos a inclusão de outros presos, de outros locais, porque não dá para ficar com vaga sobrando em Jaru e eu estar apertado em outros locais. Mas essa inclusão vai ser feita com parcimônia, de maneira gradativa, para que não prejudique o andamento da Unidade. E eu prometi isso ao Dr. Alencar e vou cumprir.

A SRA. CASSIA MULETA – Muito obrigada, Secretário, pela resposta. Eu tenho certeza que essa Unidade vai deixar as pessoas de Jaru muito felizes, especialmente naquela região ali, indo para a Jorge Teixeira, onde tem muitos incidentes de crimes ali. E a população de Jaru espera essa Unidade ficar pronta logo. Espero que quando o senhor for lá em Jaru, que o senhor ligue para os deputados para estar lá visitando a Unidade com o senhor também, porque nós, como parlamentares, devemos uma explicação para as pessoas de estar cobrando. E muito obrigada pelas felicitações de Dia Internacional da Mulher. Muito obrigada.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Nada, é um prazer. E só fazendo um... Realmente serão convidados, logicamente, todos os parlamentares. Gostei da região de Jaru, gosto da região de Jaru, fui lá, conheci já algumas vezes. Carne de sol muito boa.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Aquelas carnes de sol de Jaru são famosas.

Eu passo a palavra aqui ao Deputado Chiquinho, depois ao Deputado Anderson, depois ao Deputado Dr. Neidson.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Secretário, a gente sabe que o presídio aqui também de Porto Velho, o sistema penitenciário também não tem microbacia, não tem nada. Está acabando com o riozinho que passa ali atrás. O senhor sabe disso. Até uma vergonha para todos nós, não é?

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Sim, Deputado. A construção das ETes que estão faltando aqui nas Unidades da capital, também, estão no nosso planejamento. Inclusive existe em uma Unidade específica uma ação já na Justiça, em particular sobre a questão de esgoto. A Sejus tem respondido junto ao Tribunal e junto às áreas afins para que a gente possa minimizar isso tudo. Como eu falei, a gente tem muita coisa para ajustar, mas não está esquecido, principalmente a questão ambiental. A Sedam está do nosso lado para a gente tentar resolver isso. Mas agradeço mais uma vez.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Passo a palavra neste momento ao deputado, autor desse pedido juntamente com o Deputado Eyder, Deputado Anderson Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, eu agradeço mais uma vez. Secretário, ele já está indo até além do que foi convocado, que a pauta era a regulamentação. Mas o sistema prisional ele é muito problema, muita coisa para resolver.

E eu recebi aqui a mensagem da Vereadora lá de Costa Marques, Meire, que ela é também policial penal, foi eleita agora, assumiu, e ela me encaminhou aqui, me preocupei. Não sei se o senhor já conhece a Unidade de Costa Marques. É interessante conhecer. Divisa com a Bolívia, na 429. Mas o que é que ela me relatou aqui? Que lá não tem alojamento feminino na Unidade e nem banheiros para as femininas fazerem uso. Tem 2 apenados com Covid e elas tem que usar a enfermaria como alojamento. Então, uma situação bem complicada.

Como o senhor sabe, as minhas Emendas estão à disposição para somar. Nós mandamos aquela Emenda para a compra de centrais de ar, que algumas já estão sendo até distribuídas para as Unidades, alguns alojamentos, outras, Unidades do Gape, também para o presídio de Jaru. Vai ajudar a inaugurar o presídio de Jaru, porque não tinha climatização lá no presídio, então, foi uma Emenda nossa. E nossa Emenda está à disposição disso.

A nossa Vereadora deve estar nos assistindo, pode encaminhar para nós o pedido. Nós precisamos também de uma agilidade na questão dos projetos lá na Gerência de Estrutura da Sejus para que a gente possa também destinar o recurso, ter uma ideia do custo. A gente fez isso quando a gente pensou em colocar a base do Gape lá onde está o centro de treinamento, justamente para o Gape cuidar dali, mas também foi uma ideia boa colocar a escola, porque a escola, de fato, que trabalha os treinamentos.

E aí eu gostaria de saber se a Sejus tem algum planejamento nesse sentido da Unidade específica de Costa Marques em relação a essa falta de estrutura e sobre a viagem que o senhor fez lá no Maranhão. Se o senhor foi conhecer o modelo de cogestão deles. Não sei se foi esse modelo que foi implantado lá, não conheço. Tenho até o contato de alguns colegas de lá, mas não conheço qual é o modelo que o senhor foi conhecer lá para tentar implementar aqui no Estado. Se é cogestão, se não é.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO - Vamos lá, deputado. Vou começar pela questão do estabelecimento de Costa Marques. O senhor tocou em alguns pontos interessantes. Costa Marques é uma das Unidades que eu não consegui visitar ainda. Inclusive conversei ontem com a Corregedora sobre isso. Falei: “olha, tem algumas Unidades que eu não fui: Costa Marques, São Miguel, Alvorada, ainda não tive a oportunidade de ir, Alta Floresta também não fui. Já fui em muitas, mas não fui em todas.” E citei a questão de Costa Marques. Eu não tenho — o senhor me perguntou agora —, eu não tenho ciência dessa questão da falta de alojamento feminino lá, não sabia. Se alguém já tinha me passado, eu não me recordava. O senhor me trouxe a informação agora. Vou conversar com a Coordenação de Infraestrutura para saber qual é a real situação de previsão para se mexer lá ou não. Se a servidora, a Meire, que é vereadora — até parabéns pelo mandato — está dizendo que é assim, eu tenho que acreditar que seja. Mas eu preciso entender quais são as questões

estruturais que fazem com que a gente ainda não conseguiu mexer lá. Vou descobrir, me comprometo a descobrir.

E aí o senhor entrou num ponto específico muito importante, que é a questão das Emendas. O ano passado, eu cheguei na Sejus e me assustei com alguns encaminhamentos. Me assustei positivamente e negativamente. Positivamente, porque a Sejus sempre recebe muita Emenda de muitos parlamentares: Vossa Excelência, Deputado Jhony também, Deputado Dr. Neidson, e outros parlamentares, Deputado Jair Montes, e outros parlamentares que encaminham Emendas para a Sejus. E isso foi uma surpresa muito boa, que eu falei: "olha, eu vou precisar chegar aqui, não preciso ficar correndo atrás. O pessoal sabe da importância".

Por outro lado, eu pude observar que as demandas das Emendas às vezes vêm de maneira muito capilarizada. Às vezes é um servidor que solicita a Emenda, às vezes é um diretor. Às vezes vem de outro órgão, como o DER, às vezes, que solicita Emenda, uma série de pessoas solicita Emenda e o deputado, com boa vontade e para ajudar, acaba acatando. Só que às vezes isso prejudica no próprio planejamento da Sejus. Porque às vezes a gente só descobre a Emenda mais para frente, não por erro da Casa de Leis aqui. Mas porque não houve um planejamento da Sejus.

Então, digamos, só um exemplo, que o senhor vai encaminhar uma Emenda para comprar álcool, um exemplo. E a Sejus tem recursos para comprar, e a Sejus precisa comprar água. Aí o senhor encaminha para comprar álcool, ótimo, mas eu já tinha recurso para o álcool. Então, seria muito mais importante eu conversar com o senhor e falar: "não, não me mande para comprar álcool, mande para comprar água, pelo amor de Deus". Então, às vezes a Sejus tem recurso para tal, vem uma Emenda para a mesma finalidade, que às vezes a gente não sabe ou descobre em cima da hora, e não consegue ou executar ou não consegue executar o próprio recurso da Sejus. O que eu acabei de fazer, semana passada, para tentar organizar isso? Orientei nos setores da Sejus que levantasse as demandas necessárias que eles entendem pertinentes e importantes para pedir Emenda Parlamentar. Então, por exemplo, o diretor não-sei-de-onde ia falar: "olha, eu preciso reformar, fazer um alojamento feminino, lá de Costa Marques", um exemplo. Então, Secretário, é importante. A Sejus tem dinheiro? Se não tiver, acho relevante pedir Emenda. Beleza! Chega na Sejus, a gente compila tudo, vê: "realmente, para o alojamento eu não tenho dinheiro. Vale a pena pedir Emenda para o Deputado". "Ah, não, para fazer a reforma do administrativo não-sei-de-onde eu tenho recurso, então não precisa pedir para o Deputado. Não precisa mandar uma Emenda para um recurso que eu tenho. Vê com o Deputado a possibilidade de utilizar a Emenda para outra finalidade".

Então, estou tentando organizar isso para que, quando Vossas Excelências encaminharem as Emendas, a gente possa diminuir o risco de não executar a Emenda, que também já aconteceu, o risco de não executar. Morrer com a Emenda no fim do ano, com dinheiro, e morrer com o recurso da Sejus para a mesma finalidade, porque eu posso ter executado para a Emenda, por exemplo. Então, tentar fazer essa organização.

Sobre o Maranhão, não é um modelo de cogestão. A Unidade é gerida pelo Estado. O Diretor é policial penal, todos os cargos são de policiais penais. A Secretaria que organiza. Existem

profissionais contratados temporariamente que atuam dentro do sistema. Lá existem três frentes: profissionais temporários, que são temporários das áreas de assistência: psicólogo, assistente social, técnico de enfermagem, todo mundo; existe o auxiliar penitenciário que é administrativo, que é o administrativo de cargo de nível médio, que faz as demandas administrativas; e lá ainda existe o agente penitenciário temporário. Falar: "opa, espera aí. É o policial penal temporário?". Não. Não é uma substituição da mão de obra do policial penal, pelo contrário. Como eles utilizam lá — a princípio não é o que tenho ideia em fazer aqui —, mas como eles utilizam lá: o agente penitenciário temporário auxilia o policial penal a fazer a obrigação do policial penal. Mal comparando — por favor, me perdoem, principalmente quem é da área militar —, mas, mal comparando, é como se o policial penal fosse um Oficial e o agente penitenciário temporário fosse um Praça, no sentido de que o Oficial teria os cargos de comando e os cargos de supervisão, e os temporários executariam algumas atividades que podem ser ligadas à segurança, mas que são mais pontuais. Por exemplo: "abre aí". O cara abre lá em cima. Mas aí alguém tira e fecha, abre e fecha o cadeado. Mas tem um policial penal ali na contenção ou na supervisão. É uma questão mista lá, mas não é cogestão. O Estado que administra. Só tem servidores temporários dentro da força de trabalho. Não é cogestão.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, só Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – À vontade. **(fora do microfone)**

O SR. DR. NEIDSON – Eu conversei até com o Secretário sobre a Emenda que nós encaminhamos, foram até os Deputados Marcelo Cruz, Chiquinho da Emater, Aécio da TV, Alex Redano, Cassia Muleta, Luizinho Goebel, Lebrão, Eyder Brasil, Neidson e Anderson. E quando o senhor comentou sobre as fábricas de artefatos de concreto, já o Deputado Anderson fez assim. Então, gostaria que o senhor explicasse a eles também — o Deputado Eyder também —, já temos 2 anos com essa Emenda aí na Sejus, e até hoje ainda não foi iniciada a obra lá nem do barracão da fábrica de bloquetes lá de Guajará-Mirim.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Deputado Dr. Neidson, prazer revê-lo. Conversei com o senhor antes ali também. É verdade. É uma gestação aí de dois anos que, não sei nem se tem animal que fica dois anos gestando, mas realmente é uma situação delicada. Delicada no sentido de que deveria já ter sido iniciada. Hoje fiz reunião com a Coordenação de Infraestrutura, com o Robson também, o Deputado Anderson conhece bastante, policial penal também, justamente sobre essa questão. Ele nos trouxe alguns pontos de vista para iniciar essa questão lá em Guajará, isso será iniciado, eu não quero ser o responsável por virar mais um ano sem funcionar. Pode ser até que aconteça alguma coisa durante a obra, mas eu não vou deixar de iniciar essa obra, pelo amor de Deus! Então, vai ser iniciada. O Robson me trouxe algumas previsões sobre questão de servidor para acompanhar a obra, número de presos. Está sendo feito um levantamento para ver se eu tenho presos suficiente com qualificação para

lá, se não nós já vamos resolver o problema de uma maneira muito simples, logicamente que a gente precisa de uma parceria com o Poder Judiciário daqui. O Juiz de Execução Penal daqui é um juiz muito sensível, muito consciente, então existe a possibilidade de nós pedirmos que ele autorize presos daqui para trabalharem lá em Guajará-Mirim também. Isso tudo já está sendo desenhado.

Então, espero iniciar em breve, os nossos materiais de construção puderam ser liberados a partir da semana passada, o senhor me disse que tinha um empenho também, que isso já estava a Sejus. Então, sentarei novamente com a Coordenação de Infraestrutura para agilizar isso tudo. Já aproveito e agradeço a pergunta, porque já vou cobrar mais uma vez da Coordenação de Infraestrutura: "olha só, a Assembleia está me cobrando, não é só eu não."

O SR. DR. NEIDSON – É porque no ano passado ficaram de iniciar dia 10 de fevereiro, não iniciaram. E a última reunião ficou para o dia 15 de março, também já passamos 15 de março e nada. Então, eu acredito que deva dar uma celeridade nessa situação aí que é até um projeto dos reeducandos, que todos eles já abriram até as contas para poder receber o recurso, o pagamento. Seria isso.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Dr. Neidson. Mais alguém gostaria de fazer algum questionamento? Quero agradecer a paciência do nosso Secretário, uma Sessão longa, mas muito esclarecedora, muito importante. Algum deputado on-line gostaria de fazer alguma intervenção? Estamos à disposição meus amigos.

Não havendo, eu concedo a palavra ao Senhor Secretário para as suas considerações finais.

O SR. MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO – Bem Presidente, cumprimentá-lo mais uma vez pela Sessão, cumprimentá-lo mais uma vez pela oportunidade de estar aqui. Eu acho até, como eu falei antes, às vezes se recebe um ofício, nesse caso a assinatura do Deputado Jair Montes, 1º Secretário, uma convocação. Muitos encaram como uma cobrança, algo nesse sentido. Eu acho que o Poder Executivo assim como o Legislativo e o Judiciário tem as suas atribuições, tem seus anseios, tem suas necessidades de conhecer o que o outro Poder está fazendo e só pode cobrar a partir do momento que conhece. Então eu acho que até possível que a partir desta Sessão venham cobranças, porque foi uma oportunidade de esclarecer e trazer mais informações. E até difícil cobrar quando a gente não tem tanta informação. Eu acho que eu pude trazer bastante informação para Vossas Excelências e contribuir na discussão, não só na pauta prevista, mas em tudo que permeia o sistema prisional. Fico feliz de estar aqui e me coloco à disposição sempre de Vossas Excelências para que nós possamos fazer reuniões e conversar a respeito das matérias afetas do sistema prisional. E coloco não só a minha pessoa, mas a Secretaria de Justiça como um todo à disposição para tirar dúvidas, responder encaminhamentos e Indicações parlamentares. Tudo o que a gente puder contribuir para melhoria do sistema. Eu sei que ninguém faz nada sozinho, a Sejus não vai resolver o problema do sistema prisional sozinho, as parcerias são elementos importantes: Legislativo, Judiciário,

sociedade civil e aí incluo o Conselho Penitenciário, Conselho da Comunidade, todos os órgãos de execução penal, Ministério Público e Defensoria e por aí vai.

Então, eu agradeço mais uma vez a oportunidade e estou à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Secretário. Antes de encerrarmos, gostaria de comentar que recebo muitas reclamações do presídio de Ariquemes. O Secretário esclareceu que conseguiu transferir muitos presos. Agora, deixo também um alerta para o próprio Judiciário. Eles simplesmente colocam o preso e o Judiciário também precisa analisar a questão da superlotação, nós precisamos encontrar saídas. Em todos os presídios nós temos esse problema, mas em Ariquemes é alarmante.

Secretário falou de fugas. Nós recebemos muita reclamação nesse sentido. Agora, graças a Deus segurou dois meses, mas chegou ter duas, três fugas durante um mês. São inúmeras fugas que tivemos. E o próprio presídio tem um apelido de "castelo de areia", Secretário, porque está esfarelado. Então, a construção foi feita com pouca qualidade então é um ambiente insalubre. Digo isso pelos próprios trabalhadores. Uma das classes mais injustiçadas de todas, eu creio que é a Polícia Penal. Nós temos essa Lei 173 que dificulta aí benefícios, aumento de salário, mas é uma classe que já vem, o Deputado Anderson, Deputado Jair, Deputado Eyder, Deputado Jhony e vários deputados cobrando melhorias. É uma classe que nós precisamos ter um olhar diferenciado. Então, eu penso que Ariquemes deve ter algo que deva ser feito de imediato, também a curto, a médio e a longo prazo. Ou a construção de mais celas.

E assim, nós sabemos, quem está lá, é porque errou. Mas nós precisamos evitar essa superlotação. Tem celas que estão 3 vezes mais do que comportaria. E isso é desumano. Então, não estou aqui falando para preso ter regalias, não. Pelo contrário. Mas esta superlotação causa fugas, também. Então, nós precisamos pensar numa saída para os nossos presídios. Não sei o que pode ser feito de imediato, mas nós temos que pensar de imediato, a curto prazo, a médio e a longo. Mas quero agradecer, Senhor Secretário. Foi muito produtiva esta reunião. Muito esclarecedora. Foi praticamente uma aula sobre sistema prisional. E aqui, o senhor pode ter certeza que é a Casa que quer colaborar com o sistema prisional. Muito obrigado.

Eu convido os deputados que foram autores do Requerimento, Deputado Eyder e o Deputado Anderson, para acompanharem o ilustre Secretário até o Salão Nobre.

Neste momento, desfaz-se a Comissão Geral.

(Às 19 horas e 46 minutos, encerra-se a Comissão Geral e retomam-se os trabalhos da Sessão Ordinária)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Passamos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS NO DECRETO DO PODER EXECUTIVO QUE IMPÕEM O DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO. Requer à Mesa Diretora o cancelamento das convocações dos Secretários de Estado de Finanças - SEFIN, Sr. Luís Fernando Pereira da Silva, e do Secretário de Estado da Saúde, Dr. Fernando Rodrigues Máximo, constantes dos Requerimentos nº 1474 e 1475.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS NO DECRETO DO PODER EXECUTIVO QUE IMPÕEM O DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO. Requer ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Fernando Rodrigues Máximo, informações sobre a morte das 33 (trinta e três) crianças, decorrentes de complicações da COVID-19, conforme específica.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Pesar aos familiares do Senhor Antônio Moura Rocha.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer Voto de Louvor em homenagem a cafeicultores, técnicos e instituições envolvidas nas conquistas da cafeicultura atual do Estado de Rondônia, conforme lista em anexo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Requer Moção de Pesar para os familiares do Senhor Hilson Cristofoli, que faleceu no dia 9 de março de 2021, na cidade de Cabixi.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer Voto de Louvor (*In Memoriam*) a Senhora MARIA TEREZA MOURA DA LAMARTA pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JHONY PAIXÃO. Requer à Mesa Diretora a convocação do Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, o Senhor Neil Aldrin Faria Gonzaga, para prestar esclarecimentos, no dia 23 de março de 2021 às 15h30min.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Institui no Estado de Rondônia o Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência doméstica, conforme a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

O SR. EYDER BRASIL – Uma Questão de Ordem, Presidente. O Deputado Dr. Neidson também tinha feito essa proposição e eu conversei com ele, a gente vai fazer em conjunto, está ok?

O SR. DR. NEIDSON – Isso.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito, Deputado Dr. Eyder.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) – Prossegue a leitura das proposições recebidas:

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTEGOMES. Concede título honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Exmo. Sr. Hans Lucas Immich, eminente Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAZINHO FETAGRO. Institua Semana de Sensibilização à perda Gestacional, Neonatal e Infantil no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Protetores e Cuidadores de Animais no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede título honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Ilmo. Sr. Isaú Raimundo da Fonseca.

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Institui o passaporte equestre e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve, na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Secretaria de Estado de Obras e Serviço Público – SEOSP, relatório de quais obras prediais estão em andamento no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve, na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso ao Departamento de Estradas e Rodagens – DER, relatório geral dos GT – grupos de trabalho e, dados completos, com nome, CPF e função desempenhada.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve, na forma regimental, requer ao Governador do Estado de Rondônia, extenso ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO, relatório geral dos grupos de trabalho e, dados completos, com nome, CPF e função.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO, relatório geral sobre quais os valores das receitas; qual o saldo do fundo e; quais os investimentos previstos para 2021.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Superintendência Estadual de Licitação – SUPEL, relatório de quais os contratos que estão em vigência no Estado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, relatório geral dos GT - grupos de trabalho e, dados completos, com nomes, CPF e função.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Secretaria de Estado de Obras e Serviço

Público - SEOSP, relatório geral dos GT - grupos de trabalho e, dados completos, com nome, CPF e função.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, o relatório de quais os projetos já realizados e em andamento a respeito da COVID-19.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura – SEDI, relatório geral dos grupos de trabalho e, dados completos, com nomes, CPF e função.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, relatório geral de quais as Obras que estão em andamento, bem como as paralisadas durante a pandemia do COVID-19.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, Relatório de quais os contratos estão vigentes e quais são relacionados a COVID. Citando valor recebido e utilizado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, relatório geral da atual situação do Hospital EURO, se está em andamento ou se paralisado e qual motivo, caso se encontre parado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que esta subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso a Superintendência Estadual de Licitação – SUPEL, relatório geral sobre quais as licitações que estão em tramitação, se houve interposição de recursos, bem como relatório individual contendo os dados de cada fase.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JAIR MONTES. Dispõe sobre o cumprimento de ordem econômica por ocasião da vigência de situações de emergência ou de calamidade pública decretadas no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer informações oficiais ao Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON.

- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DO DEPUTADO JAIR MONTES. Dá nova redação ao artigo 52 da Constituição do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JAIR MONTES. Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas pelo não cumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no plano nacional e/ou estadual de imunização contra a Covid-19 no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Institui o Dia Estadual de Adoção, Proteção e Bem-Estar dos Animais no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CB JHONY PAIXÃO. Torna obrigatória a indicação de número de telefone para reclamação de usuários nas placas sinalizadoras de vagas especiais de estacionamento destinados a pessoas deficientes, idosas e gestantes, além de outras a serem especificadas em Lei, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CB JHONY PAIXÃO. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado ao senhor Fernando Rodrigues Máximo, Secretário de Estado da Saúde – SESAU, pedido de informações quanto à falta de realização de cirurgia de transplante renal, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), do Estado de Rondônia, informações do déficit de servidores desta Secretaria.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER), do Estado de Rondônia, informações do déficit de servidores deste departamento.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), do Estado de Rondônia, informações do déficit de servidores desta Secretaria.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer do Poder Executivo, extenso a Casa Civil, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura (SEDI), e a Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), no Estado de Rondônia, informações referentes às áreas destinadas para regularização fundiária prevista pela Política de Regularização Fundiária de Terras Públicas Rurais e Urbanas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer do Poder Executivo, extenso a Casa Civil e a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, no Estado de Rondônia, informações referentes ao Processo n.º 0029.391320.2020-00/SEDUC/SEI, cujo objetivo é adesão a uma ata de registro de preço para futura eventual aquisição de livros para Educação de Jovens e Adultos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado à Bancada Federal do Estado de Rondônia, através do seu coordenador, Deputado Lúcio Mosquini, que adotem providências quanto à agilidade na tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 10.282/2018, referente às alterações do Estatuto do Idoso.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, ao Governador do Estado, extenso ao Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado de Educação - SEDUC, informações e providências quanto à aplicabilidade da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, a qual regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer do Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, no Estado de Rondônia, informações referentes a processos administrativos cujo objetivo é adesão a uma ata de registro de preço para futura eventual aquisição de material para laboratórios de ciência e robótica.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer do Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, no Estado de Rondônia, informações referentes a processos administrativos cujo objetivo é adesão a uma ata de registro de preço para futura eventual aquisição de material para laboratório de ciências e robótica.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer do Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Superintendência Estadual de Patrimônio Regularização Fundiária (SEPAT), no Estado de e Rondônia, informações referentes à quantidade de imóveis rurais e urbanos que passaram por regularização fundiária correspondente ao exercício de 2019 a 2020.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Governador do Estado com cópia ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, informações quanto à disponibilidade de vagas para o cargo de Sargento da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia, informações e providências quanto à intensificação do policiamento no Município de Nova Mamoré.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer pedido de informações à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM)-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, ao Governador do Estado com cópia à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, informações e providências quanto à falta de coleta regular de lixo hospitalar do Complexo Hospitalar Regional de Cacoal - HEURO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, ao Governador do Estado com cópia à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações e providências quanto à falta de manutenção das centrais de ar condicionado do centro cirúrgico do Complexo Hospitalar Regional de Cacoal – HEURO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. REQUER, ao Governador do Estado com cópia à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações e providências quanto à falta de limpeza, desinfecção e esterilização de salas do Complexo Hospitalar Regional de Cacoal – HEURO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, ao Governador do Estado com cópia à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações e providências acerca da atual situação da ciclo patrulha da Polícia Militar, em Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, à Mesa Diretora, que oficie nos termos regimentais, a Prefeitura de Porto Velho, o pedido de providências quanto ao levantamento de informações para instrução de processo, acerca da realização de estudos de viabilidade para a construção do novo Terminal Rodoviário da Capital.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado à Bancada Federal do Estado de Rondônia, solicitação de informações e providências, quanto à retirada das bandeiras tarifárias na conta de energia, em virtude de as mesmas terem sido suspensas no mês de maio de 2020, em virtude da pandemia do novo coronavírus.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, ao Governador do Estado, extenso ao Secretário da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER/RO, informações quanto aos requisitos utilizados para concessão de calcário às Associações Agroextrativistas localizadas no Município de Porto Velho e seus Distritos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Defesa Civil Estadual, informações e providências, acerca dos riscos de desbarrancamentos em áreas próximas ao rio Madeira, no município de Porto Velho – Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiada à Prefeitura Municipal de Porto Velho, a solicitação de informações e providências quanto à viabilidade de construção de um sistema de distribuição de água encanada, no Distrito de Nova Califórnia, nesta Capital.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiada à Prefeitura Municipal de Porto Velho, a solicitação de informações quanto às notícias veiculadas acerca da aquisição de cerca de 80 mil doses da vacina Coronavac, a ser distribuída preliminarmente às pessoas que se enquadram no grupo de risco.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, em caráter de urgência, informações acerca das providências já adotadas a fim de reduzir a criminalidade na região de Nova Mamoré.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER, observada a urgência que o caso requer, a necessidade de se tomar as devidas providências para a implantação de sinalização de trânsito horizontal e vertical na extensão da RO 391, no trecho que interliga a BR 364 ao município de Chupinguaia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao senhor Júlio César Rocha Peres, Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril - IDARON, a apresentação de proposta de incentivo à cadeia produtiva do café e a realização dos devidos estudos e procedimentos para alteração na Portaria IDARON 558/2016, que dispõe sobre os requisitos fitossanitários para a produção, o comércio, entrada, o trânsito, armazenamento e utilização de mudas de café no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópias aos Senhores José Gonçalves da Silva Júnior, Secretário Chefe da Casa Civil e ao Coronel PM José Hélio Cysneiros Pachá, Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC/RO, observando a urgência, a necessidade de realização de Concurso Público para preenchimento de vagas no quadro efetivo de oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas nos termos do Inciso IX do artigo 6º da Lei Federal nº 10.826/2003.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer ao Poder Executivo, extenso à Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações acerca da implantação do serviço de emissão das novas Carteiras de Identidade nos termos do Decreto nº 10.257/2020, reiterando o REQ nº 775/20.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado à Bancada Federal do Estado de Rondônia, através de seu coordenador, Deputado Lúcio Mosquini, a adoção de providências quanto à alteração do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado à Superintendência Regional do DNIT em Rondônia, a necessidade

de providências acerca da situação em que se encontra a ponte localizada na BR-419, sobre o rio Araras, entre os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, necessidade de providências acerca da situação em que se encontra a ponte localizada na BR-419, sobre o rio Araras, entre os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Secretário de Estado de Saúde - SESAU, em caráter de urgência, informações e providências acerca da falta de suplementos e insumos para dieta enteral nos hospitais públicos do Estado de Rondônia-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, extenso à Casa Civil e Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações quanto aos critérios utilizados para definição do percentual de 30% da lotação máxima, permitida para adentrar em estabelecimentos comerciais no âmbito do Estado de Rondônia, conforme preconizado no Decreto nº 25.853, de 2 de março de 2021.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, extenso à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações e providências quanto ao plano de combate à COVID-19 no município de Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, extenso à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações quanto à efetividade do *Lockdown* para conter o avanço do coronavírus no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, extenso à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informação acerca da quantidade de leitos clínicos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI regionalizadas por macrorregião.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações e providências quanto à desativação da Base Policial do Bairro Jardim Santana, no Município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, informações e providências acerca de retorno da realização de perícia médica, realizada pela Junta Médica, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - Dá sequência à leitura das proposições recebidas:

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Ilma. Sra. Cristiane Aline Furukawa.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Ibraim Junior Pinto Dias Nascimento.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Hermínio Antônio da Silva Neto.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. José Agnaldo Medeiros.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Ilma. Sra. Gleiciane Benfica Fernandes.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Ilma. Sra. Magda Marcielle Kwirant Tatagiba.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Mauro Ronaldo Flôres Corrêa.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Cleiton Isaac de Souza.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Ilma. Sra. Andrea Renata Pinheiro Ramos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Novo Horizonte do Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Alto Paraíso.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Rolim de Moura.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia,

Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Candeias do Jamari.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Mirante da Serra.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Nova Mamoré.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Cujubim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Jaru.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Corumbiara.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia,

Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Parecis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Santa Luzia d'Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Ouro Preto do Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Governador Jorge Teixeira.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Cerejeiras.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Espigão d'Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos e: – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de São Miguel do Guaporé.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Pimenta Bueno.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Seringueiras.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de São Francisco do Guaporé.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Costa Marques.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Alvorada do Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Nova Brasilândia do Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Campo Novo de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Montenegro.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Presidente Médici.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Município de Vale do Anari.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de Jacinópolis, localizado no Município de Nova Mamoré.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de União Bandeirantes, localizado no Município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de Nova Dimensão, localizado no Município de Nova Mamoré.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de São Domingos do Guaporé, localizado no Município de Costa Marques.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de Novo Plano, localizado no Município de Chupinguaia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos –

DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de Rio Branco, localizado no Município de Campo Novo de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de Triunfo, localizado no Município de Candeias do Jamari.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de Santana do Guaporé, localizado no Município de São Miguel do Guaporé.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de Extrema, localizado no Município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Elias Rezende de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, observando a urgência, a necessidade de realizar obras de pavimentação do Programa de Asfaltamento Urbano nas Vias Públicas do Distrito de Rondominas, localizado no Município de Ouro Preto do Oeste.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Capitão da Polícia Militar do Estado de Rondônia "Maik Terres da Silva".

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Coronel da Polícia Militar do Estado de Rondônia "Alexandre Luís de Freitas Almeida".

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Rondônia "José Carlos França dos Santos".

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Sargento do Bombeiro Militar do Estado de Rondônia Roberto Elias da Silva em alusão aos serviços prestados em favor do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar do Estado de Rondônia Daniel Rodrigues Braga, em reconhecimento aos serviços prestados em favor do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil, e ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, informações do déficit de servidores do Poder Judiciário.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil, e à Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia (PGE-RO), informações do déficit de servidores desta Procuradoria.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 3º Sargento da Polícia Militar Senhor Deivid Brune Nascimento Viali.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 3º Sargento da Polícia Militar Senhora Zilândia Ferreira Gonçalves.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 3º Sargento da Polícia Militar Senhor Wescler Fabem Coelho.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Major da Polícia Militar Senhor Vandrey Marcos Frá.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Soldado da Polícia Militar Senhor Samuel Diniz Torres.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Major da Polícia Militar Senhor Thiago Raphael Campos da Silva.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Capitão da Polícia Militar Senhor Rudinei João Bessegao Pogere.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 2º Sargento da Polícia Militar Senhor Oziel Pereira Borges.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 2º Tenente da Polícia Militar Senhor Marcelo Lourenço Ferreira.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 3º Sargento da Polícia Militar Senhor Marcelo da Silva Rezende.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Capitão da Polícia Militar Senhor Antonio Rodrigues de Matos.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo à 2º Sargento da Polícia Militar Senhora Carliane da Penha Lima.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 3º SGT da Polícia Militar Senhor Djeison Zimmermann Motta.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar Senhor Claudemar Royer.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Major da Polícia Militar Senhor Diego Basta Carvalho.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo à 3º Sargento da Polícia Militar Senhora Deisy Eliane B. Barroso Prudente.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar Senhor Eduardo Mota Guimarães.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 3º Sargento da Polícia Militar Senhor Fagner de Oliveira Almeida.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 1º Tenente da Polícia Militar Senhor Francinei Batista do Vale.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo à Cabo da Polícia Militar Senhora Fernanda Soster Ribeiro.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Major da Polícia Militar Senhor Helberth Aldimas Soares Ferreira.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 2º Sargento da Polícia Militar Senhor Izael Correia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Major da Polícia Militar Senhor José Carlos França dos Santos.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar Senhor João Ricardo Marques Nogueira.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 2º Tenente da Polícia Militar Senhor Miguel Rodrigo Cândido.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) – Lidas as proposições, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Senhor Secretário Dr. Neidson. Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS NO DECRETO DO PODER EXECUTIVO QUE IMPÕEM O DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO. Requer à Mesa Diretora o cancelamento das convocações dos Secretários de Estado de Finanças - SEFIN, Sr. Luís Fernando Pereira da Silva, e do Secretário de Estado da Saúde, Dr. Fernando Rodrigues Máximo, constantes dos Requerimentos nº 1474 e 1475.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Em discussão e votação única o Requerimento da Comissão Temporária [...] que impõem o distanciamento social controlado. Requer à Mesa Diretora o cancelamento das convocações do Secretário da Sefin, Luís Fernando, e do Secretário de Saúde, Dr. Fernando Máximo. Algum deputado gostaria de discutir?

O SR. EYDER BRASIL – Para discutir, Presidente. Os Secretários referendados aí, participaram da última reunião da Comissão e nós esgotamos. Por isso estamos deliberando pela 'desconvocação'.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ok. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.** Matéria seguinte, Senhor Secretário.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS NO DECRETO DO PODER EXECUTIVO QUE IMPÕEM O DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO. Requer ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Fernando Rodrigues Máximo, informações sobre a morte das 33 (trinta e três) crianças, decorrentes de complicações da COVID-19, conforme especifica.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado gostaria de discutir?

O SR. EYDER BRASIL – Para discutir, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL – Esse Requerimento também faz parte da Comissão. Há duas semanas foi alardeado tanto pelo

Governador do Estado como pelo Secretário de Saúde mortes de crianças devido à Covid. Então, acredito que eles se embasaram nessas mortes para fazer o fechamento das escolas. Então, nós queremos saber, a Comissão quer saber — pais, mães querem saber — se essas mortes têm a ver com as aulas presenciais. Que nós não admitimos esse tipo arbitrariedade. Então, caso a gente não encontre fundamento legal que ampare a fala dos nossos representantes nós teremos que tomar medidas cabíveis para tal.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Eyder. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.** Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Pesar aos familiares do Senhor Antônio Moura Rocha.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado para discutir? Não havendo, passo à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.** Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer Voto de Louvor em homenagem aos cafeicultores, técnicos e instituições envolvidas nas conquistas da cafeicultura atual do Estado de Rondônia, conforme lista em anexo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado para discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.** Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Requer Moção de Pesar para os familiares do Senhor Hilson Cristofoli, que faleceu no dia 9 de março de 2021, na cidade de Cabixi.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado para discutir o Requerimento? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.** Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer Voto de Louvor (*In Memoriam*) à Senhora Maria Tereza Moura da Lamarta pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado para discutir o Requerimento? Não havendo, os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO JHONY PAIXÃO. Requer à Mesa Diretora a convocação do Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – Detran/RO, o Senhor Neil Aldrin Faria Gonzaga, para prestar esclarecimentos, no dia 23 de março de 2021, às 15h30min.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado gostaria de discutir o Requerimento? Não havendo, passo à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.** Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Passemos às Comunicações Parlamentares. Também não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 17 de março no horário regimental.

Antes, porém, eu gostaria de convidar a todos, de casa, que permaneçam para acompanhar, logo após o encerramento da nossa Sessão, será aberta uma Sessão Extraordinária da Comissão da Saúde para deliberar assuntos importantíssimos que dizem respeito também à Covid. Parabéns à Deputada Cassia, ao Deputado Dr. Neidson, Deputado Eyder, Deputado Chiquinho. Já são 8h20min da noite e vocês estão aí deliberando e vão fazer mais uma Sessão agora a noite. Então deixo aqui os meus mais sinceros parabéns.

Sob a proteção de Deus está encerrada a presente Sessão.

(Encerra-se esta Sessão Ordinária às 20 horas e 19 minutos)

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021/ALE-RO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021/CPP/ALE/RO Processo Administrativo nº 4685/2021-e

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, situada na Av. Farquar, 2562 – Bairro Olaria – CEP 76.801-189 – Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.794.681/0001-68, daqui em diante denominada **ALE/RO**, representada, neste ato, pelo Secretário Geral, Sr. Marcos Oliveira de Matos, brasileiro, casado, portador do RG nº 423414/SSP/RO e CPF nº 420.547.102-53, na forma regimental e, em conformidade com o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021/CPP/ALE/RO**, devidamente homologado (e-DOC ED6B190A), publicado no D.O – e – ALE nº 048 – pág.576, de 22/03/2021, nos autos do **Processo Administrativo nº 4685/2021-e**, resolve nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto nº 7.892/2013, REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o referido pregão e com as cláusulas e condições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por finalidade o Registro de Preços para o eventual fornecimento de água mineral, a pedido da Superintendência de Logística, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme quantidades e especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I do edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021/CPP/ALE/RO.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as constantes na tabela abaixo:

FORNECEDOR: **ROAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI -EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.555.440/0001-29, com sede na Av. Campos Sales nº 3511 Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-281- Fone: (69) 3224-5662 -Representante Legal: Ronaldo Junior dos Santos Rodrigues, portador da Carteira de Identidade nº 939.469 SSP/RO e do CPF/MF sob o nº .827.851.392-91; E-mail: ROADCS@GMAIL.COM.

LOTEÚNICO

FORNECEDOR: ROAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI -EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.555.440/0001-29, com sede na Av. Campos Sales nº 3511 Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-281- Fone: (69) 3224-5662 - Representante Legal: Ronaldo Junior dos Santos Rodrigues, portador da Carteira de Identidade nº 939.469 SSP/RO e do CPF/MF sob o nº .827.851.392-91; E-mail: ROADCS@GMAIL.COM.

LOTE ÚNICO

Item	Descrição	Unid	Quant	MARCA	VLR-UNIT
1	Água Mineral – Galão com 20 litros, para reposição.	GL	6.600	MINALINDA 20 LITROS	4,30
2	Água Mineral sem gás 500 ml – garrafa descartável – pacote com 12 unidades.	PCT	8.700	MINALINDA 12X500 ML	8,00
3	Água Mineral com gás 500 ml – garrafa descartável – pacote com 12 unidades.	PCT	1.560	SKIN 12X500 ML COM GAS	10,91

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação no D.O – e – ALE/RO, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.8.1. por razão de interesse público; ou

4.8.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do Edital.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma (01) via, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho – RO, 23 de março de 2021.

Marcos Oliveira de Matos
SECRETÁRIO-GERAL – ALE/RO

ROAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI -EPP
Ronaldo Junior dos Santos Rodrigues
Representante Legal